

Luiz Carlos Perez Diodato

A NUMISMÁTICA NA CONSTRUÇÃO DE SABERES NO ENSINO DE HISTÓRIA

o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945)



CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

D589n

A numismática na construção de saberes no ensino de História: o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) / Luiz Carlos Perez Diodato. – Cáceres: Editora UNEMAT, 2025. 230 p.

ISBN: 978-85-7911-312-3 (Documento digital)
DOI: 10.30681/978-85-7911-312-3

1. Numismática. 2. Ensino de História. 3. Vargas. 4. Simbolismos. 5. Tecnologias Digitais. I. A numismática na construção de saberes no ensino de História. II. Luiz Carlos Perez Diodato.

CDU 737: 94(81)"1930/1964"

Luiz Carlos Perez Diodato

A NUMISMÁTICA NA CONSTRUÇÃO DE SABERES NO ENSINO DE HISTÓRIA

o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945)



Cáceres - MT

2025

CONSELHO EDITORIAL

Portaria nº 1629/2023

PRESIDENTE

Maristela Cury Sarian

TITULARES**SUPLENTES**

Josemir Almeida Barros

Universidade Federal de Rondônia - Unir

Laís Braga Caneppele

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Fábricio Schwanz da Silva

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Gustavo Rodrigues Canale

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Greciely Cristina da Costa

Universidade Estadual de Campinas - Unicamp

Edson Pereira Barbosa

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Rodolfo Benedito Zattar da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Cácia Régia de Paula

Universidade Federal de Jataí - UFJ

Nilce Vieira Campos Ferreira

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Marcos Antonio de Menezes

Universidade Federal de Jataí - UFJ

Flávio Bezerra Barros

Universidade Federal do Pará - UFPA

Luanna Tomaz de Souza

Universidade Federal do Pará - UFPA

Judite de Azevedo do Carmo

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Rose Kelly dos Santos Martinez Fernandes

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Maria Aparecida Pereira Pierangeli

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Célia Regina Araújo Soares

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Nilce Maria da Silva

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Rebeca Caitano Moreira

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Jussara de Araújo Gonçalves

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Patrícia Santos de Oliveira

Universidade Federal de Viçosa - UFV

PRODUÇÃO EDITORIAL
EDITORA UNEMAT 2025

Copyright © Luiz Carlos Perez Diodato, 2025.

A reprodução não autorizada desta publicação,
por qualquer meio, seja total ou parcial,
constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Esta obra foi submetida à avaliação
e revisada por pares.

Reitora: Vera Lucia da Rocha Maquêa

Vice-reitor: Alexandre Gonçalves Porto

Assessora de Gestão da Editora e das Bibliotecas: Maristela Cury Sarian

Imagens da capa: Potira Manoela de Moraes

Capa: Potira Manoela de Moraes

Diagramação: Potira Manoela de Moraes

Preparação do original: Ana Cleiry Silva de Castro

Revisão: Sandra Raquel de Almeida Cabral Hayashida

AGRADECIMENTOS

Sou extremamente grato pela oportunidade de publicar este livro acerca do estudo que desenvolvi no mestrado e por todas as pessoas que estiveram ao meu lado, durante essa jornada de aprendizado e crescimento.

Primeiramente, agradeço à minha amada esposa, Ana Cleiry Silva de Castro, cujo apoio e incentivo foram fundamentais para que eu buscassem mais conhecimento e me dedicasse ao mestrado. Sua presença constante e seu amor incondicional foram minha inspiração, para seguir em frente, mesmo nos momentos mais desafiadores.

Ao meu estimado professor Dr. Matheus de Mesquita e Pontes, sou profundamente grato por sua orientação, apoio e ensinamentos ao longo deste caminho acadêmico. Sua expertise e dedicação foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

À minha querida mãe Elza Pereira Diodato e à minha irmã Rosemeire Cristina Perez, que estiveram ao meu lado, desde o início desta jornada, agradeço por todo o amor e apoio incondicional. Suas preocupações e cuidados durante os meus deslocamentos de moto para os estudos de mestrado, especialmente nas longas viagens de volta para casa, onde chegava durante a madrugada, demonstram o quanto vocês

se importam comigo. Ao meu querido sobrinho, *in memoriam* Victor Gabriel Fagundes Perez, que sempre estava me aguardando, junto com minha mãe, você deixou saudades. O constante apoio de todos foi a luz que guiou meu caminho e fortaleceu minha determinação. Sou imensamente grato por ter vocês ao meu lado em cada passo desta jornada.

Aos meus amados filhos Eduardo Perez do Carmo Diodato e Sarah do Carmo Perez Diodato, e ao meu filho do coração, Gabriel Castro Silva, agradeço por serem minha motivação diária. Mesmo indiretamente, vocês estiveram presentes em cada passo desta trajetória, isso significou muito para mim.

Não poderia deixar de agradecer também ao estudante do ensino médio do Colégio Clarice Lispector, Matheus Eduardo Martins Mello, por confiar a mim sua coleção de moedas do período Vargas. Sua generosidade e colaboração foram fundamentais para o enriquecimento deste trabalho.

Não posso deixar de mencionar e agradecer à Rita Degam, que gentilmente se dispôs a me substituir em vinte aulas durante meu afastamento, e à Mara Silvia de Mello Cabral Kato e Rosani Fracasso, do Colégio Clarice Lispector, por sua compreensão e apoio incondicional. Sua generosidade em me permitir utilizar as instalações da escola para estudos, nos dias de domingo e feriados, foi imensamente valiosa.

Agradeço também à Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e a todos os professores, em nome da

professora Dra. Regiane Cristina Custódio, pela oportunidade de realizar meu curso de mestrado. Seu apoio e orientação foram fundamentais para o meu desenvolvimento como pesquisador.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do programa de bolsas de estudo, que tornou possível a realização deste trabalho. Sua iniciativa de apoiar os pesquisadores e fomentar a produção científica é inestimável para o avanço da ciência e da educação no Brasil.

Ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), que desempenha um papel crucial na formação e qualificação de professores e educadores. Sua contribuição para a melhoria da educação no país é indiscutível, e estou honrado por ter sido beneficiado por este programa.

Que este livro seja um reflexo do apoio, amor e amizade que recebi ao longo do caminho. Que possamos continuar a trabalhar juntos, em prol do conhecimento e do desenvolvimento da educação no Brasil.

SUMÁRIO

Prefácio	11
Apresentação.....	14
Capítulo 1	
Da construção do olhar histórico à leitura das moedas: uma trajetória formativa.....	16
1.1 Uma trajetória formativa	16
1.2 Definindo os caminhos da pesquisa.....	20
1.3 A “revolução” historiográfica dos <i>Annales</i> no uso da interdisciplinaridade e na ampliação das fontes históricas	33
1.4 As moedas e cédulas enquanto instrumentos de reprodução da ordem social em seus contextos de cunhagem e como fontes relevantes para o ensino de História no tempo presente	47
Capítulo 2	
Os usos das cédulas e moedas no primeiro governo de Getúlio Vargas	62
2.1 Os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas: o papel moeda nas disputas da guerra civil	76
2.1.1 As moedas produzidas pelo governo de Getúlio Vargas em tempos de guerra civil.....	87

2.1.2 As cédulas produzidas pelo governo de São Paulo em tempos de guerra civil.....	98
2.1.3 Os bandeirantes como referência dos paulistas no desbravamento e construção do Brasil	102
2.1.4 Os ‘heróis’ da guerra contra o Paraguai e o jurista constitucionalista adentram na guerra das simbologias a favor dos paulistas	112
2.2 O Governo Constitucional: o avanço de um projeto nacionalista e a busca da fidelidade das forças armadas.....	123
2.3 O Estado Novo: o culto à personalidade e o ultranacionalismo em tempos de guerra	140
 Capítulo 3	
Numismática e as TICs: uma mediação possível para promoção do ensino de História.....	186
3.1 As novas tecnologias e seu impacto social e educacional: uma revisão bibliográfica	188
3.2 Artefatos pedagógicos em ação: a jornada do ensino de História e numismática com estudantes da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade	200
Considerações finais	216
Referências.....	221
Sobre o autor	230

PREFÁCIO

DOI: 10.30681/978-85-7911-312-3.prefacio

Luiz Carlos Perez Diodato é professor por mais de duas décadas na região Oeste brasileira. Hoje ele vive no município de Rolim de Moura, em Rondônia, e trabalha no setor privado e público, ministrando aulas de História e demais componentes curriculares da grande área de humanidades. Por mais de dois anos Diodato enfrentou constantemente 1.500 Km, de ida e volta, da sua localidade até a sede da Unemat em Cáceres, Mato Grosso, cruzando a Amazônia e trechos do Pantanal, para participar das aulas e demais atividades do ProfHistória. Muitas vezes, o percurso foi feito de moto, para caber as despesas no orçamento e para organizar a apertada agenda de capacitação e trabalho docente.

Diodato desenvolveu, em nível de Mestrado Profissional, um estudo destinado ao desenvolvimento do Ensino de História, intitulado *A numismática na construção de saberes no ensino de História: o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945)*, tendo como fonte de pesquisa as moedas e cédulas cunhadas no Brasil em um momento emblemático da vida nacional e internacional, com a ascensão de governos centralizadores e autoritários e com a dinâmica da Segunda Guerra Mundial.

Dentre as fontes primárias e suas respectivas abordagens, chama a atenção as esquecidas e raríssimas

moedas e cédulas cunhadas no ano de 1932, durante a Guerra Civil entre as forças paulistas *versus* as tropas federais. Papel-moeda distinto entre os lados beligerantes, mas que serviam de ferramenta de propaganda para mobilizar os sentimentos populares. Traços semelhantes são percebidos nas cédulas emitidas entre 1942 e 1943, fazendo alusão aos “heróis” da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), em tempos que o governo brasileiro optava por adentrar na Segunda Guerra Mundial ao lado das nações aliadas.

Esta obra é resultado da pesquisa que Diodato desenvolveu no mestrado. A ela segue uma lógica cronológica, apresentando e abordando o papel-moeda nas vésperas do Movimento de 1930 e adentrando, posteriormente, nos quinze anos do primeiro governo varguista, subdividindo-o em três etapas, como faz convencionalmente a historiografia tradicional: *Governo Provisório* (1930-1934), *Governo Constitucional* (1934-1937) e *Estado Novo* (1937-1945). No plano metodológico das abordagens, a interdisciplinaridade com base na relação História e Numismática, em interfaces com a Geografia e a Iconografia, são as bases das suas reflexões.

No produto pedagógico, que interconecta com a aplicabilidade e as práticas do Ensino de História, o professor Diodato amplia a interdisciplinaridade, trazendo as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para o centro do processo de aprendizagem. Com o aprimoramento de um *blog*, junto ao protagonismo dos seus discentes de nível médio, os saberes de sua pesquisa são transpostos e aprimorados em um repositório virtual, que toma traços de um museu numismático virtual.



Um museu vivo e flexível que pode ser ampliado para outros momentos históricos da vida nacional e internacional, tendo o papel-moeda como fonte primária para pensar o passado.

A experiência da pesquisa e da vivência pedagógica produzida por Diodato, mostrada neste livro, colabora para a construção permanente do ensino e da pesquisa em História. Nos leva a refletir sobre a relevância da diversidade das fontes históricas que estão presentes em nosso cotidiano, mas que são marginalizadas por nós, historiadores; por outro lado, colabora com a inovação do ensino, interconectando-o com as novas tecnologias e a preparação dos nossos jovens para o trabalho e para o exercício da cidadania.

O expressivo esforço de qualificar-se e de empreender uma pesquisa com fins pedagógicos, pelo colega Diodato, apesar da limitada valorização em sua carreira docente, não foi uma ação em vão ou isolada. Seu engajamento valoriza e ajuda a reconstruir o fazer e os saberes históricos no dia-a-dia educacional. São sementes de saberes distribuídas na região Oeste brasileira que, num amanhã não muito distante, dará seus devidos frutos.

Cáceres - MT, agosto de 2025.

Prof. Dr. Matheus de Mesquita e Pontes
Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)¹

¹ Bacharel, Licenciado e Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (2018); professor do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Câmpus Cáceres. Professor e orientador credenciado no Programa de Pós-graduação do Mestrado e Doutorado Profissional em Ensino de História (ProffHistória) da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat).

APRESENTAÇÃO

Esta obra é resultado de uma pesquisa que produzimos no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Câmpus de Cáceres. A pesquisa teve como objetivo explorar o uso da numismática como uma ferramenta pedagógica no ensino de História, focando no período do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). A escolha desse recorte temporal se deve ao fato de ser um período rico em eventos históricos e relações complexas.

Estruturamos este livro em três capítulos, cada um com uma abordagem específica, e a conclusão. O primeiro apresenta um breve prelúdio sobre a trajetória formativa do autor, em seguida, ao centrar no estudo do mestrado demos ênfase à numismática como fonte histórica e seu potencial no ensino de História.

O segundo capítulo adentra o período do primeiro governo de Getúlio Vargas e examina o uso de moedas e cédulas como fontes históricas. Esse período é dividido em três partes, abrangendo o *Governo Provisório* (1930-1934), o *Governo Constitucional* (1934-1937) e o *Estado Novo* (1937-1945). Em cada período, analisamos as moedas e cédulas

que circularam, relacionando-as com os eventos políticos e práticas da época.

O terceiro capítulo aborda as reflexões pedagógicas da numismática no Ensino de História e descrevemos a implementação de ações educacionais e de um repositório virtual (*blog*), que utiliza a numismática como ferramenta de aprendizado. Discutimos ainda, a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na educação, destacando-as como recursos tecnológicos.

Capítulo 1

DA CONSTRUÇÃO DO OLHAR HISTÓRICO À LEITURA DAS MOEDAS: UMA TRAJETÓRIA FORMATIVA

Neste capítulo descrevemos um percurso histórico da minha trajetória de vida², que contextualiza um pouco da minha formação e da pesquisa que desenvolvemos. Em seguida, apresentamos a numismática, procurando refletir de que modo ela pode ser trabalhada no ensino.

1.1 UMA TRAJETÓRIA FORMATIVA

Meu universo infantil floresceu entre as roças de café, arroz, milho e feijão, abrigado por um pequeno sítio de 15 alqueires que pertencia ao meu avô. Esse paraíso situava-se a 18 km da cidade de São José dos Quatro Marcos-MT. Naquela

2 O leitor verá nessa obra inicialmente o uso da primeira pessoa do singular e depois o uso da primeira pessoa do plural. Utilizo a primeira pessoa do singular quando abordo a minha trajetória, o percurso que me fez chegar a esta obra, mas quando adentro nos estudos e pesquisa, passo a utilizar a primeira pessoa do plural, tendo em vista que um estudo como este é constituído de muitas vozes que ecoam junto as minhas, como a das várias interlocuções no percurso da escrita.

infância, minha escola era uma modesta instituição rural, a Escola Estadual Santa Rosa, distante 1,5 km do lar, caminho que eu percorria entre cafezais, a pé ou de bicicleta.

Essa escola encerrava seu ciclo formativo no 4º ano. A partir do 5º, até o 3º ano do ensino médio, frequentei a Escola Estadual Miguel Barbosa, na cidade. O sítio era um microcosmo patriarcal. Meu avô ditava as regras e todos os filhos, casados ou solteiros, orbitavam ao redor dele. O conjunto de casas em linha reta refletia essa hierarquia: da esquerda para a direita, a primeira casa era a do meu pai, Anizio Perez Diodato, onde morávamos com minha mãe e irmã; depois, a casa do meu tio Alcides; em seguida, a de minha tia Rita Justina; a do meu avô, Olívio Perez, onde também vivia minha avó, Rita das Dores Perez, e o filho mais novo; por fim, a casa do tio Alcindo, com esposa e filha.

Todos ali se dedicavam à lavoura de café e repartiam os frutos com meu avô, conforme os costumes da época. Em meio à rotina rural, uma relíquia despertava minha curiosidade: uma caixinha de metal onde meu avô guardava moedas antigas — era o embrião do meu fascínio pela numismática.

Concluído o ensino médio, não ingressei de imediato no ensino superior. Após alguns anos, um casamento e desafios financeiros, fui inscrito no vestibular para o curso de História na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) por minha então esposa, Flávia Joice do Carmo, que concorria ao curso de Biologia. Fui aceito na segunda chamada e passei a viajar

diariamente os 90 km entre São José dos Quatro Marcos e Cáceres, retornando sempre tarde da noite, por volta da meia-noite e meia.

Durante essa fase, meu amor pela História cresceu, nutrido por professores como Clementino, João Ivo, Romir Conde, Adison, Luciano e pelas professoras Maria do Socorro e Maria de Lurdes (Malu). Apesar das jornadas exaustivas, as aulas me fascinavam, e minhas noites se estendiam em leituras até altas horas.

Antes mesmo de concluir o curso, tornei-me professor e, depois, diretor da Escola Estadual Santa Rosa, onde havia estudado na infância. Foi uma experiência marcante, especialmente por trabalhar ao lado da professora Vera Coghi, minha antiga mentora. Ao concluir a graduação, nasceu meu primogênito, Eduardo, e decidi buscar estabilidade financeira.

Como professor interino, meu salário era incerto e o contrato encerrava-se anualmente em dezembro. Para garantir um futuro ao meu filho, intensifiquei os estudos e fui aprovado em concurso público no estado de Rondônia. Assumi em Pimenta Bueno e, mais tarde, mudei-me para Rolim de Moura, acompanhando minha esposa, então aprovada em um concurso da área da saúde.

Atuei simultaneamente na rede pública e privada, trabalhando em três turnos. Ainda que o desejo de cursar um mestrado permanecesse vivo, as exigências do cotidiano eram grandes. Foi com o incentivo da minha atual esposa



e a informação compartilhada por um colega de trabalho, o professor Sócrates, que conheci o programa do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), da Unemat.

O retorno à Unemat, agora com quase 50 anos, trouxe novos desafios. A distância entre Rolim de Moura e Cáceres era de 800 km. Para frequentar as aulas, enfrentei dificuldades financeiras e longas viagens, ora de ônibus, ora de moto, partindo às 13h de Rondônia para chegar às 22h em São José dos Quatro Marcos, dormindo na casa da minha mãe e seguindo para Cáceres na manhã seguinte.

O retorno, ao fim do módulo, ocorria após as 15 ou 16 horas, e frequentemente eu chegava em casa depois das 2h da madrugada. Em uma dessas noites, vivi um episódio angustiante: deparei-me com um acidente de moto e, com espanto, percebi que o ferido era meu filho Eduardo, gravemente machucado. Ele sobreviveu, embora tenha perdido o baço e adquirido algumas pequenas sequelas.

Há 16 anos, atuo como professor na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Carlos Drummond de Andrade, uma instituição periférica que amo profundamente. É nesse espaço que realizo um trabalho que considero extraordinário: ensinar numismática em sala de aula. Sinto-me recompensado pela Unemat, que transformou minha vida, e pela oportunidade de, agora, transformar a vida dos meus alunos. Através do ProfHistória e da Capes, sou um educador mais preparado para despertar encantamento pela História em sala de aula.

1.2 DEFININDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

Podemos dizer que a prática educativa em sala de aula envolve a construção de saberes e conhecimentos que integram o repertório do professor – que é composto por cultura erudita, acadêmica e senso comum – às vivências dos estudantes, marcadas por origens e culturas familiares diversas. Nesse sentido, esse ambiente torna-se um verdadeiro laboratório, no qual o professor testa e aprimora métodos de ensino, enquanto os estudantes experimentam formas de apropriação do conhecimento.

Tal processo representa um dos maiores desafios da prática docente e, por isso, exige que o professor esteja em constante busca por novas formas de abordagem e engajamento. Quando o conteúdo se conecta ao cotidiano dos envolvidos, torna-se mais compreensível e significativo, facilitando a aprendizagem de forma mais prazerosa e eficaz.

Nesse sentido, a numismática pode contribuir significativamente para o ensino de História e Humanidades, ao utilizar objetos cotidianos – moedas e cédulas – como ponto de partida para uma abordagem mais contextualizada e interdisciplinar.

Além de símbolo econômico, a moeda é também instrumento político, de poder e de controle. Na pesquisa, utilizamos como eixo o período de 1930 a 1945 no Brasil, durante o governo de Getúlio Vargas, explorando as

representações de poder inscritas nas moedas desse tempo. A análise numismática permite compreender o poder não apenas nas instituições, mas nas práticas cotidianas, discursivas e interações sociais.

As moedas e cédulas, tão presentes na vida dos estudantes, raramente despertam atenção. No entanto, ao serem observadas como fonte histórica, tornam-se ferramentas potentes de análise e aprendizado.

Os participantes da pesquisa foram estudantes do 3º ano do ensino médio da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade, em Rolim de Moura–RO, uma instituição pública estadual que oferece o ensino fundamental II e o ensino médio. A escolha dessa turma se deve à coincidência entre o recorte temático da pesquisa e os conteúdos programáticos do ano letivo. Nesse sentido, a proposta procurou, portanto, desenvolver uma nova abordagem pedagógica que integrasse o universo cotidiano dos alunos à construção do conhecimento histórico.

A numismática é pouco explorada como ferramenta pedagógica em sala de aula. Ao pesquisar o tema, encontramos algumas dissertações e teses de mestrado e doutorado que buscaram dialogar com esse universo, como a dissertação de Ricardo Luiz Jonard (2020), intitulada *A numismática na sala de aula: moedas que contam histórias*, defendida no ProfHistória da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e a dissertação de Lincoln Mansur Coelho (2015), *Cultura material*

e ensino lúdico: o uso da numismática em sala de aula. Ambas voltadas, especificamente, à aplicação da numismática ao ensino de História.

Outros trabalhos como a dissertação de Paulo Roberto de Menezes Rêgo (2020), do ProfHistória da Universidade Federal de Sergipe, *Cara e coroa: um roteiro para o uso de moedas no ensino de História do Brasil*, e a tese de Claudio Umpierre Carlan (2007), *Moeda e poder em Roma: um mundo em transformação*, abordam aspectos importantes, mas sem foco direto na numismática como ferramenta pedagógica. Dessa forma, quando evidenciamos a escassez de pesquisas com esse enfoque, reforçamos a pertinência da proposta em trabalhar com a numismática na sala de aula.

O objetivo geral da pesquisa, realizada no mestrado, consistiu em analisar as potencialidades da numismática como ferramenta pedagógica na construção de saberes históricos por estudantes da educação básica, com ênfase no papel das fontes históricas.

O recorte temporal selecionado centrou-se nos anos entre guerras e na Segunda Guerra Mundial, compreendendo o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). A problematização desta pesquisa gira em torno do uso da numismática para promover conhecimento e consciência histórica, no contexto do Brasil republicano durante o primeiro governo varguista. Assim, buscamos, investigar historicamente a produção do papel moeda, observando tanto a dinâmica

conjuntural nacional quanto a internacional, articulando-a com os eventos e práticas políticas do período.

Os objetivos específicos incluíram: analisar as moedas e cédulas como fontes históricas privilegiadas no ensino e pesquisa; desenvolver uma revisão bibliográfica sobre o período em questão, mediando a interpretação numismática; e aprimorar práticas pedagógicas na educação básica por meio da criação de um repositório virtual — um *blog* numismático — que pudessem reunir exemplares de papel moeda e seus respectivos contextos históricos.

A abordagem teórico-metodológica que utilizamos aproxima-se dos princípios da Escola dos *Annales*, principalmente no que se refere à diversificação das fontes históricas, à interdisciplinaridade e à valorização da cultura material. O processo de desenvolvimento da pesquisa envolveu a seleção, limpeza e higienização das moedas e cédulas; registro fotográfico; catalogação por famílias monetárias; análise iconográfica e textual; além de ações pedagógicas e a criação do *blog*, com apoio de estudantes do IFMT — Câmpus Cáceres, por meio de projetos de Iniciação Científica do PIBIC/CNPq Júnior. Também contamos com a colaboração de estudantes da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade, no estado de Rondônia, que produziram vídeos para alimentar o *blog*. As moedas e cédulas analisadas pertencem ao acervo particular da família do professor/orientador Matheus de Mesquita e Pontes.



Organizamos o trabalho em três capítulos. No primeiro, abordamos a numismática como fonte histórica, destacando sua importância na compreensão de processos históricos e seu uso como ferramenta pedagógica capaz de dinamizar o ensino de História. Na revisão bibliográfica apresentamos os trabalhos de Jonard (2020) e Coelho (2015), que discutem a aplicação da numismática na educação. Também abordamos a tese de Claudio Carlan (2007) e a pesquisa de Caroline Oliveira (sobre a deusa Atena nas moedas da Magna Grécia), como referências para a aplicação da numismática em contextos históricos distintos.

Neste capítulo, ainda, estabelecemos um diálogo com os aportes teóricos da Nova História e dos *Annales*, enfatizando a interdisciplinaridade e a ampliação das fontes documentais, além de contribuições de Michel de Certeau e Pierre Bourdieu, este último discutiu acerca da simbologia das moedas como reprodutoras de uma ordem social.

No segundo, intitulado *Os usos das cédulas e moedas no primeiro governo de Getúlio Vargas*, dedicamos à análise iconográfica e contextual do papel moeda produzido entre 1930 e 1945, a partir de três subperíodos: *Governo Provisório* (1930-1934), *Governo Constitucional* (1934-1937) e *Estado Novo* (1937-1945). Inicialmente, examinamos a tensão entre o governo de Vargas e as oligarquias paulistas, através do Movimento de 1930 e da Revolução Constitucionalista de 1932. Analisamos as moedas comemorativas dos 400 anos de São Vicente e cédulas emitidas pelo governo paulista no contexto da

guerra civil. Em seguida, discutimos a consolidação do projeto nacionalista, com base na valorização de figuras simbólicas como Duque de Caxias, Barão de Tamandaré, Padre Anchieta, Santos Dumont e Barão de Mauá, representadas no papel moeda, refletindo a ideologia varguista. Por fim, analisamos o culto à personalidade de Vargas durante o *Estado Novo*, o papel do DIP e a propaganda de guerra, com referências à filósofa Hannah Arendt, evidenciando a função simbólica e política das moedas cunhadas com a efígie do presidente e imagens das riquezas nacionais.

No terceiro capítulo, intitulado *As novas ferramentas pedagógicas para o ensino de História no universo virtual*, apresentamos a experiência pedagógica do *blog* numismático. No primeiro subtítulo, discutimos o papel das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem, ressaltando seu impacto na inclusão digital e na construção do conhecimento histórico. Defendemos a integração de fontes históricas físicas — como moedas e cédulas — ao ambiente digital, promovendo uma experiência mais interativa e significativa. No segundo subtítulo, destacamos a criação do *blog* como repositório e museu virtual, com a participação ativa de estudantes na produção de vídeos curtos sobre o contexto histórico das peças. O *blog*, em constante atualização, visa ser um instrumento didático acessível, que valoriza o protagonismo discente e estimula o aprendizado colaborativo.

Para organizar e catalogar as moedas e cédulas, utilizamos os catálogos da Numismática Vieira (edições de 2019)³, que também embasaram os conceitos de anverso/reverso (moedas) e frente/verso (cédulas). Ressaltamos que o uso de novas ferramentas pedagógicas exige tempo, estudo e experimentação. O professor é um pesquisador da própria prática, e a sala de aula torna-se um espaço privilegiado de investigação, onde experiências, saberes e curiosidades alimentam o fazer pedagógico e o currículo oculto. Assim, esse estudo busca não apenas analisar historicamente um período específico da história do Brasil, mas também propor caminhos metodológicos inovadores para o ensino de História na contemporaneidade.

A busca por novas ferramentas pedagógicas por parte do educador é uma autocritica sobre sua ação no ensino que, segundo o pedagogo Paulo Freire (1996, p. 11), é uma atitude vital, pois a “[...] reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática ativismo”.

Ao buscar novas formas de trabalhar o conteúdo de História, o professor precisa estar ciente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção ou construção (Freire, 1996). O conhecimento histórico deve ser construído pelo estudante a partir de suas percepções em aula aliadas às vivências cotidianas. Teoria e prática precisam estar atreladas para que o discente desenvolva

3 Disponível em: <https://www.numismaticavieira.com.br/c/catalogos/73236-SIT.html>. Acesso em: 13 maio 2023.

uma consciência sobre o que aprende. Segundo Jörn Rüsen (2011, p. 16), a

[...] consciência histórica será algo que ocorre quando a informação inerte, progressivamente interiorizada, torna-se parte da ferramenta mental do sujeito e é utilizada, com algumas consistências, como orientação no quotidiano.

Nesse sentido, qualquer nova ferramenta pedagógica precisa considerar esses aspectos que incentivam o estudante a refletir sobre o conteúdo e a realidade em que está inserido. Para aliar teoria e prática e tornar as aulas mais atrativas e reflexivas, buscamos como objeto de pesquisa algo presente no cotidiano: o papel-moeda, ou seja, moedas e cédulas que circularam na economia brasileira. A numismática, área que estuda esses objetos, revela-se com grande potencial histórico e como recurso didático.

Nosso interesse pela numismática surgiu após um encontro com o orientador, que mostrou sua coleção de moedas. Essa experiência me fez reviver memórias da infância, quando meu avô paterno guardava moedas antigas em uma pequena caixa, o que sempre despertava minha curiosidade. Até então, eu sequer conhecia o termo “numismática”, tampouco sabia de seu uso como ferramenta pedagógica. Percebi que o fascínio pelas moedas estava presente em mim desde a infância, ainda que adormecido, e a pesquisa contribuiu para aprofundar esse interesse. Hoje mantenho minha própria coleção, ainda que modesta, carregada de significados, memórias e sentimentos.

O termo numismática tem origem no grego *nomisma* e no latim *nummus*⁴, palavras utilizadas pelas civilizações ocidentais da Antiguidade Clássica para designar moedas (Costilhes, 1985). Trata-se de pequenos objetos que são, ao mesmo tempo, documentos e monumentos carregados de memória, capazes de despertar a curiosidade tanto do professor/historiador quanto de seus estudantes. A numismática enxerga o papel-moeda como um documento histórico e artístico (Frère, 1984). Por trás das efígies, há toda uma lógica de quem as criou e do grupo social que controla sua produção. Esses elementos trazem representações de poder, explícitas ou implícitas, e fazem parte do cotidiano das pessoas, inseridas em um contexto temporal e espacial específico.

Estudar moedas, cédulas, medalhas e outros objetos relacionados à cunhagem permite compreender diferentes aspectos históricos. Como são produzidos em larga escala pelos Estados nacionais e circulam por longos períodos, eles possibilitam uma leitura ampla de uma época. Frequentemente, apresentam símbolos, imagens e inscrições que revelam informações sobre a economia, política, cultura e religião de determinado período. Por isso, a numismática é uma ferramenta valiosa para historiadores, arqueólogos e demais especialistas interessados em compreender o passado. Portanto, consideramos importante explorar as maneiras pelas quais a numismática pode ser usada como fonte histórica no

4 *Nummus*; plural: *voῦμμοι*, *nummi* é um termo latino que significa “moeda”, usado tecnicamente para uma série de moedas de cobre emitidas pelos imperadores romanos e bizantinos durante a antiguidade tardia ocidental europeia.

ensino e como ela tem contribuído para nossa compreensão da história.

Ao considerar o papel das moedas na análise histórica, Jonard (2020) destaca que:

Todas estas possibilidades de análise estão atreladas a determinados processos históricos, e devem ser utilizadas pelos historiadores à exaustão. [...] A relação do metal-moeda com estes processos é evidente, pois toda moeda é testemunho de seu próprio tempo. Elas circularam pelas mãos das pessoas em todas as eras desde a antiguidade (Jonard, 2020, p. 15).

O objeto de estudo, o recorte temporal e espacial que escolhemos para desenvolver no mestrado foi sobre o período do primeiro governo presidencial de Getúlio Vargas que esteve à frente no Brasil, entre os anos de 1930 e 1945, período repleto de embates e de transformações políticas, econômicas e sociais, que reverberam até os dias atuais.

A numismática pode ser uma ferramenta valiosa no ensino de história na contemporaneidade, que pode ser utilizada para construir saberes e compreender a “primeira era” de Getúlio Vargas. O uso de moedas e cédulas como fontes primárias podem apresentar novas possibilidades e ferramentas pedagógicas para o ensino de história na sala de aula. Estudos como a dissertação de mestrado de Paulo Roberto de Menezes Rêgo, *Cara e coroa: um roteiro para o uso de moedas no ensino de História do Brasil* (2020), e a tese de doutorado de Claudio Umpierre Carlan, *Moeda e poder em*

Roma: um mundo em transformação (2007), demonstram a importância da numismática enquanto fonte histórica.

A abordagem da numismática em sala de aula pode ampliar a compreensão dos estudantes sobre a cultura, política e economia de uma época específica, e auxiliar na construção de novas perspectivas sobre o passado. Também a utilização de novas ferramentas pedagógicas no ensino de história, especialmente as digitais, aliadas ao estudo do papel-moeda, podem ampliar a compreensão dos estudantes sobre o passado e o tempo presente.

Nesse direcionamento, o trabalho que desenvolvemos aproxima das proposituras metodológicas efetuadas pela Escola dos *Annales*⁵ no âmbito do labor historiográfico.

Ao levarmos para a sala de aula a numismática, a análise de moedas e cédulas, diferentes áreas de conhecimento serão utilizadas, mas a primordial será a História, já que o estudante estará diante de um documento/monumento, que segundo o historiador Jacques Le Goff (1990, p. 536, grifo do autor):

A palavra latina *monuentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos.

5 Escola dos *Annales* foi um movimento historiográfico surgido na França, durante a primeira metade do século XX. Em oposição à história tradicional, historicismo ou positivismo.

Por mais que os discentes não tenham vivenciado a *Era Vargas*, é possível através dos estudos, da instigação à curiosidade por meio da numismática fazê-los se interessar, incentivando a pesquisa. Poderão fazer um exercício interessante nos seus levantamentos de dados correlatos, como efetuar o levantamento da idade dos seus avós, bisavôs, trisavôs e até mesmo os tataravôs, associando assim a história de sua família ao período estudado. O estudante será incentivado não só buscar a história dos seus familiares, mas conhecer o momento político, econômico e todo o contexto social do período investigado, além da curiosidade sobre os personagens que se encontram nas moedas, os desenhos, os emblemas, entre outros.

Desse modo, a história torna-se mais interessante, porque o estudante terá em suas mãos e em sua vida o sinal do passado, atrelado ao seu presente. Também desperta a curiosidade do aluno sobre o próprio processo de produção do documento e o contexto em que ele foi produzido.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver (Le Goff, 1990, p. 547-548).

Tais documentos serão posicionados enquanto fontes primárias, fazendo com que se estabeleçam várias relações com o período estudado.

As moedas e cédulas do primeiro governo Vargas trazem uma grande carga de simbologias. Elas não são criadas e

impressas aleatoriamente, por detrás de uma efígie há uma carga de representatividade e estratégias, vinculadas ao grupo político que se encontra no poder.

O uso da numismática, em sala junto aos estudantes, visa despertar o interesse dos jovens estudantes para que compreendam o emaranhado de relações sob as criações de cada governo, as intencionalidades. Também teve como objetivo uma análise do documento, neste caso, moedas ou cédulas do período. Tais documentos são posicionados enquanto fontes primárias, estabelecendo, dessa forma, várias relações com o período estudado, desmitificando-o. Tal propositura é instigadora, pois assim como um investigador, o discente buscará decifrar o que está por trás da cunhagem daquela moeda, qual o tipo de metal, o que os símbolos representam, em que ano foi cunhada, o que estava acontecendo naquele momento específico no país etc.

As moedas e cédulas do primeiro governo Vargas trazem uma grande carga de simbologias; elas não são cunhadas ao acaso; por trás de uma efígie há uma carga de representatividade e táticas, vinculadas ao grupo hegemônico no poder. Segundo Chartier,

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (Chartier, 1988, p.17).

No contexto da numismática, podemos perceber que as moedas são artefatos criados por autoridades governamentais, reis, ou líderes políticos, e, portanto, carregam em si uma intencionalidade.

As representações presentes nas moedas, sejam elas imagens de líderes, símbolos nacionais, cenas históricas ou outros elementos, são cuidadosamente selecionadas e projetadas para transmitir uma mensagem específica. Essas representações numismáticas são moldadas pelos interesses dos grupos hegemônicos, que buscam legitimar seu *status*, propagar sua ideologia e promover sua autoridade. Dessa forma, as moedas se tornam veículos de comunicação visual que refletem as relações de poder e as agendas políticas de determinado período histórico.

Em suma, é importante considerarmos o relacionamento entre os discursos proferidos nas moedas e a posição dos grupos que as utilizam, oferecendo uma perspectiva crítica e contextualizada para a análise numismática.

1.3 A “REVOLUÇÃO” HISTORIOGRÁFICA DOS *ANNALES* NO USO DA INTERDISCIPLINARIDADE E NA AMPLIAÇÃO DAS FONTES HISTÓRICAS

O tempo é o grande mestre das transformações. O mundo nunca parou de se recriar, de se reinventar. Os eventos e

acontecimentos históricos, por mais simples que pareçam, não são menos importantes que os chamados “grandes” eventos. Todo indivíduo tem sua história, seja ele um rei, um imperador ou um camponês isolado. Da mesma forma, as fontes da história não se limitam àquilo que está escrito. A chamada “pré-história” está carregada de significados históricos, assim como uma xícara do casamento da avó, uma panela herdada de família, as memórias de um ancião ou uma festa tradicional. Tudo isso é história, são experiências humanas impregnadas de simbolismo, emoção e tradição.

Na historiografia contemporânea, não importa se a trama ocorreu num palácio ou em um bairro operário, se o sujeito é um imperador ou um camponês, se o objeto é uma obra de arte ou uma mobília modesta. Tudo pode ser objeto de pesquisa. Jules Michelet, em seus volumes sobre a História da França (1833-1867), já incorporava à sua narrativa elementos sociais, culturais e religiosos, valorizando o papel das classes populares na construção da história. Apesar de ter produzido antes da grande virada dos *Annales*, já esboçava um olhar ampliado sobre o passado.

A grande inovação trazida pelos *Annales* foi a interdisciplinaridade. Suas três gerações de historiadores, mesmo com divergências, propuseram uma história influenciada pelas ciências sociais (Reis, 2005). A numismática, embora não diretamente ligada ao pensamento dos *Annales*, compartilha desse princípio metodológico. Muito além do colecionismo de moedas, a numismática articula política, economia, arte e

cultura na interpretação das peças monetárias que circulam entre as pessoas.

Apesar de o papel-moeda ser regulamentado e produzido pelos Estados, e o colecionismo ter sido por muito tempo prática das elites, esses objetos não eram considerados fontes relevantes pela história tradicional, que priorizava os documentos oficiais. A historiografia do século XIX, influenciada pelo positivismo, privilegiava os grandes personagens e os grandes eventos, marginalizando fontes como moedas, cédulas e objetos cotidianos.

A transformação dessa perspectiva ocorreu com a valorização de um novo olhar para o tempo histórico. Segundo José Carlos Reis (2000, p. 15), a principal mudança promovida pelos *Annales* não foi apenas a interdisciplinaridade, mas “a nova representação do tempo histórico”. A aproximação com as ciências sociais fez com que a história deixasse de ser exclusivamente linear, permitindo uma simultaneidade de estruturas e experiências históricas. Ainda assim, a linearidade eurocêntrica segue presente na produção historiográfica brasileira e nos currículos escolares. A numismática, por tratar de objetos diversos em espaços e tempos distintos, pode contribuir para romper com essa centralidade e ampliar as perspectivas temporais na reflexão histórica.

A mudança nos alicerces da história tradicional teve início com Lucien Febvre e Marc Bloch (Burke, 1992), que se destacaram em um contexto dominado por narrativas

políticas. Influenciados por autores como Michelet e Fustel de Coulanges, os *Annales* propuseram uma história que valorizasse o cotidiano, os pequenos eventos e a vida popular. Essa nova abordagem não descarta a história tradicional, mas a revisita criticamente, reconhecendo seu papel na construção do pensamento histórico.

Na apresentação de Nilo Odália da versão brasileira de *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*, de Peter Burke, evidenciamos a urgência da mudança historiográfica. Como relata Odália (1992, p.1):

A necessidade de uma história mais abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir, não podia reduzir-se a um pálido reflexo de jogos de poder, ou de maneiras de sentir, pensar e agir dos poderosos do momento. Fazer uma outra história, na expressão usada por Febvre, era, portanto, menos redescobrir o homem do que, enfim, descobri-lo na plenitude de suas virtualidades, que se inscreviam concretamente em suas realizações históricas. Abre-se, em consequência, o leque de possibilidades do fazer historiográfico.

Esse novo modo de pensar a historiografia associando-se a outras disciplinas, a exemplo das ciências sociais, antropologia, geografia, entre outras, abriu várias possibilidades de reflexão, em meio à história positivista, dita tradicional. Mesmo atacados, criticados e cercados por todos os lados, os ‘revolucionários’ dos *Annales* fincam os novos marcos nas clareiras abertas, e assegurando o território conquistado. Delineiam novos espaços na reflexão histórica, utilizando-se



de arsenais teóricos, com argumentos inovadores. Constroem algo e, pouco a pouco, conquistam e expandem espaços no labor historiográfico, rompendo as “antigas fronteiras” delineadas pelo pensamento positivista.

Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie formavam, nos primeiros momentos, o “núcleo central” dos *Annales*. Esse grupo, ao irradiar novas expectativas diante de uma nova visão historiográfica, se tornam foco de observação de outros historiadores, principalmente na realização de algo até então impensável, que era o diálogo com outras ciências, uma complementação interdisciplinar para compreender e fazer uma história mais totalizante, que abrangesse e estimulasse a preencher lacunas que a história elaborada pelos positivistas não conseguia promover. Outros historiadores, no transcorrer do século XX, deram suas contribuições a essa grande transformação, mesmo não sendo parte do “núcleo central” ou ‘afiliação’ explícita com os *Annales*, como Ernest Labrousse, Pierre Vilar, Maurice Agulhon, Michel Vovelle, Roland Mousnier e Michel Foucault entre outros.

Almejando uma caracterização na dinâmica do desenvolvimento na movimentação historiográfica dos *Annales*, Burke (1996, p. 06-07) faz a seguinte análise:

Esse movimento pode ser dividido em três fases. Em sua primeira fase, de 1920 a 1945, caracterizou-se por ser pequeno, radical e subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política

e a história dos eventos. Depois da Segunda Guerra Mundial, os rebeldes apoderaram-se do *establishement* histórico. Essa segunda fase do movimento, que mais se aproxima verdadeiramente de uma ‘escola’, com conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (especialmente a ‘história serial’ das mudanças na longa duração), foi dominada pela presença de Fernand Braudel. Na história do movimento, uma terceira fase se inicia por volta de 1968. É profundamente marcada pela fragmentação.

Mesmo em sua terceira fase, apesar do movimento ter se fragmentado, o processo de uma nova historiografia já estava consolidado. A história positivista surgida no século XIX, na França, baseava-se na crença de que a história é regida por leis objetivas e que seria possível estudá-la de forma sistemática e imparcial, com método científico. Essa concepção foi diluída com o movimento dos *Annales*, que rompeu com a valorização exclusiva dos fatos objetivos e mensuráveis, em detrimento das interpretações subjetivas.

A Escola dos *Annales* propôs uma abordagem mais ampla e interdisciplinar, buscando compreender a história por múltiplas perspectivas, levando em conta não só os eventos políticos, como também a economia, a cultura, a sociedade e o meio ambiente. O foco passou a ser a compreensão das transformações sociais de longa duração, em vez de narrar fatos isolados. Assim, os *Annales* foram fundamentais na renovação da historiografia, influenciando outras áreas do saber e inspirando novas correntes historiográficas no mundo.

Dentre as renovações propostas, destacamos a ampliação do conceito de fonte documental. Para os positivistas, as fontes legítimas eram os documentos oficiais do Estado-nação. Já para os *Annales*, todo vestígio da ação humana pode ser fonte histórica. Esse novo paradigma quebrou o monopólio das narrativas políticas e econômicas produzidas pelas elites. A memória dos analfabetos, as festas populares, a arqueologia, a etnografia, as literaturas marginais e eruditas, entre outros rastros da experiência humana, tornaram-se elementos legítimos para o trabalho historiográfico. Emerge, assim, uma história plural.

Nesse contexto, moedas, cédulas, medalhas e a própria numismática passam a ser compreendidas sob uma nova ótica. A perspectiva interdisciplinar contribui para enxergar a numismática além do simples colecionismo, revelando aspectos das relações de poder, da arte, da economia e da cultura local presentes nas peças monetárias. Apesar disso, ainda é pouco comum o uso dessas fontes por historiadores brasileiros, seja em pesquisas acadêmicas ou no ensino básico de história.

Com a revolução dos *Annales*, novas interpretações e movimentos historiográficos foram surgindo. Um exemplo é *A invenção do cotidiano*, de Michel de Certeau, publicado em 1980. A obra resulta de uma pesquisa realizada entre 1974 e 1978 sobre metodologias do estudo do cotidiano doméstico francês. Próximo da terceira geração dos *Annales*, Certeau apresenta a ideia de que a vida cotidiana é um espaço de

resistência e de criação de táticas utilizadas pelas pessoas comuns para adaptarem-se e apropriarem-se do mundo em que vivem.

Segundo Certeau (1998), os indivíduos criam formas de agir que subvertem a lógica do poder estabelecido, abrindo novas possibilidades de ação e subjetividade. O cotidiano, longe de ser passivo, é um campo de criatividade e reinvenção. Ele critica diretamente o positivismo, sobretudo a visão do poder como algo monolítico e incontestável. Sua obra é uma celebração da capacidade humana de ressignificar e transformar o mundo em que vive. Ainda antes da introdução de *A invenção do cotidiano*, Certeau já revela o horizonte de sua pesquisa e os relatos que compõem o livro,

Os relatos de que se compõe esta obra pretendem narrar práticas comuns. Introduzi-las com as experiências particulares, as frequentações, as solidariedades e as lutas que organizam o espaço onde essas narrações vão abrindo um caminho, significará delimitar um campo. Com isto, se precisará igualmente uma maneira de caminhar, que pertence aliás às ‘maneiras de fazer’ de que aqui se trata. Para ler e escrever a cultura ordinária, é mister reaprender operações comuns e fazer da análise uma variante do seu objeto (Certeau, 1998, p. 35).

A pesquisa de Certeau e sua obra ganharam tamanha abrangência devido a toda subversão do início da Escola dos *Annales*, no começo do século XX. Mesmo não sendo um historiador profissional, e sim um teórico, sempre se interessou pela história e pela cultura, e sua abordagem interdisciplinar

e a ênfase nas práticas culturais e cotidianas, que são características dos *Annales*, influenciaram o pensamento de Certeau (1998) e fez com que suas obras se aproximassesem da perspectiva da nova historiografia.

As moedas e cédulas, enquanto peças monetárias que circulam no cotidiano popular, produzem vários vínculos simbólicos com as pessoas. No caso da conjuntura política e econômica brasileira, que vivenciou uma série de crises ao longo do período imperial e republicano, promoveu um conjunto de planos econômicos e famílias monetárias, que desencadeou uma expressiva substituição e variedade de papel-moeda que circularam nas mãos dos brasileiros, ao longo dos anos.

Nessa dinâmica a moeda e a cédula, produzida em um determinado governo e/ou plano econômico, podem promover memórias de um período vivido pelo sujeito. Lembranças do cotidiano podem remeter a um momento de bonança ou de dificuldade financeira, do emprego ou desemprego, dos tempos de infância, juventude e princípio da vida adulta, ou até mesmo estimular recordações familiares.

Apesar de não ter sido o objetivo da pesquisa explorar a diversidade do papel-moeda brasileiro e nem o de estabelecer sua correlação afetiva (ou de ressentimentos) com as memórias do cotidiano popular, no campo do espaço educacional o uso do papel-moeda, enquanto recurso pedagógico para desenvolver o ensino de história, pode se tornar uma ferramenta potente.

Nesse viés, a perspectiva apresentada por Certeau (1998) na história do cotidiano é uma excelente oportunidade de aproximar a história ensinada, interligando-a às vivências dos familiares dos discentes, utilizando-se das moedas e cédulas que circularam nas mãos dos pais, avós e outros descendentes – e suas memórias – como mediadoras para acessar o passado. Mesmo esse estudo não tendo abordado o cotidiano, esperamos que o produto pedagógico advindo deste trabalho possa estimular, no labor do ensino de história, os saberes apontados por Certeau (1998) em explorar as memórias do cotidiano.

Concomitantemente, na mesma época da elaboração dos ensinamentos de Michel de Certeau, e fazendo parte da terceira geração da Escola dos *Annales*, Jacques Le Goff (1990) também deu a sua grande contribuição à “nova História”, sua geração ficou conhecida como “geração da história das mentalidades” ou “história cultural”. A preocupação dessa geração era com a história das mentalidades, das representações, dos símbolos e das práticas culturais. Essa linhagem de historiadores valorizava a interdisciplinaridade e buscava compreender a história, a partir de uma perspectiva mais ampla, levando em conta a cultura, as artes, a religião, as mentalidades e as representações simbólicas.

Em seu livro *História e memória*, Le Goff (1990) apresenta a ideia central de que a história e a memória são duas formas distintas de representação do passado, mas que estão interligadas e complementares. Para o autor, a história é

uma construção intelectual que busca a verdade dos fatos e a objetividade, enquanto a memória é uma construção coletiva e subjetiva que busca a identidade e a continuidade. As duas compartilham o objetivo de dar sentido ao passado e de produzir uma interpretação significativa do presente, ambas são necessárias para a compreensão da cultura e da sociedade. O livro faz uma reflexão sobre a relação entre história e memória, e sobre o papel que essas duas formas de representação do passado desempenham na construção da identidade cultural e social.

Para conseguir chegar a esse ponto relacionando história e memória, Le Goff (1990) faz uma busca epistemológica da palavra história, passando pelas línguas românicas e anglo saxã, mostrando as suas similaridades e diferenças, atrela os significados ao historicismo do século XIX e fundamentando sua ideia a partir de vários historiadores, teóricos, filósofos entre outros do seu tempo e do passado, a exemplo de Lefebvre, Paul Veyne e Paul Ricoeur. Le Goff (1990) faz uma crítica à historicidade *événemmentielle*⁶, com base no sistema positivista, tradicional, a história dos eventos. O autor não foge ao processo de uma nova história que iniciou na primeira geração. Mais do que os seus antepassados, ele busca na interdisciplinaridade a compreensão da história, a exemplo de Paul Ricoeur, que diz:

Irei, pois, abordar a história pedindo a um filósofo a idéia de base:

6 História dos grandes eventos.

‘A história só é história na medida em que não consente nem no discurso absoluto, nem na singularidade absoluta, na medida em que seu sentido se mantém confuso, misturado... A história é essencialmente equívoca, no sentido de que é virtualmente *événemmentielle* e virtualmente estrutural. A história é na verdade o reino do inexato. Esta descoberta não é inútil; justifica o historiador. Justifica todas as suas incertezas. O método histórico só pode ser um método inexato... a história quer ser objetiva e não pode sé-lo. Quer fazer reviver e só pode reconstruir. Ela quer tomar as coisas contemporâneas, mas ao mesmo tempo tem de reconstituir a distância e a profundidade da lonjura histórica. Finalmente, esta reflexão procura justificar todas as aporias do ofício do historiador, as que Marc Bloch tinha assinalado na sua apologia da história e do ofício de historiador. Estas dificuldades não são vícios do método, são equívocos bem fundamentados’ (Ricoeur, 1961, p. 226 *apud* Le Goff, 1990, p. 21-22).

Aclaridade nas ideias de Ricoeur, citada por Le Goff (1990), sobre a história, talvez seja uma das mais impressionantes dentro da perspectiva da “Nova História”. Mesmo não sendo historiador, sendo um filósofo, conseguiu captar a essência dos *Annales*. Obviamente que Ricoeur (1961, *apud* Le Goff 1990) já estava embebido nas ideias da primeira e segunda geração da Escola dos *Annales*, o que fez repensar, inclusive, a filosofia.

O tempo da história tradicional é colocada em xeque a todo o momento, ao longo da história das gerações dos *Annales*:

com essa nova visão do homem e da história, sustentada pela sua inovadora reconstrução do tempo histórico, um ‘outro homem’ aparece

na pesquisa histórica. A história sofreu uma modificação profunda em seu campo de análise. Dominada por um tempo teleológico, a história tradicional enfatizava a 'história acontecimental': o homem aparecia na história política, das ideias, na biografia dos grandes líderes. A história tradicional era um 'olhar a partir de cima': psicológica, elitista, biográfica, qualitativa, visava ao particular, ao individual e ao singular, era legitimadora, partidária, comemorativa, uma narrativa justificadora do poder presente. Os historiadores dos *Annales* darão ênfase à região 'não acontecimental' da história: ao mundo mais durável, mais estruturado, mais resistente à mudança, da vida material econômico-social e da vida mental (Reis, 2000, p. 22).

Podemos perceber essa nova forma de ler a humanidade no passado em todas as pesquisas e fundamentações das gerações dos *Annales*, o que torna possível as abordagens historiográficas atuais. Segundo o historiador José Carlos Reis (2000), um dos principais intérpretes brasileiros dos *Annales*, o arquivo do historiador se renovou e diversificou, tornando-o um sujeito inquieto, que reabre constantemente o passado em vez de reconstituir-lo definitivamente. Assim, a história sofre metamorfoses conforme as interpretações e os interesses do presente. O historiador se porta como um homem que viaja no tempo, transformando o passado a partir de suas inferências e do seu contexto.

Essas inferências, em diferentes períodos históricos, precisam considerar as práticas culturais e representações simbólicas do tempo pesquisado (Chartier, 1990). Isso se aplica, por exemplo, à abordagem numismática em sala de

aula, que exige cuidado para não reforçar uma visão positivista ou *événemementielle* da história. O estudante deve compreender que a cultura, a memória e a própria história são campos em disputa, onde diferentes grupos lutam para produzir e difundir significados e representações. Esse entendimento pode ser despertado por meio da análise de moedas e cédulas de diferentes momentos da vida nacional, que refletem tanto o cotidiano da sociedade quanto suas práticas de resistência.

Também é essencial que o estudante perceba que a cultura da época estudada não era estática ou neutra, mas um espaço dinâmico de criação de sentidos que moldam identidades, crenças e valores. Uma proposta significativa nesse sentido é a de Roger Chartier, que propõe, em *A história cultural: entre práticas e representações*, uma análise da cultura que considera tanto as práticas cotidianas e materiais (como leitura, escrita, pintura) quanto as representações simbólicas (mitos, narrativas, imagens) que circulam por elas.

Embora Chartier não use o papel-moeda como fonte primária ou secundária, sua abordagem ajuda a pensar a relação entre cultura e sociedade ao longo do tempo. Tal perspectiva pode ser aplicada à análise estética, iconográfica e simbólica das moedas e cédulas, buscando identificar as estratégias do Estado-nação e de suas elites dirigentes. Por outro lado, mesmo que esta pesquisa dissertativa não adentre tal aspecto, cabe destacar que as apropriações representativas feitas pelos usuários podem ser investigadas nas práticas do ensino de História.



1.4 AS MOEDAS E CÉDULAS ENQUANTO INSTRUMENTOS DE REPRODUÇÃO DA ORDEM SOCIAL EM SEUS CONTEXTOS DE CUNHAGEM E COMO FONTES RELEVANTES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NO TEMPO PRESENTE

Quando pensamos em cédulas e moedas, temos que ter um olhar além do uso do consumo para a satisfação e realização de desejos pessoais ou para a sobrevivência. As moedas e cédulas desempenham um papel importante na nossa sociedade, como garantir a ordem econômica e social, ou usadas para almejar a estabilidade política, além de influenciar a forma como as pessoas interagem entre si.

O sistema econômico/monetário de um país capitalista não gera uma pluralidade de classes sociais, e a estruturação das classes existentes são reproduzidas e reafirmadas ao longo do tempo, perpetuando o fosso das desigualdades sociais. As instituições estatais e o papel-moeda circulante, desempenham uma função relevante, na reprodução dessas desigualdades. As cédulas e moedas, enquanto peças produzidas pelo Estado-nação, são ferramentas importantes para entender como a ordem social e econômica de um país é pensada por suas elites dirigentes. Por outro lado, no campo histórico e educacional, podemos aprender com as formas de produção e circulação do dinheiro, via o papel-moeda, aspectos societários do tempo passado e do tempo presente.

A sociedade é permeada por uma diversidade de campos sociais, que se entrelaçam à economia, política, cultura, entre outros. Cada campo constitui suas próprias regras, hierarquias e relações de poder. Em meio a esse processo, o espaço social está presente nessas estruturas, ele se molda em cada um dos campos, seja econômico, político ou cultural, onde as pessoas ocupam posições sociais dentro de cada campo. Esse espaço é hierarquizado, onde as pessoas possuem diferentes quantidades de recursos, seja dinheiro, educação, influência entre outros.

Segundo Pierre Bourdieu (1996, p. 19, grifo do autor),

o espaço social é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os *dois princípios de diferenciação* que, em sociedades mais desenvolvidas, como Estados Unidos, o Japão ou a França, são, sem dúvida, os mais eficientes - capital econômico e o capital cultural.

O capital econômico, que se refere aos recursos financeiros e materiais possuídos por uma pessoa, em uma sociedade capitalista, desempenha papel central na estratificação social, tendo em vista que influencia diretamente o acesso a oportunidades, serviços e privilégios. Por outro lado, o capital cultural envolve conhecimentos, habilidades, competências e formas de cultura adquiridas por meio da educação formal, da socialização e da experiência. Isso inclui a educação acadêmica, assim como também a familiarização com a arte, literatura, normas culturais e valores específicos

de um determinado grupo social. Segundo Bourdieu (1996), a distribuição de posições no espaço social é mediada pela quantidade e qualidade do capital econômico e cultural que os indivíduos ou grupos possuem. Aqueles que têm maior poder econômico e cultural têm maior probabilidade de ocupar posições mais privilegiadas e desfrutar de maior *status* e poder na sociedade.

O espaço social se integra a um outro espaço importante, que é o simbólico, que se relaciona ao conjunto de significados, valores e representações compartilhados socialmente. Nesse espaço, as pessoas constroem e negociam sua identidade, *status* e prestígio. O espaço simbólico está intrinsecamente ligado ao espaço social, uma vez que as hierarquias e desigualdades presentes no espaço social refletem no espaço simbólico.

Bourdieu (1996) argumenta que o espaço social e o espaço simbólico são interdependentes e se interconectam mutuamente. As posições ocupadas pelas pessoas no espaço social mediam sua posição e valor simbólico na sociedade, enquanto as representações simbólicas e os discursos também têm o poder de moldar as relações sociais e as estruturas de poder.

Esses conceitos são fundamentais para entender como as desigualdades sociais são construídas e mantidas, como diferentes grupos e classes sociais lutam por poder e

reconhecimento, e como os sistemas de valores e símbolos moldam nossa compreensão do mundo social.

Quando aplicamos o pensamento de Bourdieu (1996) à numismática, no caso das moedas e cédulas, essas são a representação simbólica do poder do Estado e da estrutura social vigente. As moedas criadas, estrategicamente, durante o primeiro governo Vargas faziam parte da política de controle social e do fortalecimento do Estado-nacional, servindo como instrumento simbólico para legitimar o governo varguista, reforçando a identidade nacional e transmitindo uma pretensa mensagem de apoio aos trabalhadores, às classes menos favorecidas, ou até mesmo um aceno de paz, como no caso das moedas vicentinas, cunhadas no período do Movimento Constitucionalista Paulista de 1932.

A prática da utilização de moeda, como legitimação do poder, é milenar conforme (re)lembra Coelho (2018), fazendo alusão à governança do controle social na ascensão do Império Macedônico, na antiguidade clássica ocidental, pois

a moeda, nas sociedades antigas, era um importante instrumento de legitimação do governo e do poder. Um exemplo é o dracma de Alexandre o Grande, que trazia a imagem da face de Alexandre, encarnando o próprio Hércules, vestido com a pele do leão de Nemeia. Nela, Alexandre demonstrava sua força e seus feitos, sendo comparável somente ao semideus Hércules. No reverso, temos a imagem de Zeus, sentado, com uma águia nas mãos. Essa forma de cunhagem foi copiada pelos generais de Alexandre, após sua morte, como forma de legitimação de seus domínios (Coelho, 2018, p. 29).



Aqui temos uma evidência de como a cunhagem de moedas era utilizada como uma poderosa ferramenta simbólica, para afirmar o poder político e reforçar a legitimidade dos governantes, nas sociedades antigas. As moedas não eram apenas meios de comercialização, mas também veículos de propaganda política e instrumentos de construção de narrativas que moldavam a percepção, a identidade e a memória coletiva das pessoas.

A retórica de Getúlio Vargas, voltada para classe trabalhadora, vinha ao encontro da organização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em que todas as leis trabalhistas foram unificadas por um Decreto-lei, com 922 artigos, em 1943. As moedas e cédulas não apresentavam a imagem do trabalhador, esse estava nos discursos de Vargas, que se apropriou do 1º de Maio, transformando o Dia do Trabalhador em um feriado, com celebrações institucionais, como festas e desfiles. Nas festas, o trabalhador era exaltado, ao mesmo tempo se exaltava o Estado-nacional e ações “benevolentes” de Vargas, apontado como o primeiro e grande trabalhador da nação, que “presava e valorizava quem trabalhava”.

Simbolicamente o discurso foi construído ao mesmo tempo que sua efígie era cunhada nas moedas de pequeno valor comercial, revelando o quão “perto” ele se encontrava dessa classe, apoiando os trabalhadores e sua importância para a nação. Era Getúlio Vargas quem aparecia e não os trabalhadores! A partir da numismática é possível alargar

o horizonte de análise, e possibilitar a construção do conhecimento em vários aspectos.

Ao enfatizar o trabalhador em seus discursos, valorizando-os juntamente com suas demandas, estabelecia uma relação de identificação e legitimidade com esse grupo social. Segundo Foucault (1996), essa forma de exercício de poder acaba sendo mais aceita e até mesmo prazerosa para os trabalhadores, que se sentem reconhecidos e representados pelo líder político, essa forma de exercer o poder, ajuda a disseminar os micros poderes, aceito por muitos de forma espontânea, sem a imposição.

O discurso, as moedas, a CLT, se associavam também à política industrializante de Getúlio Vargas, passando a imagem de que a industrialização melhoraria as condições sociais e econômicas da classe operária, enfatizando também a proteção dos direitos laborais.

Portanto, as moedas e cédulas criadas no primeiro governo Vargas fazem parte das expressões simbólicas, das relações de poder e das estratégias políticas adotadas na época. Elas foram utilizadas como uma ferramenta para transmitir mensagens populistas e políticas, além de estimular um perfil de identidade nacional em tempos de guerra e estabelecer uma conexão simbólica com os trabalhadores, alinhando-se ao discurso e à política industrializante do governo.

Nesse contexto é *mister* observar que as cédulas e moedas do período Vargas (1930-1945), ao serem

cunhadas iam além das práticas corriqueiras de trocas, compras e negociações no mundo da economia. Elas foram minuciosamente pensadas e confeccionadas para se tornar uma ferramenta ideológica, garantindo juntamente com outros novos instrumentos de propaganda e comunicação em massa (cinema, rádio, música etc.) a reprodução da ordem social, desejada pelas elites governantes.

Nessa perspectiva, a curiosidade e o estudo numismático executado junto aos estudantes pode trazer uma leitura crítica dessas fontes, além de analisar peculiaridades do material, o metal empregado, o peso, o valor nominal, o perfil do *design* artístico e os elementos simbólicos nas moedas e cédulas, no intuito de desvendar as táticas e ideologias construídas pelo governo vigente. É uma maneira diferente de acessar informações históricas. Ao estudar essas fontes, será possível obter uma compreensão mais profunda da sociedade brasileira à época, o líder político – ou líderes –, quem são promovidos a heróis e/ou referências nacionais, os projetos governamentais, e o perfil do sistema econômico e social.

A utilização do papel-moeda, como fonte, é discutida por vários pesquisadores, a exemplo do historiador Ricardo Luiz Jonard, que ao defender seu uso nas aulas de história na educação básica, traz como justificativa a seguinte situação:

Primeiramente, seu uso como fonte em sala de aula já se justificaria apenas por colocar o aluno em contato direto com um documento original produzido em outra época. Mais ainda, elas são reflexo direto das circunstâncias políticas,

econômicas, culturais de determinado período (Jonard, 2020, p. 12).

Ao manusear esses artefatos históricos os estudantes têm a oportunidade de vivenciar uma conexão tangível com o passado, o que pode despertar o interesse em relação à história. Essa conexão torna-se concreta para o ensino de história, dando a oportunidade aos estudantes de observar e analisar diretamente os artefatos, o que pode despertar sua curiosidade e proporcionar uma compreensão mais profunda e envolvente dos contextos históricos, além de ajudar a desenvolver habilidades de análise crítica e interpretação histórica.

Essas abordagens em sala de aula serão eficazes quando fundamentadas em um suporte teórico-metodológico, mais consistente. Nesse sentido, podemos nos inspirar nas ideias da historiadora Selva Guimarães Fonseca, que defende a importância de incorporar diversas fontes e linguagens no ensino de história. Essa abordagem metodológica amplia a perspectiva do historiador, expande o campo de estudo e torna o “processo de transmissão e produção de conhecimento mais interdisciplinar, dinâmico e flexível” (Fonseca, 2003, p. 163).

Para embasar essa perspectiva, citamos as palavras de Fonseca (2003) que, novamente, ressaltam a relevância do(a) professor(a) de história na transformação dos saberes históricos em ensinamentos comprehensíveis e assimiláveis pelos discentes:

A transformação do ensino de história é estratégica não só na luta pelo rompimento com as práticas homogeneizadoras e acríticas, mas também na criação de novas práticas escolares. O objetivo do saber histórico escolar é constituído de tradições, ideias, símbolos e significados que dão sentido às diferentes experiências históricas. O professor de história, num determinado contexto escolar, com sua maneira própria de agir, ser, viver e ensinar, transforma um conjunto de conhecimentos históricos em saberes efetivamente ensináveis e faz com os alunos não só compreendam, mas assimilem e incorporem esses ensinamentos de variadas formas (Fonseca, 2003, p. 34).

Podemos perceber a ênfase dada ao papel ativo do professor de história na construção do conhecimento histórico escolar. Ele desempenha um papel crucial na criação de um ambiente educativo que estimula os estudantes a desenvolverem uma compreensão mais profunda e crítica da história. Por meio de abordagens pedagógicas diferenciadas, inovadoras, o professor incentiva o pensamento reflexivo, a análise crítica e a conexão entre o passado e o presente.

Seguindo essa perspectiva, a dissertação de Paulo Roberto de M. Rêgo (2020), *Cara e coroa: um roteiro para uso das moedas no ensino de história do Brasil* – produzida no âmbito do ProfHistória – é relevante para valorizar a aplicação da numismática, em sala de aula. O autor aborda a utilização das moedas como recurso didático, no ensino de história do Brasil, apresentando uma proposta para a incorporação das moedas, como fonte histórica em aulas de história, com o objetivo de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem

e promover uma compreensão mais concreta e tangível dos eventos históricos. Assim,

ancorado nos fundamentos da Educação histórica, entendemos que a utilização do instrumento aqui proposto aos professores, pode se tornar uma ferramenta útil no sentido de auxiliar os alunos a desenvolverem o pertencimento histórico. Vejamos, então, como essa experiência pode ser conduzida pelo professor. É comum que todos nós tenhamos guardados em casa exemplares de moedas que não circulam mais como dinheiro, resultado do acúmulo, intencional ou não, das gerações passadas. Esses acervos familiares constituem solo fértil para a efetivação da nossa proposta. Ao serem estimulados a levarem para a sala de aula essas reminiscências familiares, os alunos serão estimulados, através do uso do instrumental, mediado pelo professor, a construírem narrativas históricas buscando situar essas fontes no tempo, investigando seu contexto histórico, as motivações implícitas sobre as escolhas de suas efígies, símbolos e legendas. Essas estratégias encontram sentido e se fortalecem como uma tentativa de tornar o ensino de história mais significativo, pois a sala de aula padece, não é de hoje, de uma crise de desencanto e consequente desinteresse da audiência (Rêgo, 2020, p. 12-13).

A proposta de Rêgo envolve a utilização das moedas não circulantes como fontes históricas, especialmente, aquelas guardadas pelas gerações anteriores. Esses acervos familiares de papel-moeda podem ser considerados um recurso valioso para o professor de história, que utilizará essas fontes, incentivando os estudantes a trazerem essas relíquias familiares para a sala de aula, tornando, desse modo, a aula mais atrativa e significativa. A abordagem com base na

numismática contribui para o desenvolvimento do senso de pertencimento histórico e estimula a conexão pessoal/familiar dos estudantes, com o passado.

No caso proposto em nossa pesquisa, centramos principalmente no complexo período do entre guerras e da Segunda Guerra Mundial, no cenário brasileiro: ascensão de ideologias (fascista e comunista) e de movimentos partidários de massa, da guerra civil entre paulistas e o governo federal, das tentativas de insurreições armadas, da expressiva expansão na indústria de base, na expansão da fronteira agrícola, rumo ao Oeste brasileiro, da forte repressão estatal aos grupos opositores, dentre outras particularidades. Momento riquíssimo na diversidade da cunhagem monetária nacional, onde a rádio e o cinema eram as grandes estrelas do momento da informação e do entretenimento, com uma grande parte da população analfabeta que estava à mercê de políticos e políticas de um governo autoritário, estrategista e populista, Carlan (2007), ao mencionar os estudos de Dondis (1997), diz:

Donis Dondis afirma que, para os analfabetos, a linguagem falada, a imagem e o símbolo continuam sendo os principais meios de comunicação. E dentre eles apenas o visual pode ser mantido em qualquer circunstância prática (Dondis, 1997, p. 184 *apud* Carlan, 2007, p. 06).

A ideia de Donis Dondis destaca o valor da comunicação visual como uma forma eficaz de transmitir informações, especialmente, para aqueles que são analfabetos. Através do poder das imagens e símbolos, é possível estabelecer uma

comunicação universal que atravessa barreiras linguísticas e culturais, tornando-a uma ferramenta valiosa em diversos contextos comunicativos.

As moedas do primeiro período varguista vêm carregadas de símbolos visuais, objetivando transmitir informações, ideias e significados de forma rápida e eficaz. Isso é de extrema relevância em contextos em que a comunicação escrita, pode ser limitada ou inacessível, como em áreas onde o analfabetismo é prevalente ou em situações em que a comunicação precisa ser instantânea e compreendida, por pessoas de diferentes origens linguísticas.

A pesquisa de Carlan (2007), mesmo estando distante temporalmente e espacialmente, aborda a relação entre moeda e poder, explorando como as transformações sociais, políticas e econômicas impactaram o uso e a função do dinheiro na sociedade romana da antiguidade clássica ocidental. Carlan investiga a moeda como instrumento de poder, o desenvolvimento de sistemas monetários, as implicações sociais e econômicas com a introdução de novas moedas e as mudanças nas relações de poder, dentro da sociedade romana.

Outro trabalho relevante que se utiliza da numismática na antiguidade clássica ocidental é o da historiadora Caroline Aparecida Oliveira (2019), em sua dissertação *As representações da deusa Atena nas moedas da Magna Grécia (século V-IV a.C.): política e religião*. A autora reflete sobre a

importância dessas moedas, para a governança e diz que elas trazem mensagens. Conforme Oliveira,

a moeda para os gregos era um objeto utilizado nas interações comerciais entre si e outros povos, além de representar sua polis emissora, sendo uma forma de disseminar mensagens; acrescida de seu amplo alcance. Sendo, então, um objeto funcionalmente eclético, que nos proporciona diversas possibilidades de entender o cotidiano do indivíduo e do coletivo grego, durante seu período de circulação. Portanto, é notável a capacidade documental da moeda como objeto de análise (Oliveira, 2019, p. 16).

A moeda é apresentada como um objeto multifuncional e eclético. Assim como para os gregos na antiguidade, as moedas produzidas no primeiro governo Vargas possuíam função econômica e comercial, sendo utilizadas nas transações cotidianas da época. Além da função monetária, essas moedas desempenharam um papel simbólico e político importante. Durante a *Era Vargas*, houve uma valorização da identidade nacional e um empenho para fortalecer o sentimento de unidade e patriotismo.

As moedas desse período aliadas à constante propaganda governamental, frequentemente, apresentavam elementos que remetiam à cultura, pretensos heróis da história e símbolos nacionais, tudo isso contribuindo para uma construção de uma narrativa nacionalista, pautadas com base no populismo, que visa a reprodução da ordem social. Tanto as moedas gregas quanto as moedas produzidas no primeiro governo Vargas possuem uma capacidade documental significativa, fornece

informações valiosas para a compreensão do cotidiano social e político dos seus respectivos períodos.

Ao considerarmos as informações mencionadas, anteriormente, sobre a capacidade documental das moedas e sua relevância como objetos de análise histórica, temos que levar em consideração também a dissertação da historiadora Paula de Jesus Moura Aranha (2016), que vem reafirmar como os governantes utilizam as moedas de maneira estratégica:

[...] os elementos iconográficos que estão presentes em uma determinada cunhagem não foram escolhidos ao acaso, cada elemento ali inserido faz referência a alguma informação que o emissor deseja transmitir. Assim, frequentemente foram utilizadas pelos governantes como um *dispositivo* de transmissão de imagem de si mesmos e de sua terra. Podemos pensar as moedas como produto de uma construção material e simbólica e como produtos do poder político da região (Aranha, 2016, p. 107, grifo do autor).

Podemos compreender as moedas como produto de uma construção, tanto material, quanto simbólica. A criação delas envolve, não apenas a escolha dos metais, técnicas de cunhagem e aspectos estéticos, mas também a seleção de imagens e símbolos que representem e promovam o poder político e a identidade de um determinado lugar. Dessa forma, as moedas não são apenas objetos econômicos, mas também manifestações do poder político e da cultura de uma determinada sociedade.

As moedas refletem as relações de poder, as ideologias vigentes e os valores da época em que foram produzidas.

Ao estudar e analisar seus elementos iconográficos, podemos obter peculiaridades valiosas sobre a construção de identidades políticas, narrativas históricas e a propaganda visual utilizada pelos governantes.

As moedas e cédulas são produtos simbólicos, materiais que expressam o poder político no intuito de perpetuar a ordem social desejada pelas elites dirigentes. Suas iconografias não são aleatórias, elas carregam significados intencionais.

Capítulo 2

OS USOS DAS CÉDULAS E MOEDAS NO PRIMEIRO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS

As primeiras décadas da vida republicana no Brasil, também conhecida como *Primeira República* ou *República Velha*, iniciada a partir da queda do regime monárquico em 15 de novembro de 1889, teve sua primeira Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Foi um momento de transformações políticas e sociais nas instituições do país, apesar da inóspita participação popular no processo.

Inspirada no modelo federativo dos Estados Unidos, com certa autonomia aos estados, a recém República, inicialmente, estabeleceu princípios da democracia liberal representativa e um sistema de governo descentralizado. O principal arquiteto dessa Constituição Republicana foi o intelectual baiano Ruy Barbosa, de acordo com a historiadora Margarida de Souza Neves:

[...] em 24 de fevereiro de 1891, a nova Constituição, de forte inspiração na carta constitucional norte americana, e cujas marcas principais eram a adoção do federalismo, a acentuação do presidencialismo,

o estabelecimento de três poderes – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário – para o governo da República, a separação entre a Igreja e o Estado e a definição do critério da alfabetização como elemento de qualificação dos que teriam direito a voto (Neves, 2018, p. 33).

Influenciada pelo modelo da Constituição estadunidense, a nova Carta Magna brasileira introduziu alterações no regime político e diversas mudanças na estrutura governamental, como a adoção do federalismo, do presidencialismo e do princípio dos três poderes, destoando do modelo monárquico que previa quatro poderes, incluindo o poder moderador, de perfil centralizador. Também houve a separação entre Igreja e Estado, estabelecendo a laicidade. Contudo, no plano político, um limitador importante era o critério da alfabetização para o voto, que excluía grande parte da população do exercício da cidadania.

A Primeira República no Brasil foi marcada pela hegemonia das elites agrárias e pela consolidação de um sistema político, que favorecia a manutenção do poder nas mãos dos grandes proprietários de terra. Essas elites, conhecidas como oligarquias, controlavam a política nacional por meio dos currais eleitorais e da *Política dos Governadores*, mecanismo que promovia uma troca de favores entre o Executivo federal e os líderes locais. Instituída por Campos Sales, essa política aliava os poderes Executivo e Legislativo, fortalecendo as oligarquias estaduais em troca de apoio. Nesse cenário, os coronéis – grandes proprietários rurais com influência local – desempenhavam papel crucial,

mobilizando votos por meio do *voto de cabresto* e fraudes eleitorais, garantindo a eleição de candidatos alinhados aos seus interesses. A *Política do Café com Leite*, consolidada pelo *Pacto de Ouro Fino*, assegurava a alternância de poder entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, reforçando a dominação dessas elites.

Ao traçar um paralelo com as dinâmicas políticas contemporâneas, nota-se que, embora as práticas explícitas de controle eleitoral e fraude tenham sido formalmente extintas, muitos dos mecanismos de dominação e troca de favores ainda persistem sob novas formas. As elites políticas continuam a exercer influência desproporcional, e o “coronelismo” cedeu lugar a estratégias mais sofisticadas de controle, como o uso de recursos públicos para garantir lealdades políticas e perpetuar redes clientelistas. Políticos com forte base local ainda mobilizam votos e mantêm seu poder por meio de práticas que, embora legalizadas, remetem à lógica da Primeira República.

O sistema político brasileiro segue marcado por alianças estratégicas e negociações entre as esferas de poder. O “toma lá, dá cá” e o uso de cargos públicos como moeda de troca para apoio político refletem heranças da *Política dos Governadores*. Esse clientelismo contemporâneo se expressa, por exemplo, nas emendas parlamentares e accordos políticos que priorizam interesses particulares em detrimento do bem comum.

Essa persistência revela que, apesar dos avanços democráticos e mudanças institucionais, as estruturas de

poder da Primeira República ainda ecoam no presente. A concentração de poder nas mãos de elites locais e a manutenção de redes de influência demonstram uma continuidade histórica que compromete a consolidação de um sistema político verdadeiramente democrático e inclusivo. Compreender as dinâmicas da Primeira República é essencial para uma análise crítica das estruturas de poder atuais. Identificar e questionar essas continuidades é fundamental para promover reformas que ampliem a transparência, a equidade e a representatividade na política brasileira, superando as heranças oligárquicas ainda presentes.

Com o advento da República, ocorreram também mudanças nos símbolos nacionais, como alterações na bandeira e no hino. No campo monetário, embora o Réis tenha sido mantido como moeda nacional, os símbolos monárquicos – como o brasão imperial e a efígie de D. Pedro II – foram substituídos por representações republicanas. No entanto, a nova ordem republicana manteve o predomínio das oligarquias regionais, organizadas em grupos políticos restritos e/ou famílias abastadas, que governavam com base no *mandonismo*, *clientelismo* e *coronelismo*, apoiadas pela descentralização administrativa e pela autonomia política, jurídica e militar, concedidas às elites estaduais. Assim, a *Política dos Governadores* e a *Política do Café com Leite* foram institucionalizadas, garantindo a hegemonia das elites paulistas e mineiras na condução da máquina pública.

Com a Proclamação da República e a busca pela (re) construção da identidade nacional, as moedas e cédulas passaram a ser ferramentas de difusão do novo ideário. Exaltavam o feminino/republicano, a ideia de prosperidade e progresso dentro da lógica liberal e a perspectiva federativa. Nas primeiras décadas da República, havia a necessidade de afirmação frente à monarquia recém destituída, mesmo com a nova ordem institucional atravessada por disputas oligárquicas, instabilidades e desafios sociais e políticos. A Primeira República inaugura, portanto, um processo de reafirmação do Estado Nacional, assim como a construção de uma identidade nacional moldada por setores da elite, como destacam os historiadores Prates e Carvalho (2016):

A identidade nacional é criada/forjada em diversos momentos da história, sua definição depende de visões políticas que vigoram em determinados momentos e da visão que temos de nós e do outro. [...] esta é sempre um produto discursivo dos grupos dominantes, para sermos mais específicos, da elite intelectual e política (Prates; Carvalho, 2016, p. 248).

A citação destaca um ponto crucial na construção da identidade nacional, em qualquer país: essa identidade não é uma entidade estática, mas sim uma concepção em constante evolução, moldada por diferentes forças ao longo da sua trajetória. O processo de definição da identidade nacional é mediado pelas visões políticas que prevalecem em momentos específicos e pelo desenvolvimento da percepção que as pessoas têm de si mesmas e dos outros. Além disso, a construção dessa identidade não é neutra, sendo muitas

vezes guiada pelos interesses dos grupos dominantes, que buscam manter a reprodução da ordem social. Assim, trata-se de um processo dinâmico, permeado por disputas internas na sociedade.

As moedas e cédulas, por exemplo, desempenham um papel relevante nesse processo, já que representam o próprio Estado e sua vida econômica, funcionando como ferramentas da construção da identidade nacional imaginada pelas elites dirigentes. O papel-moeda pode veicular uma imagem de unidade nacional, mitos de origem, aspirações futuras e símbolos que consolidam a narrativa oficial. Essas representações evoluem conforme as cunhagens e contextos históricos. Atualmente, observa-se a emissão de séries monetárias em “famílias” com valores distintos, que pretendem contar uma história oficial, retratar eventos específicos, conquistas, figuras emblemáticas, entre outros elementos que fortalecem um perfil de identidade nacional delineado politicamente.

Essas alterações no *design* do papel-moeda são, particularmente, frequentes durante períodos de transição ou ruptura, expressando mudanças no poder, ideologias predominantes ou valores identitários. Desde o período colonial, a moeda brasileira tem desempenhado papel crucial na afirmação da identidade vigente. Durante a República Velha (1889-1930), moedas e cédulas simbolizavam a ruptura com o Império e exaltavam ideais republicanos, ajudando a legitimar o novo regime. A inserção de símbolos nacionais e personalidades históricas buscava reforçar a imagem de unidade e progresso.



Na *Era Vargas* (1930-1945), essa função foi intensificada. Getúlio Vargas utilizou o papel-moeda como instrumento de propaganda estatal para projetar uma imagem de Brasil moderno e unido. As cédulas passaram a veicular mitos fundacionais, feitos do governo e visões de futuro promissor, alinhadas ao projeto de Estado. Dessa forma, o papel-moeda tornava-se um canal de difusão da ideologia dominante, servindo aos grupos no poder para perpetuar seus legados na memória coletiva.

Ao longo do século XX, o país enfrentou crises econômicas, especialmente a inflação. Vários planos econômicos buscaram estabilização, cada qual influenciando a moeda. O Plano Bresser (1987), liderado por Luiz Carlos Bresser Pereira, tentou conter a inflação com congelamento de preços e salários, mas teve eficácia limitada. O Plano Verão (1989), sob Mário da Nóbrega, implementou a nova moeda Cruzado Novo, porém também fracassou diante da escalada inflacionária.

Em 1994, o Plano Real, conduzido por Fernando Henrique Cardoso, representou um marco. Com o lançamento do real como nova moeda e a adoção de reformas estruturais, houve controle inflacionário e estabilização econômica, embora com impactos duros sobre as classes mais baixas, especialmente em áreas como saúde e educação. O sucesso do plano impulsionou a carreira política de FHC, que foi eleito presidente por dois mandatos. Naturalmente, seu partido capitalizou politicamente o plano, utilizando o real como símbolo de modernização e estabilidade.



A análise da identidade nacional nas moedas e cédulas, em paralelo aos planos econômicos, revela permanências e mudanças. A moeda segue como reflexo das ideologias dos grupos no poder, promovendo narrativas de unidade e progresso. Já os métodos econômicos evoluíram: das intervenções de curto prazo às reformas estruturais, como no Plano Real. Isso demonstra a persistência de estratégias que visam moldar a percepção pública e reforçar a legitimidade do regime, ao mesmo tempo em que indicam adaptações às demandas do contexto e aos interesses dos grupos políticos hegemônicos.

Como exemplo, podemos mencionar a série de moedas que circulou entre 1918 e 1935, cunhada no contexto da Primeira República após a Primeira Guerra Mundial e ainda presente nos primeiros anos do governo Vargas. As peças expressavam o ideário republicano inspirado na Constituição de 1891, exaltando o federalismo como base da unidade nacional. Essas moedas (Figura 1) ilustram como os símbolos monetários funcionam como extensão das diretrizes políticas e ideológicas que pretendem formatar a identidade do povo e do Estado brasileiro.

Figura 1 – 20, 50,100, 200 e 400 réis reverso e anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁷.

As moedas apresentadas na Figura 1 são de cuproníquel e, no anverso, exibem a efígie de uma mulher representando a República, circundada por estrelas em alusão ao federalismo. No reverso, constam o nome do país, o ano da cunhagem e o valor monetário. A modelagem estética é uniforme em toda a série, variando apenas o tamanho conforme o valor. Compõem a série as moedas de 20, 50, 100, 200 e 400 réis, em circulação por dezoito anos – uma das mais longevas da vida republicana, sem concorrência de outras moedas com mesmo valor no período.

Essa série é expressão clara da apologia à República nos marcos do liberalismo ocidental. O destaque ao nome

7 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 01 set. 2023.

“República dos Estados Unidos do Brasil” no reverso demarca o perfil do novo regime e sua estrutura, conforme estabelecida pela Constituição de 1891, que valorizava a autonomia dos estados e sua união. No anverso, a mulher é símbolo da República – inspirado pela Revolução Francesa – contrapondo-se à imagem monárquica e ao culto cristão à Virgem Maria, que legitimavam o Império no plano simbólico. Trata-se da mulher como guia, mãe e protetora da nação, à semelhança da figura de *A liberdade guiando o povo*, de Delacroix (1830).

As vinte e uma estrelas ao redor da efígie feminina representam os estados federados, simbolizando a unidade na diversidade federativa. A coroa de louros em sua cabeça remete à glória e ao triunfo, em referência à Roma republicana e ao ideal de prosperidade para os cidadãos sob a República. No entanto, essas moedas não devem ser vistas apenas como objetos monetários.

São expressões da estrutura política e oligárquica vigente, exaltando a autonomia estadual como princípio organizacional da República – algo que beneficiava as elites regionais, que controlavam a máquina pública em prol de interesses privados. A própria Constituição de 1891 e as memórias políticas de Campos Sales, defensor da *Política dos Governadores*, evidenciam esse pacto entre União e estados como pilar da consolidação republicana no Brasil:

Nessa, como em todas as lutas, procurei fortalecer-me com o apoio dos Estados, porque – não cessarei de repeti-lo – é lá que reside a verdadeira força política [...]. Em que pese os centralistas, o

verdadeiro público que forma a opinião e imprime direção ao sentimento nacional é o que está nos Estados. É de lá que se governa a República por cima das multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da Capital da União (Sales *apud* Neves, 2018, p. 34-35).

A concepção de gestão do Estado-nacional do presidente Campos Sales destaca a lógica federativa que imperava nas primeiras décadas da vida republicana, ao enfatizar que, apesar das pressões centralizadoras, a “verdadeira força política” do país reside nos estados, isto é, nas oligarquias locais que reproduziam a ordem social. Isso reflete, em parte, a visão de que o Brasil é nesse momento histórico uma nação composta por estados com suas próprias identidades e dinâmicas políticas dirigidas predominantemente pelas elites locais.

Em sua reflexão também destaca a importância da descentralização do poder político e da governança em nível estadual, reconhecendo que as políticas e decisões tomadas nos estados desempenham um papel fundamental na direção do país como um todo, ao deixar claro que a República Federativa é construída em colaboração entre os estados e o governo federal, pois é nos estados que se encontram as forças que sustentam o presidente.

Analizando outra moeda que iniciou sua cunhagem na Primeira República e foi até os primeiros anos do governo de Vargas, temos a moeda de 2000 réis, Figura 2, que traz uma distinção relevante em relação à série anteriormente analisada. Apesar de manter a figura feminina em seu anverso como símbolo da República e o ramo de louro simbolizando

a prosperidade, juntamente às estrelas representa os estados federados, no reverso, encontramos uma distinção significativa, em comparação com as anteriores.

Figura 2 – 2000 réis reverso e anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁸.

Esta moeda faz alusão ao Primeiro Centenário da Independência brasileira e apresenta a imagem de um castiçal, que é utilizado para colocar vela acesa. Assim, podemos interpretar que a Independência e, posteriormente, a República estivessem trazendo à luz, a inovação e um novo momento para o desenvolvimento do país. Em um primeiro momento derrotando a colonização, conquista a soberania nacional e em um segundo instante derrota a monarquia e as sobras dos privilégios hereditários, em prol da liberdade de cada cidadão. A imagem do castiçal sugere o papel da iluminação na vida política do país, simboliza uma nova era de esclarecimento e progresso. Além disso, a moeda destaca dois produtos agroexportadores, de grande relevância, na economia brasileira nacional, desde a emancipação: o café e o tabaco – que ironicamente também compunham a bandeira nacional no período Imperial.

8 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 1 set. 2023.

Com circulação durante uma década, de 1924 a 1934, a moeda é de prata e foi uma das últimas de circulação comercial, com o uso deste metal nobre. Neste sentido, essa moeda estimulava a concepção de que a Independência nacional e República trouxeram novas perspectivas e um futuro promissor para o país, simbolizado pela luz do castiçal e pelo destaque aos produtos econômicos, que são representados por dois ramos que circunda o instrumento que “traz à luz”.

Seguindo uma perspectiva equivalente temos as cunhagens das moedas de 500 (Figura 3) e 1000 (Figura 4) réis que também se iniciam em 1924, em alusão à celebração do primeiro centenário da Independência do Brasil e ocorre até 1931, nos primeiros meses de governança varguista. São moedas de cupro-níquel, com uma liga predominante de cobre e uma porcentagem inferior de níquel – cerca de 30% – proporcionando uma peça metálica clara (Vieira, 2019).

Figura 3 – 500 réis reverso e anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁹.

9 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 1 set. 2023.

Figura 4 – 1000 réis reverso e anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*¹⁰.

Em ambas as moedas permanece a alusão aos dois produtos agroexportadores da economia nacional, ao longo dos cem anos pós-Independência, com os ramos de café e tabaco em seu reverso, circundando o valor monetário. A representação da figura feminina persiste nas moedas, porém, agora ela está agachada recolhendo junto à terra um ovo dourado e/ou uma espécie de cornucópia (cesto). A lógica subjacente a esse ato simbólico é associada à ideia de fortuna e riqueza no solo nacional. Expressa a importância da agroexportação na economia brasileira.

No entanto, essa imagem entra em certa tensão com o lema positivista na bandeira nacional, pós-Proclamação da República, *Ordem e Progresso*. O progresso aqui era interpretado com o desenvolvimento da indústria nacional, enquanto a figura da mulher carregando produtos agrícolas, destaca a riqueza proveniente da agricultura. Além disso, ao redor da figura feminina, encontramos as vinte e uma estrelas

10 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 01 set. 2023.

representando os estados federados do Brasil, e à frente dela, o Cruzeiro do Sul, um elemento também presente na bandeira republicana.

2.1 OS PRIMEIROS ANOS DO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS: O PAPEL MOEDA NAS DISPUTAS DA GUERRA CIVIL DE 1932

A concepção de gestão do Estado-nacional do presidente Campos Sales destaca a lógica federativa que imperava nas primeiras décadas da vida republicana, ao enfatizar que, apesar das pressões centralizadoras, a “verdadeira força política” do país reside nos estados, isto é, nas oligarquias locais que reproduziam a ordem social. Isso reflete, em parte, a visão de que o Brasil era, naquele momento histórico, uma nação composta por estados com identidades e dinâmicas políticas próprias, dirigido predominantemente pelas elites locais.

Em sua reflexão, Campos Sales também salienta a importância da descentralização do poder e da governança estadual, reconhecendo que as políticas e decisões tomadas nos estados desempenham papel fundamental na direção do país como um todo. Ele deixa claro que a República Federativa é construída em colaboração entre os estados e o governo federal, porque é nos estados que se encontram as forças que sustentam o presidente.

Analizando outra moeda que iniciou sua cunhagem na Primeira República e se estendeu até os primeiros anos do governo Vargas, temos a moeda de 2000 réis, que apresenta distinções relevantes em relação à série anteriormente analisada. Embora mantenha no anverso a figura feminina como símbolo da República, cercada pelas estrelas que representam os estados federados e coroada com ramo de louro (símbolo da prosperidade), o reverso dessa moeda traz elementos diferenciados.

Essa moeda faz alusão ao Primeiro Centenário da Independência brasileira, destacando a imagem de um castiçal – objeto utilizado para sustentar uma vela acesa. Pode-se interpretar que a Independência e, posteriormente, a República, simbolizassem a chegada da luz, da inovação e de um novo momento para o desenvolvimento nacional. Em um primeiro momento, com a ruptura do pacto colonial e a conquista da soberania nacional; num segundo, com a derrota da monarquia e dos privilégios hereditários, em nome da liberdade individual dos cidadãos. A presença do castiçal evoca a ideia de iluminação no campo político, sugerindo uma nova era de esclarecimento e progresso para o país.

Outro elemento importante é a inserção de dois produtos agroexportadores de grande relevância na economia brasileira desde a Independência: o café e o tabaco. A ironia aqui é notável, já que esses mesmos produtos também integravam a simbologia imperial na bandeira nacional daquele período. Isso reforça a continuidade de interesses econômicos mesmo diante

de rupturas políticas, revelando permanências importantes na estrutura de poder e nas bases materiais que sustentam a identidade nacional projetada nas moedas. Conforme Pandolfi (2007, p. 16, grifo do autor),

[...] enquanto alguns dos que aderiram à Aliança Liberal faziam oposição sistemática ao regime, outros ali ingressaram apenas por discordarem do encaminhamento dado pelo então presidente Washington Luís à sucessão presidencial. Conhecidos como *oligarcas dissidentes*, alguns aliancistas eram ex-presidentes da República, como Artur Bernardes, Epitácio Pessoa e o próprio Getúlio Vargas. Também participavam da Aliança Liberal os rebeldes *tenentes*, um grupo de jovens oficiais do Exército que, a partir do início da década de 1920, tentava, através das armas, derrubar o regime em vigor de 1889.

A Aliança Liberal englobou uma grande diversidade de grupos com diferentes interesses antes da *Revolução de 1930*, essa coalização foi se gestando ao longo da década de 1920. Não havia uma hegemonia de princípios e ações, separadamente, cada segmento da oposição defendia suas próprias pautas. Não compartilhavam as mesmas perspectivas frente ao futuro nacional, enquanto alguns queriam mudanças profundas nas macroestruturas, outros estavam ali apenas por discordarem de Washington Luís na escolha da sucessão. Importante lembrar que o maior expoente opositor nas fileiras do exército, Luís Carlos Prestes, não aderiu aos aliancistas, mas outros como Juarez Távora, Miguel Costa, João Alberto, Siqueira Campos e Cordeiro de Farias, que eram considerados lideranças expressivas, faziam parte (Pandolfi, 2007). No

desfecho da década de 1920, esses diferentes grupos encontraram na chapa da Aliança Liberal um alvo/inimigo em comum, uma espécie de plataforma onde todas as suas demandas poderiam ser atendidas.

Em meio a toda essa situação não podemos esquecer o pequeno PCB, que realizou o III Congresso da agremiação entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929, optando por participar do processo eleitoral. Esse partido não via com bons olhos, nem a chapa encabeçada por Getúlio Vargas e nem da frente liderada pelas oligarquias paulistas, tendo em vista que os dois eram considerados representantes do imperialismo estrangeiro. Atuando na ilegalidade, a frente legal do PCB era representada pelo Bloco Operário e Camponês (BOC), que inclusive lançou candidato próprio. Segundo o historiador Boris Fausto:

Nas eleições de março de 1930, sempre por intermédio do BOC, o Partido apresentou candidato próprio à presidência da República – o operário marmorista Minervino de Oliveira – e denunciou o caráter reacionário tanto da Aliança Liberal como da articulação revolucionária, com o objetivo de derrubar Washington Luís (Fausto, 1997, p. 32-33).

É interessante destacar que além do BOC lançar sua candidatura, a agremiação denunciou as duas forças políticas preeminentes da época, caracterizando-as como reacionárias, opostas ao desenvolvimento social e político imaginado pelo movimento comunista. No aspecto da movimentação que levou ao golpe de 1930, podemos notar que o PCB não creditou

apoio à sua articulação. Apesar de não estar filiado ao PCB, em maio de 1930, Luís Carlos Prestes faz um manifesto de ruptura perante as demais lideranças do *movimento tenentista* que haviam dado apoio eleitoral a Getúlio Vargas e à sua Aliança Liberal e às articulações do golpe de 1930.

As eleições aconteceram e o grupo de Washington Luís, que apoiava Júlio Prestes para presidente, vence o pleito. A derrota foi aceita a princípio por alguns aliados, outros, por não aceitarem o resultado, preparam as movimentações com o intuito de não deixar o presidente eleito assumir o cargo. Movimentação liderada especialmente por integrantes do *movimento tenentista*. Conforme destaca Pandolfi,

a condução do movimento revolucionário ficou a cargo dos tenentes e de um grupo de políticos civis. Muitos deles, como Osvaldo Aranha, Pedro Ernesto, Virgílio de Melo Franco, Carlos de Lima Cavalcanti e João Neves da Fontoura, por afinidade com as propostas tenentistas, passaram a ser conhecidos como os *tenentes civis*. Alguns militares legalistas, que haviam combatido as manifestações tenentistas da década anterior, como Góis Monteiro, também participaram dos preparativos do movimento revolucionário de 1930 (Pandolfi, 2007, p. 17).

O poder de atração da Aliança Libertadora torna-se evidente quando adversários que estiveram em lados opostos, se unem em prol da tomada do poder. A esperança era depositada na chapa e em seu líder, Getúlio Vargas, que exercia um magnetismo sobre indivíduos e grupos que se digladiavam. A esperança e o fascínio pelo líder eram sinais antecipados do

que estava prestes a acontecer, juntamente com a estrutura que ele montaria para aprofundar o afeto da população por sua imagem.

Em outubro de 1930, os dissidentes iniciaram o movimento *revolucionário* e, em 3 de novembro, Getúlio Dornelles Vargas assumiu a presidência como governante provisório. Nas mãos de Vargas estava o poder da presidência, juntamente com uma miríade de vozes e pautas a serem consideradas. Os grupos que o apoiaram se uniram como ingredientes em um caldeirão – uma mistura de temperos que variavam entre harmoniosos e conflitantes. As ideologias e as reivindicações se entrelaçavam, às vezes combinando-se, outras vezes contrastando, em uma perigosa mistura de sabores e dissabores.

Como administrar essa diversidade, atender às demandas e conquistar a aprovação? Inicialmente, Vargas optou por uma estratégia ousada: dissolveu a Constituição de 1891, símbolo da discórdia e fragilidade da Primeira República, juntamente com o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e municipais, e depôs governadores da *velha ordem*. Essas medidas contribuíram para manter a euforia entre seus aliados.

A ideia federativa de autonomia estadual, tão valorizada durante a Primeira República e refletida até no papel-moeda da época, não encontrou terreno fértil no novo governo. Vargas inclinava-se a um Estado mais centralizador. Essa tendência se manifestou nas leis trabalhistas de alcance nacional, na reforma ortográfica de 1931 e na criação de ministérios estratégicos,

como o da Educação e Saúde, responsável pela centralização das políticas educacionais e pela padronização do currículo. Por meio dele, Vargas promoveu as *Reformas de Francisco Campos*, que afetaram diretamente universidades e o ensino secundário, retirando dos estados a autonomia nessas áreas.

A princípio, possivelmente, devido à fragilidade econômica gerada pela depressão internacional e nacional, Vargas manteve em circulação cédulas e moedas do período anterior. No entanto, após os levantes armados de 1935, impulsionados pela esquerda, abandonou o uso de símbolos que exaltavam a autonomia estadual, indicando uma guinada política em direção à centralização do poder. Como analisa José Murilo de Carvalho, na obra *Os bestializados* (1987), ao contrário dos franceses, a população brasileira não se identificava com a figura feminina da República. Esperava-se de um governo a virilidade e força necessárias para solucionar os problemas nacionais. A figura feminina desaparece, então, do papel-moeda cunhado no governo Vargas.

Esse conjunto de medidas (re)estruturantes não só centralizou o poder nas mãos de Vargas, como também representou uma tentativa de rompimento com o passado. Daí o movimento golpista ser tratado, inclusive por parte da historiografia, como *Revolução de 30*. O clima revolucionário foi crucial para conquistar apoio popular e construir uma aura carismática em torno do novo governo — mas como mantê-la?

O grupo que se uniu contra a velha ordem começou a divergir. Os embates envolveram a estrutura do governo, o regime político, a realização de eleições e a manutenção da centralização. As primeiras medidas do *Governo Provisório* foram intervencionistas e inspiradas nos setores tenentistas (Pandolfi, 2007). Vargas passou a governar por decretos. Os interventores estaduais designados encontraram grandes desafios, principalmente por não possuírem coerência ideológica ou afinidades com os grupos locais. Muitos vinham do movimento dos *tenentes*, acreditando-se que trariam ordem ao caos e abafariam as dissidências regionais. No entanto, como aponta Pandolfi, essa centralização não garantiu estabilidade política na maioria dos estados:

Entre 1930 e 1935 os vinte estados da federação e o Distrito Federal foram governados por 94 interventores (Levine, 1980, p.75-92). Dos que haviam sido nomeados em 1930, os únicos que permaneceram no cargo até 1932 foram Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, Carlos de Lima Cavalcanti, de Pernambuco, Punaro Bley, do Espírito Santo, Pedro Ludovico, de Goiás, Olegário Maciel, de Minas Gerais, e Magalhaes Barata, do Pará. [...] Em São Paulo, [...] em um período de menos de dois anos, fossem efetuadas cinco substituições na interventoria paulista (Pandolfi, 2007, p. 18-19).

Podemos dizer que um dos maiores desafios para Getúlio Vargas estava relacionado aos paulistas, uma vez que o presidente eleito não empossado viria desse estado. Isso, de certa forma, significava uma continuidade, já que Washington Luís era paulista. O novo governo, diante dessa

complexa situação, precisava forjar estratégias para superar esse obstáculo, já que São Paulo desempenhava um papel crucial como um vasto colégio eleitoral e sendo a principal força econômica do país.

O que se observava, a princípio, era certa instabilidade política e uma situação de inversão, no cenário da polarização. Getúlio Vargas e seu grupo, que outrora haviam sido os agentes *provocadores*, articulando a oposição antes e após a derrota nas eleições e orquestrando a tomada do poder, agora assumiam o papel de bombeiros. Sua tarefa era conter as insatisfações do antigo grupo e também os focos de desavenças provenientes de dentro das próprias fileiras. Segundo Pandolfi (2007, p. 22-23),

[...] além das resistências civis, Vargas enfrentava sérias dificuldades na área militar, sobretudo por parte de setores da alta oficialidade do Exército, insatisfeitos também com o fortalecimento do tenentismo. Apesar de lançadas no centro dos acontecimentos, as Forças Armadas se encontravam frágeis e fragmentadas.

Com isso, tornou-se evidente que o cenário estava se encaminhando para um colapso iminente. Getúlio Vargas e seus colaboradores de alto escalão sentiam a urgência de aprimorar e reforçar seu controle, buscando dominar as esferas discordantes. Logo, era importante manter a chama *revolucionária* da transformação acesa e conquistar, não apenas a adesão, mas os sentimentos e convicções das pessoas. Não deu tempo para essa virada de recuperação do *prestígio* da Revolução de 30, as elites de São Paulo se

rebelam, o Brasil entra em uma guerra civil em 1932, tendo como estopim os estudantes depredando sedes de jornais favoráveis a Getúlio Vargas, na cidade de São Paulo, aliada a uma forte reação expressa pela repressão estatal, o que explodiu em um conflito de rua. De acordo com Pandolfi,

[...] no conflito de rua, quatro estudantes foram mortos. Com as iniciais dos estudantes mortos, Miaragaia, Martins, Dráusio e Camargo, formou-se uma entidade, o MMDC, encarregada de coordenar as ações preparatórias para um levante armado pró-reconstitucionalização do país, que seria desencadeado em São Paulo (Pandolfi, 2007, p. 24).

Esses jovens tornaram-se símbolos da luta pela (re) constitucionalização do país, uma vez que o movimento em São Paulo – que esperava o apoio político e militar de outras oligarquias regionais – estava profundamente insatisfeito com o governo central, e buscava a implementação de um nova Constituição e o restabelecimento da ordem democrática liberal. O MMDC desempenhou um papel fundamental na mobilização e na coordenação das ações preparatórias para o conflito armado, os estudantes tornaram-se além de símbolos, catalisadores de um movimento articulado pelas elites paulistas.

Apesar de Getúlio Vargas ter assinado um decreto para criar uma comissão para elaborar o anteprojeto constitucional, a insatisfação não cessou. E, em julho de 1932, explode a *Revolução Constitucionalista* em São Paulo sob o comando do General Isidoro Dias Lopes, uma liderança do movimento tenentista que havia participado das revoltas militares, durante

a década de 1920 e do próprio processo *revolucionário* de 1930 que levou Vargas ao poder.

Conforme Pandolfi,

[...] era de tal ordem a insatisfação no estado que a população, em massa, aderiu à revolução. Voluntariamente, milhares de pessoas se alistaram para participar da guerra. Através da campanha Ouro para o Bem do Brasil chegavam recursos financeiros para a revolução. Fábricas foram adaptadas para produzir material bélico e a população civil se organizou para prestar serviços médicos e atuar nas áreas de transporte e abastecimento. [...] de vários pontos do país chegavam voluntários para lutar ao lado dos paulistas (Pandolfi, 2007, p. 25).

O evento de 1932, que levou o país para uma guerra civil, não ficou somente no campo das armas, a dinâmica belicosa também teve seu lastro na produção de papel moeda. Nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, não ocorreram cunhagens de novas moedas e cédulas, com estampas distintas daquelas que circulavam na Primeira República, exceto seis moedas comemorativas em alusão às comemorações dos 400 anos da fundação da Vila de São Vicente (1532-1932), apontando São Paulo como território importante para o desenvolvimento e *civilização* do território brasileiro nos tempos da colonização.

Por outro lado, os paulistas produziram seu próprio papel-moeda, durante o conflito, do qual abordaremos onze cédulas, que também estabelecem relação aos empreendimentos paulistas no período colonial, a militares no período imperial

e de personagens vinculados à instauração da República brasileira. Em síntese, a guerra ultrapassou o uso de armas convencionais e chegou no campo das narrativas simbólicas, representadas no papel moeda.

2.1.1 As moedas produzidas pelo governo de Getúlio Vargas em tempos de guerra civil

Em 1932, no governo de Getúlio Vargas, o Brasil vivenciava mais uma guerra civil. Nesse período houve a emissão das chamadas *moedas vicentinas*, que constituem seis peças que celebravam o quarto centenário da fundação de São Vicente, considerado o primeiro povoado brasileiro. Essas moedas refletiam as tensões regionais e as transformações na estrutura do poder impostas pelo novo governo. Comparando as moedas cunhadas na Primeira República e no governo Vargas (1935–1945) percebe-se o significado político-cultural que carregam, oferecendo uma leitura das mudanças históricas do período. As táticas políticas por trás da série comemorativa visavam reconhecer a importância paulista na formação da nação, buscando apaziguar os ânimos separatistas e neutralizar possíveis alianças armadas em outros estados, como Rio Grande do Sul e Minas Gerais, onde havia dissidências.

A moeda de 100 réis, Figura 5, em cupro-níquel, traz no anverso a efígie de um indígena e a inscrição “IV Centenário da Colonização do Brasil”. O reverso exibe símbolos como cocar, arco e borduna, que remetem a uma representação



romantizada e estereotipada dos povos indígenas. Esses elementos, embora associados à identidade nativa, reforçam uma imagem fixa e homogênea, ignorando a pluralidade e a complexidade cultural dos povos originários — o que perpetua formas de invisibilidade ainda presentes na atualidade.

A imagem do nativo, no reverso da peça, faz alusão ao cacique Tibiriça, liderança tupiniquim na gênese da colonização portuguesa na Capitania de São Vicente. Próximo aos colonizadores, o indígena foi catequizado e batizado pelos jesuítas pelo nome de Martim Afonso, em homenagem ao fundador da vila de São Vicente, sendo aliado de José Anchieta e de Manuel da Nóbrega na fundação de São Paulo, nas ações de aldeamento indígena na região e no deslocamento nas matas. Segundo Darcy Ribeiro, na obra *O povo brasileiro* (1995), Tibiriçá está entre os pioneiros a colaborar com a prática do *cunhadismo* que é o casamento entre portugueses/paulistas com filhas de líderes indígenas, selando laços familiares, políticos e militares. Tibiriçá chegou a casar três das suas filhas com os portugueses, uma delas com o colonizador João Ramalho¹¹.

11 João Ramalho é uma figura simbólica na construção das memórias históricas dos paulistas. Considerado uma espécie de patriarca na 'linhagem' dos bandeirantes, ele foi retratado na narrativa histórica das élites paulistas como um herói explorador oriundo de uma família nobre portuguesa. No entanto, a maneira exata de sua fixação no início da Capitania de São Vicente permanece incerta, se ele era um naufrago, um exilado ou um cavaleiro – guarda-mor do rei D. João II de Portugal. Uma moeda alusiva a ele será apresentada um pouco mais à frente.

Figura 5 – 100 réis reverso e anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*¹².

A política do primeiro governo de Getúlio Vargas foi marcada pela tentativa de ‘inserção’ dos povos indígenas na sociedade brasileira, mas não pela aculturação no sentido tradicional. Em vez de promover uma assimilação cultural, o governo buscou realocar os povos indígenas, como quando transferiu grupos de além das fronteiras do Xingu para o próprio Xingu, e incentivou a ocupação da Amazônia. Essas políticas de contato forçado com não-indígenas frequentemente resultaram na dizimação de várias comunidades indígenas, prejudicando significativamente suas culturas e modos de vida.

A imagem de Tibiriçá simbolizava a ação histórica e pioneira dos paulistas em “adaptar” – ou seja, impor – aos indígenas a cultura do colonizador e o catolicismo, erguendo a sociedade brasileira. A moeda comemorativa simbolizava implicitamente que a iniciativa dos jesuítas e bandeirantes paulistas, junto aos indígenas seria continuada pelos esforços do governo Vargas.

12 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Outra moeda da série “vicentina” foi a de 200 réis, Figura 6, de cupro-níquel, que traz a imagem de uma caravela portuguesa com a Cruz da Ordem de Cristo e logo abaixo o valor monetário. Também traz a datação dos anos 1532 e 1932, em menção ao quarto centenário da descoberta/conquista de São Vicente e, no anverso, uma imagem que ilustra a esfera armilar, ferramenta de uso astronômico e para orientação no espaço, circundada com a inscrição “IV Centenário da Colonização do Brasil”.

Figura 6 – 200 réis reverso e anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*¹³.

A moeda de 200 réis mostra duas tecnologias portuguesas fundamentais para as Grandes Navegações e a expansão territorial, incluindo o Brasil. Embora não mencione diretamente a Capitania de São Vicente ou personagens da gênese paulista, seu pertencimento à série comemorativa sugere que a origem paulista está ligada à saga do empreendedorismo

13 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 10 ago. 2023.

português — uma veia identitária que se projeta na posterior conquista do interior do continente. Já a moeda de 400 réis, também de cupro-níquel, parece dar continuidade ao discurso simbólico da anterior. A Cruz da Ordem de Cristo aparece em destaque no reverso, reforçando a presença do cristianismo como elemento estruturante da colonização e como traço da identidade nacional. Tal símbolo remete não apenas ao passado colonial, mas também ao fortalecimento dos laços entre o governo Vargas e a Igreja Católica.

Durante o *Estado Novo*, Vargas buscava legitimar-se por meio de alianças com instituições influentes, como a Igreja, que teve papel central na aproximação entre Estado e sociedades. Em suas visitas aos estados, Vargas participava de missas e cerimônias religiosas, demonstrando sua aliança com valores cristãos. Um exemplo foi sua visita a Mato Grosso, em 1941, onde foi recebido com entusiasmo em Cuiabá.

Sua jornada pela Amazônia, iniciada em Belém – em 6 de outubro de 1940 – como parte da *Marcha para o Oeste*, incluía inaugurações e eventos religiosos que reafirmavam essa aliança. Em Porto Velho, a visita planejada para três horas durou três dias, marcados por homenagens, missas, desfiles, inauguração da primeira termoelétrica e recepção calorosa pelos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. O evento, organizado pelo Major Aluízio Pinheiro Ferreira, simbolizou a integração territorial promovida por Vargas, que culminou na criação do Território Federal do Guaporé, atual Rondônia.

No anverso da moeda de 400 réis, Figura 7, podemos ver o mapa da América do Sul com a Linha do Equador e o meridiano do Tratado de Tordesilhas, além da inscrição “IV Centenário da Colonização do Brasil”. O tratado de 1494 é um marco das conquistas ibéricas, definindo limites entre os impérios de Portugal e Espanha. A moeda, assim, carrega uma leitura dupla: remete à colonização e ao tratado diplomático que dividiu os continentes, ao mesmo tempo que evoca a atuação dos bandeirantes paulistas que, nos séculos XVII e XVIII, avançaram além da linha do tratado, redefinindo as fronteiras da colônia — posteriormente consolidadas na formação do território brasileiro independente.

Figura 7 – 400 réis reverso e anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*¹⁴.

Vale (re)lembrar que as moedas da série *vicentina* de 100, 200 e 400 réis foram cunhadas exclusivamente no ano da Guerra Civil, coexistindo com outra série de moedas com os mesmos valores, inclusive cunhadas também em 1932,

¹⁴ Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 10 ago. 2023.

conforme já analisado. Nota-se a ausência de referências às demais capitâncias fundadas no século XVI, especialmente Pernambuco, a mais próspera do período, também criada em 1532. Isso reforça a tese de que a série comemorativa *vicentina* foi usada como estratégia simbólica no contexto do conflito, visando apaziguar as elites paulistas.

A moeda de 500 réis, Figura 8, apresenta a efígie de João Ramalho e a inscrição “IV Centenário da Colonização do Brasil” (1532–1932), seguindo o estilo da peça de 100 réis com Tibiriçá. No reverso, o valor é acompanhado da representação do gibão característico dos bandeirantes — razão de seu apelido entre colecionadores: *coletinho*.

Figura 8 – 500 réis reverso e anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*¹⁵.

A moeda é feita de bronze-alumínio, possui brilho amarelado semelhante ao ouro, com acabamento detalhado. Ramalho é uma figura-chave na memória paulista, considerado patriarca dos bandeirantes e herói das elites, embora sua

15 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 1 set. 2023.

origem ainda seja incerta: naufrago, degredado ou cavaleiro da corte portuguesa. Casou-se com a filha do cacique Tibiriçá, estabelecendo alianças com os tupiniquins, e participou ativamente da fundação de vilas e da abertura de trilhas pela Serra do Mar, além de expedições de extermínio e escravização de povos indígenas hostis. Embora apoiado pelo donatário da Capitania de São Vicente, teve sua conduta criticada pelos jesuítas por seus hábitos pouco convencionais.

Semelhante à moeda de 500 réis, temos a de 1000 réis, Figura 9, que apresenta no seu anverso a escrita horizontal “IV Centenário da Colonização do Brasil”, com a datação 1532-1932, e a efígie de Martim Afonso de Sousa, segurando uma luneta e armado com uma espada na cintura. Martim era um navegador, militar e administrador colonial português. Ele foi selecionado por D. João III com a missão de conter e expulsar os franceses que ocupavam o litoral brasileiro, e ao mesmo tempo, iniciar a efetiva colonização do Brasil. Vale ressaltar que esse administrador teve que conquistar o atual litoral paulista, enfrentando a resistência dos indígenas que se opuseram à invasão.

A moeda de 1000 réis, Figura 9, também é produzida no metal bronze-alumínio, no reverso possui o valor monetário e o brasão da própria família de Martim Afonso de Sousa que integrava a nobreza ibérica. Martim é considerado como fundador das vilas de São Vicente e de São Paulo dos Campos de Piratininga – atual cidade de São Paulo – e da própria capitania de São Vicente, instaurando os primeiros engenhos

de açúcar na região. Apesar de Martim e João Ramalho terem atuados no princípio da colonização do território brasileiro, em um momento que não havia exploração aurífera, a cor amarelada das moedas de 500 e 1000 réis faz alusão ao ciclo do ouro, nos séculos XVII e XVIII, desenvolvida pelos paulistas no interior do continente.

Figura 9 – 1000 réis reverso e anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*¹⁶.

Por fim, temos a moeda de 2000 réis, Figura 10, de prata, que simboliza o início do empreendimento administrativo português na colonização do Brasil. Em seu reverso, traz escrito, de forma horizontal, o “IV Centenário de Colonização do Brasil” e a datação 1532-1932, além da representação de D. João III, monarca que desempenhou um papel fundamental nos primeiros passos da colonização em São Vicente e que implementou o modelo de governança e exploração na colonização brasileira calcada em quinze Capitanias Hereditárias. No anverso é exibido o valor da moeda acompanhado pelo brasão real da coroa portuguesa.

16 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Figura 10 – 2000 réis reverso e anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*¹⁷.

A emissão das moedas comemorativas do IV Centenário da Colonização do Brasil, em 1932, revela uma estratégia política de Getúlio Vargas voltada não a uma celebração nacional, mas à valorização simbólica de São Paulo, com o intuito de apaziguar sua elite e recompor a estabilidade política após a Revolução de 1930. Ao destacar a Capitania de São Vicente como marco fundacional da nação, Vargas buscava reatar laços com um estado resistente ao seu governo, utilizando a história como ferramenta de integração simbólica e controle político.

Como pudemos observar, as moedas exaltam personagens e símbolos caros à memória paulista — como Tibiriçá, João Ramalho, Martim Afonso de Sousa, D. João III e a caravela portuguesa —, operando como instrumentos de comunicação política. Ao celebrar figuras ligadas à fundação e expansão da colonização em São Paulo, o governo federal

17 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em 10 ago. 2023.

sinalizava a valorização das contribuições paulistas à formação do Brasil, em uma manobra que visava tanto a elite quanto os setores populares. Tal gesto buscava suavizar as tensões e conter movimentos separatistas e oligarquias opositoras, articulando memória, identidade regional e projeto de nação.

Ainda que não mencionem diretamente o negro, as moedas dialogam com o ideário de *democracia racial* que começava a circular, sobretudo após *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre. A representação da aliança entre o europeu e o indígena sugere uma narrativa de miscigenação harmônica — apagando, contudo, as violências coloniais. Nesse sentido, reforçam uma visão de unidade nacional, na qual diferentes grupos étnicos seriam componentes de um povo único e coeso, elemento central da ideologia nacionalista de Vargas.

Por fim, ao promover uma herança histórica comum, as moedas fortalecem o ideal de uma identidade nacional mestiça e integrada, em que a diversidade cultural é absorvida sob a hegemonia do colonizador português. Esse simbolismo foi crucial para o esforço de Vargas em consolidar apoio político e conter possíveis insurreições, especialmente em um contexto de guerra civil, culminando nas eleições constituintes de 1933 e na promulgação da Carta Magna em 1934.

2.1.2 As cédulas produzidas pelo governo de São Paulo em tempos de guerra civil

Mas como fazer e sustentar uma guerra sem financiamento? Apesar de ser o estado mais rico da federação, os cofres dos bancos paulistas não tinham dinheiro suficiente para manter um conflito a longo prazo e, obviamente, o governo federal sob a liderança de Getúlio Vargas não enviaria recursos para São Paulo. Além disso havia o fator do próprio papel-moeda circulante, que começava a ficar escasso e que no plano das representações pertencia ao Estado brasileiro e faz alusão à República, particularidade que chocava com interesses de parte da elite paulista que já começava a vislumbrar a separação e emancipação de São Paulo enquanto um Estado-nação.

Nesse contexto de acirramento dos ânimos e da polarização bélica, consideramos relevante analisar o papel dos discursos presentes nas cunhagens das peças monetárias. Em meio a essas tensões, Pedro de Toledo, o então governador, por aclamação, das oligarquias paulistas, tomou uma medida significativa ao autorizar a emissão de papel-moeda próprio do estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 5.585, de 14 de julho de 1932, que

[...] autoriza uma emissão especial de 'bônus' do Tesouro do Estado para substituir as disponibilidades dos bancos da Capital e do interior junto as agências e filiais do Banco do Brasil, no Estado de S. Paulo.

O Doutor Pedro de Toledo, Governador, por aclamação, do Estado de São Paulo, atendendo ao que lhe representou o Secretário da Fazenda e do Tesouro, depois de ouvidas as diretorias dos Bancos da Capital, sobre alvitres e sugestões tendentes a solucionar, em caráter de emergência, a situação criada pelo movimento revolucionário Pró-Constitucionalista do Brasil, decreta:

Art. 1º. Fica o Secretário da Fazenda e do Tesouro autorizado a emitir, até a importância de rs 100.000:000\$000, 'bônus' ao portador, vencíveis dentro do prazo de (90) dias destinados exclusivamente a substituir as disponibilidades dos Bancos junto às agências e filiais do Banco do Brasil, neste Estado.

§ 1º. Os 'bônus' emitidos de acordo com o presente decreto só poderão ser trocados, pelo seu valor nominal, por cheques sacados por Bancos contra fundos existentes no Banco do Brasil.

§ 2º. Tais cheques serão nominativos, à ordem do Tesouro do Estado e da mesma forma que o 'bônus', escriturados à parte, de maneira a não se confundirem com o movimento normal da Receita e Despesa do Estado.

Art. 2º. Uma vez restabelecida a normalidade da situação, ou reencetadas as ligações regulares das agências e filiais do Banco do Brasil, neste Estado, com a Matriz, no Rio de Janeiro, serão resgatados os 'bônus' emitidos com o produto dos cheques recebidos, que, assim, não poderão ter qualquer outra aplicação.

Art. 3º. O Tesouro procederá à incineração dos 'bônus' à medida que forem sendo estes resgatados.

Art. 4º. Aos 'bônus' cuja emissão ora se autoriza, fica atribuído poder liberatório igual ao da moeda nacional.

Art. 5º. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 14 de julho de 1932.)

Pedro de Toledo

Paulo de Moraes Barros

O decreto demonstra a emergência financeira. O objetivo era lidar com as consequências financeiras oriundas da guerra em curso, autorizando a emissão de “bônus” ao portador, esses títulos emitidos pelo Tesouro do Estado eram destinados exclusivamente a substituir as disponibilidades financeiras dos bancos junto às agências e filiais do Banco do Brasil no estado de São Paulo. Entretanto, o governo local não tinha um órgão especializado na emissão de papel-moeda, sendo que a confecção das cédulas de 1932 – denominada dentre os colecionadores brasileiros como “dinheiro paulista” – foi destinada a uma gráfica sem experiência neste ramo de produção, fato que facilitou a circulação de expressiva falsificação de cédulas e uma tentativa do governo paulista em conter a fraude.

Essas cédulas lançadas também tinham vários significados em suas estampas, pois serviria como propaganda e mobilização das pretensões das elites paulista. Por mais que o formato das cédulas cunhadas em 1932, seguia o modelo das cédulas produzidas pelo governo federal na Primeira República, a produção dos paulistas fazia usos de figuras proeminentes da

recém-história oficial brasileira. As efígies do almirante Barroso, do general Osório, do jurista Ruy Barbosa, entre outros, foram usadas como uma forma de propaganda e mobilização, tanto na lógica interna como no intuito de apresentar uma ligação do movimento pró-constituição com os anseios de outras elites regionais opositoras ou dissidentes do novo governo. Ao apresentar “heróis” e “líderes” históricos, o objetivo era sensibilizar a população para apoiar e participar do conflito e criar um pretenso senso de unidade nacional em torno da causa constitucionalista e da redemocratização do país.

Como a numismática estuda a produção e as simbologias das moedas e cédulas, tal área de estudo pode nos oferecer um vislumbre desse momento histórico do Brasil, pois as cédulas paulistas assumiram um papel especial na disputa da narrativa conflituosa. Elas não eram apenas meios de trocas, mas também um veículo de ideologia e símbolos da disputa pelo poder estatal. Podemos dizer que elas não foram apenas notas de dinheiro, mas expressões palpáveis da estratégia política e das mensagens cuidadosamente escolhidas pelo governo de Pedro de Toledo. Vamos explorar essas cédulas, analisando os símbolos nelas presentes para compreender melhor a lógica por trás de sua cunhagem/emissão durante um dos momentos cruciais da história brasileira.

2.1.3 Os bandeirantes como referência dos paulistas no desbravamento e construção do Brasil

Apresentamos neste item as cédulas de 5, 10, 20, 50 e 100 réis. As cédulas de 5, 10, 20 e 50 mil réis retratam a efígie dos bandeirantes Domingos Jorge Velho. E a cédula de 100 mil réis traz a efígie de Fernão Dias Pais Leme, compondo uma série “família” monetária.

Figura 11 – Frente da cédula de cinco mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*¹⁸.

Figura 12 – Verso da cédula de cinco mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*¹⁹.

18 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

19 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

Figura 13 – Frente da cédula de dez mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*²⁰.

Figura 14 – Verso da cédula de dez mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*²¹.

Figura 15 – Frente da cédula de vinte mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*²².

20 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

21 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

22 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

Figura 16 – Verso da cédula de vinte mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*²³.

Figura 17 – Frente da cédula de cinquenta mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*²⁴.

Figura 18 – Verso da cédula de cinquenta mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*²⁵.

23 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

24 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

25 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

Figura 19 – Frente da cédula de cem mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*²⁶.

Figura 20 – Verso da cédula de cem mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*²⁷.

A ilustração de Domingos Jorge Velho (Figuras 11, 13, 15, 17 e 19) é uma reprodução com base na pintura de autoria de Benedito Calixto (1853-1927), datada de 1903, que está preservada no Museu Paulista. Domingos Jorge Velho é historicamente conhecido por ter adentrado no interior do atual Brasil central e em terras ao norte em busca das riquezas que as regiões poderiam oferecer.

26 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

27 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

A sua trajetória também é marcada pela caça aos indígenas, seja no extermínio de etnias hostis ao colonizador e à captura de povos originários, para escravidão. Além disso, atuou no combate a quilombos e lhe foi conferido por alguns memorialistas a participação na destruição do Quilombo de Palmares, por confusão com o nome de um sobrinho homônimo. No entanto, é intrigante observar que, nesse contexto histórico específico, Domingos Jorge Velho é retratado como um defensor da trajetória e dos anseios do tempo presente dos paulistas. Isso fica evidente ao notar a efígie do bandeirante paulista tendo em sua parte superior a insígnia que impulsionava o movimento armado *Pró-Constituição*, e o valor monetário em ambos os lados da cédula, repassando a ideia de que a memória *empreendedora* de Domingos Jorge Velho se alia à causa paulista.

No anverso dessas cédulas (5, 10, 20 e 50) mantém-se características comuns, incluindo um perfil bicolor uniforme de fundo amarelado de aparência envelhecida. Vale ressaltar que as cédulas de 5, 10 e 20 mil réis têm as mesmas dimensões, enquanto a de 50 mil réis é ligeiramente maior. Ainda em seu anverso destaca-se, em letras maiúsculas, na parte superior a inscrição THESOURO DO ESTADO DE S. PAULO. BRAZIL. Na parte central ao longo das laterais, são inscritas as séries numéricas para coibir falsificações, próximo ao valor monetário, enquanto na parte central inferior repete-se o valor monetário por extenso e logo abaixo uma frase anunciando o Decreto nº 5595, de 14 de julho de 1932, do governo paulista.

Diferente do anverso, nos versos dessas cédulas, exibem variações de cores, mas mantêm um tema comum em suas estampas. A ilustração no verso destaca o principal produto da economia de São Paulo: ramos de café (Figuras 12, 14, 16, 18 e 20). No centro, uma imagem que retrata o Palácio dos Bandeirantes, a sede do Governo do estado de São Paulo que é exibida de forma proeminente. Abaixo dela, em letras garrafais, está a inscrição BONUS DO THESOURO DO ESTADO PRÓ CONSTITUIÇÃO SÃO PAULO, conforme podemos observar nas Figuras 12, 14, 16, 18 e 20, enfatizando seu propósito e origem como bônus emitidos pelo Tesouro do Estado em apoio ao *movimento constitucional*.

A inclusão de ramos de café no verso das cédulas emitidas pelo estado de São Paulo durante a guerra civil de 1932, envolveu diversas táticas na representação simbólica. Primeiramente, essa escolha tinha por objetivo estabelecer uma forte conexão com a economia paulista. Mesmo diante da crise econômica global e nacional, o café permanecia como um dos principais produtos agrícolas da balança comercial nacional. A despeito do crescimento industrial em expansão pelo estado, a cafeicultura continuava sendo a fonte primordial de riqueza, seja na Primeira República ou no primeiro governo de Getúlio Vargas, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento econômico da região.

Ao retratar ramos de café nas cédulas, o governo de São Paulo estava, sobretudo, ressaltando a relevância econômica do Estado e sua posição de destaque na produção de café

no cenário brasileiro enfatizando uma dimensão de apelo à identidade regional.

Outro aspecto relevante a ser considerado é o contexto do Convênio de Taubaté, que vigorou durante a Primeira República. Este acordo, firmado com o governo federal, visava a compra de café excedente dos oligarcas para evitar prejuízos no mercado. Ao introduzir essas cédulas, o governo buscava consolidar o apoio crucial aos cafeicultores, para a causa constitucionalista e no financiamento da guerra civil, contra o governo federal, uma vez que nem todos os cafeicultores estavam inseridos no movimento.

Além disso, a representação dos ramos de café transmitia uma mensagem de pretensa *solidariedade* aos cafeicultores locais que enfrentavam desafios decorrentes da drástica queda nos preços internacionais do café. O governo de São Paulo desejava, através dessas cédulas, demonstrar seu apoio incondicional à economia cafeeira, considerando que muitos cafeicultores tinham falido e/ou estavam em processo de falência. A representação do café refletia a realidade da época, uma vez que a economia brasileira estava intrinsecamente ligada a essa *commodity*. A presença do café nas cédulas durante a guerra enfatizava a relevância econômica desse produto e, por extensão, da economia de São Paulo.

No que diz respeito à imagem do palácio do governo, no verso das cédulas, essa representação possivelmente buscava transmitir uma sensação de autoridade e liderança do governo

estadual. A inclusão da imagem do palácio governamental comunicava a determinação do estado em manter a ordem e a autoridade local, mesmo diante de um conflito com o governo federal.

A cédula de 100 réis, Figura 19, traz o bandeirante, Fernão Dias Paes Leme, que viveu durante o século XVII, apesar de sua história envolver a busca por indígenas na mata para servir como escravos, tornou-se conhecido como o *caçador de esmeraldas*. Fernão Dias nasceu em 1608, filho e neto dos primeiros colonizadores da Capitania de São Vicente, considerado como um dos patriarcas das famílias tradicionais paulistas, a família Prado.

Capturou centenas de indígenas, invadindo e guerreando em reduções jesuíticas, na atual região Sul do Brasil e do Uruguai, para vendê-los como escravos na Capitania de São Vicente, também explorou esmeraldas em territórios no interior dos atuais estados de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. A estratégia simbólica foi a mesma, enfatizar a importância da tradição paulista, do personagem que *desbravou* e alargou o território brasileiro, que teve coragem, determinação, entre outros atributos positivados no bairrismo identitário das oligarquias paulistas.

Os bandeirantes desempenharam um papel fundamental na expansão da fronteira territorial do Brasil, desbravando o interior do país em busca de riquezas e novas oportunidades à Coroa Portuguesa que, ao longo do tempo, foi ganhando

a configuração que geograficamente possui o Brasil contemporâneo.

No plano da propaganda paulista, no intuito de mobilizar homens e finanças para campanha de guerra, o bandeirante é posto como o agente moralizador da vida brasileira, o modelo exemplar de homem comum e rústico, capaz de derrotar a ditadura em prol da ordem constitucional. Isso foi possível ser visto em um conjunto de cartazes de agitação durante a guerra civil, que estimulam a manutenção do conflito e do ódio dos paulistas contra o varguismo e seu governo, conforme as Figuras 21 e 22.

Observamos que da mesma forma que as cédulas paulistas, os cartazes produzidos pelo governo do estado de São Paulo, com as representações dos bandeirantes durante o movimento de 1932, apresentam uma mensagem visual poderosa.

A imagem do bandeirante bradando e a inscrição “Sustentae o fogo que a victoria é nossa!” sugere uma convocação à resistência e à crença na vitória da causa paulista. Enquanto o segundo cartaz, mostra um bandeirante robusto, armado e segurando uma figura diminuta de Getúlio Vargas, representa uma narrativa visual da força e do domínio paulista sobre o governo federal. A presença de Vargas em tamanho menor, com expressão de desespero, aponta para a impotência do governo federal, diante do movimento paulista,

enfatizando a superioridade e a autoridade que os paulistas buscavam afirmar.

Figuras 21 e 22 – Cartazes paulistas durante a guerra civil



Fonte: Campanha gráfica e editorial da Revolução de 1932²⁸.

Essas representações dos bandeirantes nas cédulas e nos cartazes simbolizam a história e a identidade regional, bem como transmitiam a ideia de uma luta pela autonomia política e pelo reconhecimento dos direitos constitucionais. Ambas as formas de arte visual, cédulas e cartazes, foram utilizadas como veículos de comunicação poderosos para unir e mobilizar os paulistas em torno de seu movimento.

Por outro lado, o espírito *empreendedor* em explorar terras do interior de parte central do continente sul americano,

28 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_gr%C3%A1fica_e_editorial_da_Revol%C3%A7%C3%A3o_de_1932. Acesso em: 30 set. 2023.

impulsionado pelos bandeirantes paulistas, também foi incorporado pelo governo federal de Getúlio Vargas em tempos de guerra civil, que utilizou elementos simbólicos semelhantes nas moedas em comemoração ao quarto centenário da colonização, onde apenas os paulistas e os administradores portugueses são relembrados. Ao apresentar a figura dos bandeirantes, a exemplo de João Ramalho, o governo federal também estava reivindicando o processo de *integração* territorial e social do período colonial, conectando-se à história oficial das elites junto à tradição Brasil-Portugal.

2.1.4 Os ‘heróis’ da guerra contra o Paraguai e o jurista constitucionalista adentram na guerra das simbologias a favor dos paulistas

As imagens das cédulas apresentadas a seguir fazem parte da segunda série “família” monetária das cédulas paulistas e apresentam figuras consideradas ‘heroicas’ do Brasil Império e, em especial, militares das forças armadas (marinha e exército) no processo de consolidação do Estado-nacional brasileiro, como o Almirante Barroso (1804-1897), cujo nome completo era Francisco Manoel Barroso da Silva que, após sua carreira na marinha, foi agraciado com o título de Barão do Amazonas. Nesta cédula, em contraste com as demais cédulas da série anterior, a figura do Almirante é exibida em um círculo na lateral direita, no anverso. Ela mantém as inscrições em torno da imagem, com a insígnia *Pró-Constituição* e logo abaixo, o nome do homenageado, o *Almirante Barroso*. Na

lateral esquerda, posicionada no centro do brasão paulista, destaca-se o valor monetário, acompanhado pela descrição por extenso, *cinco mil réis*.

Na parte superior, encontra-se a inscrição THESOURO DO ESTADO DE S. PAULO BRASIL. No centro da parte superior encontra-se a série da numeração da cédula, em vermelho, que é repetida na parte inferior do lado esquerdo. Vale ressaltar que todas as cédulas, em sua parte inferior do anverso, incluem uma frase referente ao Decreto nº 5585, datado de 14 de julho de 1932, emitido pelo governador em exercício durante a guerra civil, como podemos ver na Figura 23.

Figura 23 – Frente da cédula de cinco mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*²⁹.

29 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

Figura 24 – Verso da cédula de cinco mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*³⁰.

A presença de figuras militares nas cédulas paulistas de 1932 pode ser interpretada como gesto simbólico que associa a Revolução Constitucionalista à trajetória histórica das forças armadas, insinuando possíveis cisões internas. O Almirante Barroso, representado em uma das cédulas, destacou-se em batalhas como a Guerra da Cisplatina, a repressão à Cabanagem e a Guerra do Paraguai, simbolizando coragem, liderança e patriotismo. Sua capacidade de improvisação em combate funcionava como metáfora à situação enfrentada por São Paulo, desafiando o governo federal. Da mesma forma, o Marquês de Tamandaré, patrono da Marinha, cuja efígie aparece na cédula de dez mil réis, Figuras 25 e 26, combateu revoltas como a Sabinada, Balaiada e Farroupilha, além da Batalha do Riachuelo. Curiosamente, um monarquista que outrora combateu os republicanos foi reappropriado em um contexto republicano por São Paulo, como símbolo de patriotismo e luta por princípios constitucionais. Ao evocar essas figuras, os constitucionalistas buscavam legitimar sua causa e mobilizar

30 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

apoio popular, demonstrando como símbolos históricos podem ser (re)utilizados taticamente em momentos de conflito político e social.

Figura 25 – Frente da cédula de dez mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*³¹.

Figura 26 – Verso da cédula de dez mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*³².

A cédula de 20 mil réis, Figura 27, ilustra a efígie do General Osório, cujo nome completo era Manuel Luís Osório, que recebeu o título de Marquês do Herval. Osório é outro

31 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

32 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

personagem histórico reverenciado nos meios militares, também associado ao período imperial.

Figura 27 – Frente da cédula de vinte mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*³³.

Figura 28 – Verso da cédula de vinte mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*³⁴.

General Osório esteve envolvido em eventos cruciais, como a Guerra da Cisplatina, lutou inicialmente ao lado do movimento Farroupilha-RS, após a Proclamação da República Rio-Grandense, rompeu com o movimento por se opor à lógica separatista; também atuou na Batalha de Montes Caseros,

³³ Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

³⁴ Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

em 1852, onde enfrentou e derrubou o governante argentino Juan Manuel Rosas. No entanto, sua contribuição mais notável ocorreu durante a Guerra contra o Paraguai, quando comandou as tropas brasileiras.

O General Osório desempenhou um papel estratégico ao elaborar a tática que levou o Brasil à vitória na Batalha de Tuiuti, considerada um dos momentos fundamentais do conflito. De perfil liberal, com fortes simpatias entre os soldados que lutaram na Guerra contra o Paraguai, advindo dos meios populares e por ter ascendido de soldado a general do Exército, desde sua morte em 1879 até os primeiros anos do Brasil republicano, Osório foi cogitado entre as baixas e médias patentes militares para ser o patrono do Exército, ficando posteriormente na condição de patrono da arma da Cavalaria do Exército Brasileiro, em alusão à sangrenta batalha campal de Tuiuti.

O verso da cédula de 20 mil réis, Figura 28, que se repete na de 50 mil réis, Figura 30, possui uma estampa diferenciada com a imagem de imigrantes na colheita do café. Essa representação pode ser interpretada como uma tática multifacetada. Primeiramente, a imagem realça a importância econômica do café, evidenciando o trabalho árduo dos imigrantes, especialmente italianos, que contribuíram significativamente para o sucesso econômico paulista. Ao valorizar esses grupos, o governo de São Paulo dialogava com parte de suas elites de origem estrangeira, reforçando a

ideia de uma sociedade diversa e unida em torno da causa constitucionalista.

A imagem também evoca valores como trabalho árduo e dedicação, que poderiam servir de inspiração à população durante o conflito. Em tempos de guerra, é comum recorrer a símbolos que reforcem o esforço coletivo e o comprometimento com um objetivo comum, e os imigrantes na lavoura do café personificavam esse espírito de luta e sacrifício pelo bem maior.

Além disso, a inclusão dos imigrantes funcionava como estratégia de integração e identificação. Ao estampar essa cena nas cédulas, o governo paulista buscava estabelecer uma conexão emocional com esses grupos, incentivando seu apoio à causa. Dessa maneira, a imagem assume um papel simbólico múltiplo: enaltece o valor econômico do café, exalta o esforço coletivo e aproxima o discurso político de setores específicos da população.

O segundo presidente da República do Brasil que assumiu após a renúncia de Deodoro da Fonseca também está presente nas cédulas paulistas (Figuras 29 e 30). Floriano Peixoto está na efígie que ilustra a cédula de 50 mil réis, em seu anverso, Figura 29. Ele ficou notório pelo epíteto de Marechal de Ferro, conquistado por sua firmeza no enfrentamento e derrota de várias rebeliões contra o regime republicano, em seus primeiros anos de existência. Sua liderança, durante o período em que assumiu a presidência, foi marcada pela repressão aos movimentos discordantes de seu governo, portanto sua imagem se associa à ideia de força e autoridade.



Figura 29 – Frente da cédula de cinquenta mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*³⁵.

Figura 30 – Verso da cédula de cinquenta mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*³⁶.

A cédula de 100 mil réis, Figuras 31 e 32, foi ilustrada pela efígie do Marechal Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. Sua notável carreira militar e política atravessou eventos como a Guerra da Cisplatina, a Guerra contra o Paraguai e o combate a diversas insurreições internas durante o período regencial. Também ocupou importantes cargos políticos no Império. Ao estampar Caxias, os paulistas buscavam reforçar

35 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

36 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

a identidade nacional, evocando sua liderança em conflitos internos e externos, traçando um paralelo simbólico com sua própria luta contra o governo ‘ditatorial’ de Vargas. A imagem transmitia autoridade e resiliência, sinalizando a determinação paulista em manter a ordem durante o conflito.

Figura 31 – Frente da cédula de cem mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*³⁷.

Figura 32 – Anverso da cédula de cem mil réis



Fonte: *Blog Numismática IFMT*³⁸.

37 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

38 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

É notável que quatro das cinco cédulas que homenageiam personagens militares destacam figuras que atuaram na Guerra contra o Paraguai — maior conflito bélico brasileiro até então — cuja memória ainda despertava forte senso de patriotismo. Apesar de nenhum dos militares retratados ser paulista, suas figuras buscavam provocar cisões entre oligarquias regionais e conquistar apoio militar fora de São Paulo contra Vargas, expectativa que acabou não se concretizando.

A cédula de 200 mil réis, Figuras 33 e 34, de maior valor monetário entre as emitidas pelos paulistas, traz no anverso a efígie do jurista e político liberal Rui Barbosa (1849–1923). Sua presença na nota mais alta não é coincidência: recém-falecido, sua memória ainda era viva, e suas realizações eram vistas como extraordinárias. Conhecido como O Águia de Haia pela atuação na II Conferência de Paz, defendeu a igualdade entre as nações, sendo celebrado por países pobres, mesmo sem agradar as potências. Sua figura inspirava respeito por debater de igual para igual com grandes potências mundiais.

Figura 33 – Frente da cédula de duzentos mil réis



Fonte: *Blog da Numismática IFMT*³⁹.

39 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

Figura 34 – Verso da cédula de duzentos mil réis



Fonte: *Blog da Numismática IFMT*⁴⁰.

Autor da Constituição Republicana de 1891, Rui também foi Ministro da Fazenda, com políticas industriais que lhe renderam oposição do setor agrário. Foi candidato à presidência e senador, mas sofreu perseguição durante a Revolta da Armada, sendo forçado ao exílio. Sua efígie na nota reforça a ligação ideológica com os princípios defendidos pelos paulistas: valores republicanos, constitucionais, democráticos e o progresso via industrialização, em oposição à violação constitucional promovida por Vargas em 1930.

A Revolução Constitucionalista, que eclodiu em São Paulo, não obteve êxito e, em apenas três meses, os paulistas foram derrotados. Em 2 de outubro de 1932, cercados pelas tropas federais, os líderes se renderam, foram presos e tiveram seus direitos políticos suspensos por três anos; muitos outros foram exilados (Pandolfi, 2007). A derrota permitiu ao governo federal eliminar generais opositores e reestruturar as forças armadas. No entanto, os paulistas obtiveram conquistas: a

40 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 02 set. 2023.

nomeação de um interventor civil, a promessa de uma nova Constituição e a aprovação das eleições presidenciais.

Após 1932, Vargas reformulou a estrutura política com eleições e a formação da Assembleia Constituinte, que iniciou seus trabalhos em 15 de novembro de 1933. Sete meses depois, aprovou-se a nova Constituição, a segunda da era republicana. Durante esse processo, uma junta militar tentou um golpe contra Vargas, sem sucesso. Em seguida, ocorreu a eleição indireta para presidente, e Getúlio Vargas foi eleito pelos constituintes. A aprovação dos atos do *Governo Provisório* contou com 135 votos dos 220 deputados, revelando instabilidade. Em 1934, teve início o *Governo Constitucional*, a segunda fase do primeiro governo Vargas.

2.2 O GOVERNO CONSTITUCIONAL: O AVANÇO DE UM PROJETO NACIONALISTA E A BUSCA DA FIDELIDADE DAS FORÇAS ARMADAS

A Constituição de 1934 foi resultado da movimentação política e bélica iniciada pelas elites paulistas. Contudo, os princípios liberais democráticos nela previstos não agradavam a Vargas, que desejava uma governança centralizada no Executivo. Ao tomar posse como presidente – eleito indiretamente pelos constituintes –, expressou o desejo de revisar a Carta Magna, mesmo havendo outras prioridades. Vargas sabia da importância de reorganizar as forças armadas



e reinseri-las no círculo do poder, ainda que enfrentasse o General Gois Monteiro, defensor de um exército distante da política. Essa reorganização era estratégica, uma vez que a Constituição vedava a reeleição presidencial em 1938.

O retorno das eleições e o texto constitucional trouxeram uma aparente liberdade política, refletida no surgimento de novas agremiações e na ampliação da participação popular nas eleições de 1934. Contudo, a disputa acirrada em diversos estados e a derrota da maioria dos interventores de Vargas revelaram a fragilidade de sua base. Simultaneamente, movimentos sociais ganhavam força, gerando conflitos trabalhistas e dando espaço para novas forças políticas, como a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

A AIB surgiu da união de grupos de extrema-direita, como o Partido Nacional Fascista e o movimento monarquista Ação Imperial Pátrio-novista. Fundada em outubro de 1932, defendia um governo centralizador, inspirado no fascismo italiano. Liderada por Plínio Salgado, escritor e jornalista, a AIB era ao mesmo tempo partido e organização paramilitar, realizando comícios, desfiles e adotando saudações típicas do nazifascismo. Chegou a contar com cerca de 800 mil membros, entre eles militares, políticos e apoiadores do governo, servindo, por um tempo, como base de apoio para Vargas.

Com o *Estado Novo*, em 1937, e o conflito com a cúpula varguista, a AIB foi proibida, em 1938, e suas sedes foram

fechadas. Ainda assim, sua influência política, especialmente, entre militares, não desapareceu de imediato. Como ressaltam Maio e Cytrynowicz (2019), os movimentos fascistas do entreguerras assumiram formas distintas em cada país, sendo a AIB sua versão brasileira. Porém, havia pontos em comum: anticomunismo, antiliberalismo, antimodernismo, ódio a minorias, ultranacionalismo, xenofobia, culto ao líder e defesa de um Estado forte e centralizador.

Maio e Cytrynowicz (2019, p. 39-40), mencionando os estudos de Saccomani (1986, p. 466), dizem que o fascismo se caracteriza

[...] em princípio, por um modelo de dominação política que apresenta os seguintes aspectos: controle exclusivo do exercício da representação política mediante a atuação de um partido único de massa, caracterizado por forte estrutura hierárquica; ideologia centrada no culto à liderança política; exacerbação dos valores da nacionalidade; recusa dos princípios que norteiam o liberalismo individual; oposição radical aos valores do socialismo e do comunismo; exaltação da colaboração de classes e crença no ideal corporativo; atribuição de um papel central ao aparato estatal no plano econômico, social e político; domínio absoluto do Estado sobre as informações e, especialmente, os meios de comunicação de massa; eliminação de qualquer forma de pluralismo político, com o aniquilamento das oposições, embasado na violência e no terror (Saccomani, 1986, p. 466).

A Ação Integralista Brasileira (AIB), com sua ideologia centralizadora e fascista, teve papel relevante na consolidação do *Estado Novo*, mesmo sendo posteriormente dissolvida



por Vargas, que recusou dar espaço político significativo aos integralistas. Apesar da colaboração na repressão ao comunismo e liberalismo, a AIB foi descartada após fracassar em uma tentativa de insurreição armada. Por outro lado, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), liderada simbolicamente por Luís Carlos Prestes, surgiu como frente antifascista e anti-imperialista reunindo diversos setores descontentes com o governo Vargas. A ANL ganhou força, mas sofreu forte repressão após a fracassada Insurreição Comunista de 1935. Prestes, influenciado por informações distorcidas, tentou liderar um levante revolucionário, mas foi derrotado.

Aproveitando o medo gerado por essa tentativa, Vargas fortaleceu sua estratégia autoritária, reestruturou as Forças Armadas e usou o falso *Plano Cohen* para justificar o golpe do *Estado Novo*. A repressão, já intensa no período constitucional, foi ampliada como meio de consolidar o poder e construir sua imagem como líder carismático, desejando mais do que controle político: buscava ser idolatrado pelas massas.

Vargas entendia que sua permanência no poder dependia não apenas de manobras políticas, mas também de uma conexão emocional com o povo. Vargas precisava estar presente na vida cotidiana das pessoas, ser lembrado nas horas de alegria e dificuldade. Para isso, ele sabia o que fazer, como o fez, lançou mão de práticas de comunicação, propaganda e mobilização social, que transcendiam as fronteiras do governo convencional. Para isso, Vargas também buscou se aproximar dos intelectuais, que se viam como verdadeiros mosqueteiros

(Velloso, 2007), e passaram a atuar a partir de 1930, dentro do contexto do Estado. Eles enxergavam a sociedade civil como um corpo conflituoso, fragmentado e indefeso, e propunham uma solução autoritária para organizar essa sociedade.

Essa estratégia de aproximação com os intelectuais não só fortaleceu o governo Vargas, como também contribuiu para consolidar um discurso de ordem e estabilidade, fundamentais para a manutenção do poder em um período marcado por instabilidade e conflitos políticos.

Segundo Velloso,

[...] o período do Estado Novo é particularmente rico para a análise da relação entre os intelectuais e o Estado Novo, já que nesse mesmo período se revela a profunda inserção desse grupo social na organização político-ideológica do regime. Nesse sentido [...], temos a preocupação de enfocar os intelectuais na qualidade de participantes de um projeto político-pedagógico, destinado a popularizar e difundir a ideologia do regime (Velloso, 2007, p. 149).

Durante o *Estado Novo*, os intelectuais exerceram papel crucial na articulação entre propaganda política e educação, conforme destaca Velloso (2007). Ao se posicionarem como os mais esclarecidos, assumiram a missão de educar a sociedade de acordo com os ideais do regime, reforçando o controle ideológico do governo e legitimando sua autoridade. Essa fusão entre educação e propaganda consolidou a influência do Estado sobre a formação social e política da população. A busca de Vargas por uma presença constante no cotidiano

nacional moldou não apenas sua era, mas também inaugurou uma nova forma de liderança política no Brasil, marcada por forte apelo popular e domínio simbólico. Além das reformas institucionais, essa estratégia se manifestou inclusive na cunhagem de moedas.

O governo utilizou esse recurso para expressar estabilidade econômica e fortalecer a identidade nacional, sobretudo ao representar figuras históricas ligadas às Forças Armadas e personalidades de projeção internacional. Destacam-se as moedas de 2000 réis (Figuras 35 e 36), cunhadas durante o período constitucional, especialmente após os levantes armados de 1935.

A de 1935, feita de prata, e a de 1936 a 1938, em bronze-alumínio, traziam no anverso a imagem de uma espada e no reverso o busto de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, símbolo de autoridade militar e unidade nacional. Ao evocar Caxias — herói da Guerra do Paraguai e pacificador de revoltas internas — o governo Vargas buscava fortalecer a lealdade das Forças Armadas e neutralizar influências dissidentes, como as tentativas oligárquicas e movimentos de esquerda.

Assim, a simbologia presente nas moedas fazia parte da estratégia de Vargas para consolidar sua liderança e controlar narrativas em um contexto de instabilidade política e social.

Figura 35 – 2000 réis reverso e anverso (prata - 1935)



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁴¹.

Figura 36 – 2000 réis reverso e anverso (bronze-alumínio - 1936 a 1938)



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁴².

A partir de 1936, o governo lançou a série de moedas *Brasileiros Ilustres* para estimular o nacionalismo. Entre elas, destaca-se a moeda de 5000 réis, Figura 37, feita de prata, que circulou até 1938. Seu lançamento coincidiu com o trigésimo aniversário do voo do 14 Bis. No reverso, traz a imagem de

41 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 30 set. 2023.

42 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 30 set. 2023.

uma asa de águia, representando inovação, ousadia e o sonho de conquistar os céus, além do valor, data e nome do país.

Figura 37 – 5000 réis reverso e anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁴³.

No anverso, aparece Alberto Santos Dumont, patrono da aviação brasileira, homenageado por sua contribuição ao setor. A moeda foi a última de prata em circulação comercial no país, carregando valor econômico, histórico e simbólico. A homenagem a Santos Dumont, falecido poucos anos antes, também tinha um papel estratégico: reforçar o orgulho nacional e promover uma narrativa positiva em um período conturbado. Ao destacar uma figura associada à modernidade e ao progresso, o governo buscava criar um sentimento de unidade e esperança.

Além disso, a escolha de uma personalidade ligada à elite paulista também foi simbólica. Vargas reforçava seu compromisso com a modernização e consolidava sua

43 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 30 set. 2023.

liderança, associando-a a valores como inovação e bravura, enquanto fortalecia sua imagem frente aos desafios políticos.

A moeda de 100 réis de níquel, Figura 38, presta homenagem a outra figura notável da história e do meio militar brasileiro dos tempos do Império, Joaquim Marques Lisboa, conhecido como o Marquês de Tamandaré. Ele desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da Armada Militar Brasileira, atual Marinha, é considerado o seu fundador e tratado como patrono. O Marquês de Tamandaré ascendeu à patente de almirante e participou ativamente de diversas guerras no século XIX, incluindo a Guerra da Cisplatina (1825 a 1828), a Guerra dos Farrapos (1835 a 1845) e a Guerra contra o Paraguai (1865 a 1870).

Figura 38 – 100 réis reverso e anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁴⁴.

A moeda ostenta um simbolismo significativo: em seu reverso, apresenta uma âncora com uma corrente que simboliza

44 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 30 set. 2023.

a grandiosidade e a relevância da Força Naval Brasileira, junto com o valor monetário e a datação da cunhagem que vai entre 1936 e 1938. No anverso da moeda, encontra-se a efígie emblemática do Marquês de Tamandaré, que é representado de maneira solene. Seu nome aparece grafado de maneira destacada, separado pela imagem.

Essa moeda celebra a figura do Marquês de Tamandaré, e também presta uma homenagem à Marinha brasileira e almeja a fidelidade deste segmento da força armada rente ao governo, pretensamente reconhecendo a dedicação e o heroísmo daqueles que serviram na Armada Militar/Marinha e contribuíram para a defesa e a integridade do Brasil ao longo da história. Vale relembrar que Tamandaré e o Almirante Barroso, também foram apropriados nas cédulas paulistas durante a Guerra Civil.

Na moeda de níquel de 200 réis, Figura 39, mais um ilustre proeminente do século XIX, no Brasil Império. Irineu Evangelista de Souza, conhecido como Barão de Mauá ou Visconde de Mauá é homenageado como um grande industrial, ligando-se aos interesses varguistas em industrializar e diversificar a economia nacional. Mauá foi um notável empresário e político brasileiro, reconhecido por seus empreendimentos pioneiros e considerados inovadores.

Figura 39 – 200 réis reverso e anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁴⁵.

No reverso desta moeda, é retratada uma locomotiva, simbolizando a primeira ferrovia construída por Irineu Evangelista, durante o Segundo Reinado. Essa representação é emblemática, pois marca um avanço significativo na infraestrutura do país na época, conectando os lugares e impulsionando o desenvolvimento econômico. No anverso da moeda, encontramos a efígie do próprio Visconde de Mauá, cujo nome está grafado de forma que está separado pela imagem. A cunhagem dessa moeda, entre 1936 e 1938, também pode ser vista como uma estratégia política, tendo em vista que Vargas buscava estabelecer uma ligação com essa figura histórica, que representava o desenvolvimento e o progresso econômico do Brasil, associando o seu governo aos ideais de modernização, inovação e industrialização, fortalecendo sua imagem perante a população, principalmente com o segmento empresarial.

45 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 30 set. 2023.

A moeda de 300 réis, Figura 40, de níquel é uma comemoração ao centenário de nascimento de uma figura emblemática na história da música e da cultura brasileira, o compositor de ópera Antônio Carlos Gomes. Este artista é reconhecido como o patrono da cadeira número 15, na Academia Brasileira de Música. No reverso da moeda, podemos admirar a imagem de uma harpa lira, um símbolo musical clássico que representa a harmonia e a beleza da música, junto com o valor monetário e a data da cunhagem que vai de 1936 a 1938.

No reverso, encontra-se a efígie do compositor, e seu nome está dividido pela imagem. Carlos Gomes foi um compositor notável, conhecido por suas óperas que conquistaram reconhecimento internacional. Suas obras, como *O Guarani*, *Fosca* e *Lo Schiavo*, cativaram plateias ao redor do mundo. Essa moeda pode ser vista como uma ferramenta estratégica para destacar as conquistas culturais do país, além de interligar com o fomento que o governo varguista promovia, com o canto orfeônico nas escolas públicas, no intuito de estimular o civismo e disciplina na juventude, como aponta o pesquisador Maurício Parada (2009, p. 174).

Figura 40 – 300 réis reverso e anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁴⁶.

A moeda de 400 réis de níquel, Figura 41, homenageia o médico sanitarista Oswaldo Cruz, figura central no combate a epidemias no início da República. Responsável por campanhas contra doenças como peste bubônica, febre amarela e varíola, destacou-se por sua atuação científica e pelas campanhas de vacinação em massa. A moeda traz, no anverso, sua effígie e nome; no reverso, a imagem de uma lâmpada acesa, símbolo da ciência e do conhecimento que ele representava.

Figura 41 – 400 réis reverso e anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁴⁷.

46 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 30 set. 2023.

47 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 30 set. 2023.

A vacinação obrigatória contra a varíola, em 1904, gerou intensa resistência popular e culminou na Revolta da Vacina. A falta de diálogo com a população e a imposição das brigadas sanitárias sem explicações adequadas acentuaram a desconfiança social. Apesar disso, as ações de Oswaldo Cruz foram decisivas para conter epidemias e instituir práticas duradouras de saúde pública no Brasil.

Sua atuação também enfrentou preconceitos científicos: ao combater a febre amarela, desafiou teorias ultrapassadas e apostou na eliminação do mosquito transmissor, alterando os métodos de combate à doença. No entanto, a atuação das brigadas em áreas pobres, sem sensibilidade social, gerou tensões, reforçando a imagem de um Estado interventor e distante da realidade popular.

Durante o governo Vargas, a cunhagem dessa moeda com a imagem de Oswaldo Cruz tinha um duplo propósito: projetar um compromisso com o bem-estar da população e, ao mesmo tempo, reforçar os ideais do *Estado Novo*. Ao associar a figura do sanitarista a valores de progresso e modernização, o regime buscava consolidar sua legitimidade e manipular a memória coletiva, transformando ações sanitárias em símbolos de um projeto político autoritário.

Ainda dentro do escopo da série dos *Brasileiros Ilustres*, para estimular o nacionalismo que estava em voga nos anos de 1930, em escala internacional, existiram as moedas de bronze-alumínio que detinham valor monetário superior as



moedas cunhadas com níquel. Entre 1935 e 1938 foi cunhada a moeda de 500 réis, Figura 42, fazendo alusão a Diogo Antônio Feijó, historicamente conhecido como Regente Feijó ou Padre Feijó. Membro do clero da Igreja Católica Apostólica Romana, professor e político durante o Brasil Império (deputado, senador e ministro de estado), chegando a ser eleito o primeiro regente no período das Regências Unas entre 1835 e 1837, isto é, o primeiro civil a ser eleito para chefe do poder executivo no Brasil, apesar do caráter excepcional.

Figura 42 – 500 réis reverso e anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁴⁸.

No anverso da moeda, encontra-se a efígie de Feijó, com a inscrição “Regente Feijó”; no reverso, aparecem o valor, a data de cunhagem e o nome “Brasil”, além de uma coluna central sustentando um candelabro aceso. A peça celebra o centenário da Regência Una de Feijó, período marcado por revoltas regionais como a Cabanagem e a Farroupilha, que contestavam a centralização do poder e o regime monárquico.

48 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 30 set. 2023.

A escolha de sua imagem nos anos 1930 buscava associar a figura de Feijó à ideia de um Estado centralizado e iluminado, capaz de garantir a ordem e a unidade nacional, reforçando a retórica varguista de estabilidade frente às tensões políticas e sociais da época.

A moeda de mil réis, Figura 43, por sua vez, homenageia o padre José de Anchieta, jesuíta atuante no processo de catequização indígena durante o século XVI. Presente em regiões como São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, Anchieta fundou escolas, participou da expulsão dos franceses da Guanabara e difundiu a *Ratio Studiorum* — método educativo jesuítico voltado à propagação da cultura europeia e dos valores colonizadores. Sua presença na moeda simboliza não apenas o papel da fé e da educação na construção da nação, mas também serve à narrativa do *Estado Novo* de valorização das figuras que representavam disciplina, obediência e integração cultural.

Cunhada entre 1935 e 1938 em bronze-alumínio, a moeda dedicada ao padre José de Anchieta apresenta, no anverso, sua efígie de perfil com o nome disposto verticalmente à direita; no reverso, exibe o valor monetário, a data, o nome “Brasil” e, no centro, um livro aberto. A imagem do livro simboliza o reconhecimento do governo Vargas ao papel dos Jesuítas e da Igreja Católica na origem da educação no Brasil. Essa homenagem busca suavizar os efeitos da Constituição de 1934, que instituiu a laicidade na educação e fortaleceu o ensino público. Ao destacar Anchieta, Vargas buscava se

reaproximar da Igreja, reforçando sua influência popular e seu papel na formação moral e intelectual do país.

Figura 43 – 1000 réis reverso e anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁴⁹.

Em meio às crises do *Governo Constitucional*, Vargas demonstrou habilidade política ao reprimir movimentos como os levantes em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, usando o PCB e a ANL como bodes expiatórios. Sem uma articulação nacional sólida, esses movimentos serviram para justificar o endurecimento do regime. Vargas, atento, aproveitou-se do caos para fortalecer seu controle, perseguindo opositores e, ao mesmo tempo, buscando apoio popular. A emissão de moedas comemorativas com figuras históricas e simbólicas, como Anchieta, foi uma estratégia eficaz de propaganda política. Esses objetos circulavam entre o povo, transmitindo valores como fé, disciplina, unidade e educação — elementos que reforçavam a narrativa de um governo guiado pelo progresso e pela ordem. Esse processo culminaria na consolidação do

49 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 30 set. 2023.

Estado Novo, em 1937, um regime autoritário meticulosamente planejado, que ampliou ainda mais o poder do Executivo e utilizou a comunicação simbólica como um de seus pilares fundamentais.

2.3 O ESTADO NOVO: O CULTO À PERSONALIDADE E O ULTRANACIONALISMO EM TEMPOS DE GUERRA

O plano para alcançar seu objetivo transcendia o apoio das forças armadas; era crucial angariar apoio político. Além do respaldo e adesão dos governadores dos estados, Getúlio Vargas sabia que precisava criar uma comoção no povo, instilando-lhes o temor, de modo a fazê-los acreditar que a única saída, a verdadeira salvação, residia unicamente em sua liderança. Nesse contexto, o movimento comunista e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) foram deliberadamente utilizados como espécies de bodes expiatórios, permitindo a Vargas alcançar seu grande objetivo. Na abertura da nova Constituição de 1937, o presidente deixa evidente a pretensa necessidade da criação do Estado de exceção:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL,

ATENDENDO às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de

classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil;

ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente;

ATENDENDO a que, sob as instituições anteriores, não dispunha, o Estado de meios normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem-estar do povo;

Sem o apoio das forças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apreensivas diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e políticas;

Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País (Brasil, 1937).

O *Estado Novo*, instaurado em 1937 por meio de um golpe liderado por Getúlio Vargas, vinha sendo gestado desde o *Governo Provisório*, com a centralização progressiva do poder e o esvaziamento das instituições democráticas. O contexto internacional, marcado pela crise do liberalismo e pela ascensão de regimes autoritários na Europa, influenciou diretamente a formulação do modelo político adotado no Brasil. A crise de 1929, os impactos da Primeira Guerra Mundial e

o temor de revoluções socialistas impulsionaram a ideia de um Estado forte e centralizado, inspirado nos regimes de Mussolini e Hitler, considerados eficazes na organização social e econômica de seus países.

Segundo Capelato (2007), o *Estado Novo* se apresentou como um projeto político voltado para as massas, dentro de uma tendência global de crítica à democracia liberal. No Brasil, esse movimento culminou na Revolução de 1930 e teve desdobramentos até o golpe de 1937, quando Vargas, com apoio das Forças Armadas e do Congresso — influenciado pelo medo do comunismo — instituiu um estado de sítio, dissolvendo o Legislativo e outorgou uma nova Constituição. A partir daí o governo buscou legitimar-se por meio de uma política de massas, com forte aparato propagandístico voltado especialmente para as camadas populares, mesmo sem participação democrática.

A partir dos anos 1980, historiadores passaram a analisar o *Estado Novo* sob novas perspectivas, investigando temas como controle social, cultura política, mundo do trabalho, repressão e propaganda. Esse olhar renovado permitiu a ampliação das fontes de estudo, como o uso do papel-moeda e das moedas comemorativas enquanto instrumentos simbólicos de poder, inseridos em uma estratégia de manipulação e construção de um imaginário nacional. Desse modo, comprehende-se que o *Estado Novo* foi uma resposta às tensões internas e externas do período, bem como um regime articulado em torno da centralização do poder e da formação

de uma identidade nacional sob vigilância e controle ideológico. Segundo Capelato,

Quando ele ocorreu, os integralistas desfilaram pelas ruas com muito entusiasmo. Após o golpe, como os partidos e o Parlamento foram abolidos, não havia mais intermediários entre as massas e o governo. Este passou a intervir nos estados mediante a nomeação de intersetores, que assumiram o poder Executivo orientados pela nova Constituição. Pessoas de confiança de Getúlio Vargas foram escolhidas para as intersetorias (Capelato, 2007, p. 116).

Com o golpe de 1937, instalou-se no Brasil o *Estado Novo*, regime ditatorial liderado por Getúlio Vargas. Consolidou-se o poder dos intersetores, instituiu-se a censura, e perseguições tornaram-se rotina. A queima das bandeiras estaduais simbolizou a centralização do poder. Para ideólogos como Francisco Campos, o golpe foi o *passo necessário* da Revolução de 1930, enquanto Azevedo Amaral o via como inevitável, devendo ter ocorrido antes, anulando o *Governo Constitucional*.

O regime promoveu reformas políticas e econômicas com o objetivo de integrar o país e fortalecer o Estado. O Congresso foi substituído por Conselhos Técnicos, criou-se um imposto único entre estados e estimulou-se a industrialização, inclusive com isenções fiscais para bens de capital. A política econômica visava superar boicotes industriais e impulsionar o progresso material, justificando, para Vargas, a necessidade da ruptura institucional.

Como aponta Capelato (2007), o progresso estava vinculado à noção de ordem. As leis trabalhistas buscavam mediar conflitos entre patrões e empregados e submeter os sindicatos ao controle estatal. Inspirado pela *Carta del Lavoro* do fascismo italiano, o Estado criou um sistema sindical único, supervisionado pelo Ministério do Trabalho, e instituiu o imposto sindical obrigatório.

Em 1942, foi criado o salário mínimo, somando-se a outras conquistas como férias, jornada de trabalho regulamentada, segurança, justiça trabalhista e carteira profissional, todas unificadas na CLT. No entanto, nem todos os trabalhadores acolheram positivamente essas medidas. Muitos denunciaram a perda da liberdade sindical e a postergação de antigas demandas. O governo prometia que essas seriam atendidas quando o país alcançasse maior estabilidade econômica (Capelato, 2007).

A partir de 1940, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a inflação disparou. Em 1941, a crise de abastecimento e o aumento do custo de vida afetaram duramente os trabalhadores. Os salários permaneceram estagnados, enquanto o custo de vida triplicou entre 1935 e 1945 (Capelato, 2007), forçando famílias operárias a reduzirem sua alimentação.

Para garantir o controle social mais amplo, Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável por censurar opositores e promover o culto ao Estado. O DIP

produziu cartazes, peças, livros e outras formas de exaltação ao regime e ao nacionalismo (Capelato, 2007), em sintonia com práticas de regimes totalitários na Europa, como o nazismo e o fascismo.

Vargas foi promovido como figura carismática e salvadora, comparado a Jesus Cristo ou à Santíssima Trindade. A propaganda oficial moldava sua imagem como *pai dos pobres* e protetor das crianças. A censura foi intensa em músicas, peças, jornais e no cinema. A educação cívica passou a moldar o imaginário infantil com lições patrióticas e histórias em que o Brasil era uma grande família liderada por Vargas.

Na cultura, Vargas buscou conciliar interesses divergentes por meio do Ministério da Educação, chefiado por Gustavo Capanema. Ainda que intelectuais críticos ao autoritarismo estivessem presentes, Capanema soube administrar essa pluralidade com habilidade, impondo limites moderados à censura.

O cinema e o rádio foram fundamentais para a propaganda estatal. O rádio, em especial, teve grande penetração e Vargas criou o programa *A voz do Brasil*, usado como canal oficial do governo. O uso eficaz das novas mídias demonstrou a capacidade do regime em adaptar-se a ferramentas modernas de comunicação para consolidar sua autoridade.

Como destaca Hanna Arendt (2007), regimes totalitários tendem a dominar todas as esferas da vida, pública e privada, e usam ideologia, propaganda e repressão para se manter. O

Estado Novo compartilhou características com esse modelo, especialmente no uso do medo, da manipulação da verdade e do culto à personalidade. Arendt (2007) também ressalta que esses regimes podem tolerar vozes dissonantes desde que mantenham controle das instituições centrais, como fez Vargas.

Até mesmo o dinheiro foi instrumentalizado para consolidar a imagem do regime. Moedas cunhadas no período exaltavam figuras históricas que simbolizavam ordem e autoridade, como Duque de Caxias e Oswaldo Cruz. Em 1939, o governo lançou uma nova série de moedas, incluindo uma homenagem a Floriano Peixoto, o *Marechal de Ferro*, Figura 44, celebrado por sua repressão a revoltas internas. A escolha, além de coincidir com seu centenário, servia para associar Vargas a valores de firmeza e controle, alinhando sua imagem à de um líder inflexível e centralizador.

Figura 44 – 2000 réis reverso e anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁵⁰.

50 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 30 set. 2023.

Ao longo do *Estado Novo*, Vargas atuou como o *maestro* que regeu, controlou e harmonizou os diferentes segmentos da sociedade brasileira, ainda que sob o compasso de uma ditadura. Seu governo, apesar de avanços sociais e econômicos, deixou marcas profundas de autoritarismo, manipulação da informação e cerceamento das liberdades civis, moldando a estrutura política e simbólica do Brasil por décadas.

No mesmo ano, em que a moeda em comemoração ao centenário de Floriano Peixoto foi lançada, Tobias Barreto e Machado de Assis também foram homenageados com moedas comemorativas. Tobias Barreto de Menezes, patrono da cadeira 38 da Academia Brasileira de Letras (ABL), é considerado um dos fundadores do *condoreirismo* brasileiro, uma corrente literária marcante na terceira fase romântica da poesia nacional.

No prisma intelectual, como filósofo, político e professor, opôs-se à escravidão negra, mas defendia no final do século XIX que a *cultura erudita* brasileira caminhasse por uma influência germânica e não francesa. Por outro lado, Machado de Assis, patrono e fundador da ABL, é uma figura icônica da literatura nacional, visto como o maior romancista brasileiro. Essas moedas não só honravam figuras literárias proeminentes, como também contribuíam para preservar, difundir e celebrar a cultura e a história brasileira desejada pelas elites dirigentes.

Por trás do lançamento dessas moedas comemorativas aos patronos da ABL, residia a intenção do governo de preservar e celebrar a cultura histórica brasileira. Com essas homenagens aos literatos, o governo destacava sua contribuição significativa para a literatura nacional. Essas emissões serviam como um instrumento para fortalecer um projeto de identidade cultural, para o país e promover o reconhecimento da importância desses escritores na sociedade brasileira.

Ao analisar a contribuição de personagens como Tobias Barreto, Figura 45, e Machado de Assis, Figura 46, é essencial reconhecer suas origens negras, mesmo que eles não tenham sido amplamente percebidos a partir de sua negritude durante suas vidas. Esta invisibilidade reflete um aspecto importante da sociedade brasileira, onde a negritude, muitas vezes, foi apagada ou minimizada em favor de uma narrativa mais palatável para as elites brancas. Tobias Barreto e Machado de Assis, apesar de suas contribuições inestimáveis para a literatura e o pensamento brasileiro, foram frequentemente descontextualizados de suas origens raciais. É crucial situar suas obras e legados dentro do movimento antirracismo, que busca reconhecer e valorizar as contribuições dos negros em todas as esferas da sociedade.

Figura 45 – 1000 réis reverso e anverso

Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁵¹.

Figura 46 – 500 réis reverso e anverso

Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁵².

O movimento antirracismo luta contra a discriminação racial e promove a igualdade, destacando a importância de reconhecer a negritude de figuras históricas e contemporâneas para combater a invisibilidade e a marginalização. Ao incluir essa perspectiva em nossas análises, não só honramos a verdadeira identidade desses grandes intelectuais, mas

51 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

52 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

também fortalecemos a luta por uma sociedade mais justa e equitativa.

Após o golpe de 1937, que resultou na instauração do *Estado Novo* e em uma nova Constituição, começaram a circular no Brasil as moedas de níquel de 100, 200, 300 e 400 réis (Figuras 47, 48 e 49), cunhadas entre 1939 e 1942. Nesse novo contexto, Getúlio Vargas intensificou o culto à sua personalidade, visando uma maior centralização de poder. Essa peculiaridade era comum entre os líderes de Estado desse período, como nos casos dos regimes fascistas na Itália e Alemanha, bem como na ditadura stalinista da União Soviética.

Figura 47 – 100, 200, 300 e 400 réis anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁵³.

53 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

Figura 48 – 300 e 200 réis reverso

Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁵⁴.

Figura 49 – 400 e 100 réis reverso

Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁵⁵.

As moedas cunhadas durante o *Estado Novo* são verdadeiras obras de arte, especialmente pela riqueza de detalhes na efígie de Getúlio Vargas. Cada traço reforça uma imagem de jovialidade e seriedade, compondo a propaganda eficaz do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que atuava em múltiplos meios – rádio, cinema, teatro, jornais

54 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

55 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

e livros didáticos – para moldar a imagem do governante. Segundo Velloso (2007), o governo de Vargas sustentava um projeto educacional ambicioso com duas frentes: o Ministério da Educação, liderado por Gustavo Capanema, focado na cultura erudita e educação formal; e o DIP, sob Lourival Fontes, voltado para a cultura popular. Ambas atuavam em sinergia para consolidar o poder estatal, por meio da educação e da propaganda.

As quatro moedas metálicas com efígie de Vargas, de baixo valor e ampla circulação, variavam de tamanho conforme o valor (de 100 a 400 réis). Seu objetivo era manter o rosto do líder próximo ao cotidiano popular. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, o padrão monetário mudou de Réis para Cruzeiro, como tentativa de conter a inflação e reforçar o apelo nacionalista. O nome *Cruzeiro* remetia à constelação do Cruzeiro do Sul, símbolo republicano.

Duas novas famílias de moedas foram lançadas em outubro de 1942, com valores maiores (1, 2 e 5 cruzeiros) e feitas de bronze-alumínio. No anverso, apresentavam o mapa físico do Brasil, exaltando o relevo, as bacias hidrográficas e as riquezas do interior – representação da política da *Marcha para o Oeste*, que incentivava a ocupação do território e a exploração mineral, apoiada por estatais como a CSN e a Vale do Rio Doce. No reverso, apareciam o valor e cinco estrelas, simbolizando a constelação do Cruzeiro do Sul.

O historiador Alcir Lenharo (1986), em *A sacralização da política*, analisou de que modo o *Estado Novo* estruturou práticas autoritárias que persistiram após o período Vargas, que foram retomadas durante a ditadura militar (1964-1985). Ele critica a *Marcha para o Oeste* como estratégia de colonização que favorecia grandes proprietários e pouco afetava a estrutura fundiária, apontando sua continuidade simbólica e política em períodos posteriores da história brasileira.

Lenharo (1896) destaca que:

A construção da *Marcha* atina para a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento. O movimento é de conquista, de expansão; visa estimular a sensação de participação de todos na política, na qual, por sinal, os canais institucionais de participação coletiva se encontravam vedados. O alargamento do território nacional, obra dos trabalhadores, operava com a ideia de conquista do espaço físico, de modo a que todos, simbolicamente, se sentissem co-proprietários do território nacional. A construção da imagem da *Marcha* ancora-se na técnica da propaganda e nos conteúdos míticos das ramificações romântica e petista católica, disseminadas na cultura nacional. Cassiano Ricardo, do DEIP paulista, sabia muito bem disso tudo. Na sua obra *Marcha para o Oeste*, as cores, os sons, a poesia, um especial clima de religiosidade são instrumentalizados para compor o itinerário mítico que vai das bandeiras paulistas ao *Estado Novo* (Lenharo, 1986, p. 15, grifo do autor).

Alcir Lenharo (1986) destaca a *Marcha para o Oeste* como um movimento emblemático para pretensamente unir a nação sob a direção do chefe da nação, buscando fortalecer a



identidade nacional e a coesão do país. Esse movimento visava simbolicamente expandir as fronteiras econômicas do território brasileiro e promover o engajamento patriótico, em tempos de guerra e em um momento cujas formas democráticas de participação coletiva estavam restritas. Ao lançar moedas de 1, 2 e 5 cruzeiros com o mapa físico do Brasil, Vargas incorporou elementos da *Marcha para o Oeste* na sua representação, Figuras 50 e 51. Essas moedas não apenas simbolizavam as riquezas nacionais, como também buscavam incutir um sentimento de identidade coletiva nos marcos do autoritarismo estadonovista, convidando todos a se sentirem parte e responsáveis pela exploração do território brasileiro. Essa tática fazia parte de uma narrativa propagandística que enfatizava a expansão territorial e o desenvolvimento, temas difundidos na cultura política brasileira. A moeda de 1 cruzeiro circulou até o final do *Estado Novo* e as de 2 e 5 cruzeiros, circularam até o início do governo de Juscelino Kubitschek, em 1956.

Figura 50 – 1 e 2 cruzeiros reverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁵⁶.

56 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

Figura 51 – 5 cruzeiros reverso e anverso

Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁵⁷.

A outra família de moedas, com valores de 10, 20 e 50 centavos, também promovia o culto à sua personalidade, tendo seu próprio nome e efígie no anverso, Figuras 52 e 53. Essas moedas de bronze-alumínio são vistosas, brilhantes – quando novas – e circulavam no dia-a-dia, sendo utilizadas em transações comerciais comuns, como na compra de pão, cigarros ou para pagar o bonde. Foram feitas realmente com a intenção de lembrar do presidente e seu governo, associando-as ao ouro/riqueza/prosperidade por sua cor amarelada, mesmo sendo feitas de metais com pouco valor comercial.

Figura 52 – 10, 20 centavos de cruzeiros reverso

Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁵⁸.

57 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

58 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

Figura 53 – 50 centavos de cruzeiros reverso e anverso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁵⁹.

A mudança do padrão monetário de Réis para Cruzeiro, em 1942, esteve fortemente atrelada ao contexto da Segunda Guerra Mundial e à nova posição do Brasil no conflito. Com a adesão aos Aliados e a declaração de guerra contra o Eixo, o governo Vargas utilizou a mudança como estratégia para reforçar a identidade nacional, rompendo simbolicamente com o passado monárquico e as primeiras décadas republicanas. A substituição também sinalizava um desejo de modernização econômica e estabilidade monetária, apesar do cenário desafiador. As moedas de 10, 20 e 50 centavos de cruzeiro circularam até o final da década de 1940. Já no governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, as efígies de José Bonifácio, Rui Barbosa e do próprio Dutra passaram a figurar nas moedas, dando continuidade ao simbolismo político dessas peças.

As cédulas emitidas durante o *Estado Novo*, com valores de 1 a 1000 cruzeiros, reforçavam uma narrativa histórica e patriótica. As de 1 e 2 cruzeiros circularam a partir de 1944, ano do

59 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

envio de tropas brasileiras à Europa, e exaltavam figuras militares ligadas às Forças Armadas. As demais, introduzidas em 1943, homenageavam personagens da história oficial do Brasil, como D. Pedro I, D. João VI, Princesa Isabel, entre outros, ressaltando a trajetória de formação e consolidação do território nacional. A presença de Getúlio Vargas na cédula de 10 cruzeiros simbolizava sua autoprojeção como figura central, dessa narrativa histórica.

As cédulas do período, produzidas pelo *American Bank Note Company*, traziam estética semelhante ao dólar americano, com ornamentos assimétricos e uso de duas cores, destacando os laços econômicos e diplomáticos firmados entre Brasil e EUA. Esses vínculos foram reforçados pelos empréstimos norte-americanos destinados à construção da indústria de base e ao reequipamento das Forças Armadas. A partir da década de 1960, outras estatais, como o Banco de Londres, passaram a produzir novas tiragens, com alterações nas cores e layout.

As cédulas de 1 (Figura 54) e 2 (Figura 56) cruzeiros, produzidas entre 1944 e 1960, destacam o Marquês de Tamandaré e o Duque de Caxias, com ornamentações inspiradas na estética barroca, especialmente do estilo presente no Rio de Janeiro e Minas Gerais. Essa escolha artística dialoga com o espírito nacionalista da *Era Vargas*, que criou o IPHAN em 1937, demonstrando preocupação com a preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro.

No verso da cédula de 1 cruzeiro, está representada a Escola Naval do Rio de Janeiro, Figura 55, cuja origem

remonta ao século XVIII em Lisboa e que, desde 1938, ocupa a Ilha de Villegagnon. A instituição tem papel fundamental na formação de oficiais da Marinha. Já a cédula de 2 cruzeiros traz a imagem da Escola Militar de Realengo, Figura 57, criada em 1913, e que em 1944 foi transferida para Resende-RJ, dando origem à AMAN. Realengo era reconhecida por sua excelência e pelo forte espírito de corpo entre seus formandos, muitos dos quais assumiram posições de destaque na política brasileira, inclusive durante o golpe civil-militar de 1964.

Figura 54 – 1 cruzeiro frente



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁶⁰.

Figura 55 – 1 cruzeiro verso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁶¹.

60 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

61 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

Figura 56 – 2 cruzeiros frente

Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁶².

Figura 57 – 2 cruzeiros verso

Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁶³.

Ao representar essas instituições militares nas cédulas, Vargas reforçava o papel estratégico das Forças Armadas na construção da soberania nacional. A introdução dessas notas em 1944 também simbolizava a atuação do Brasil na guerra e sua importância na defesa do Atlântico Sul. A escolha dos personagens homenageados, aliados à representação das escolas militares, inscreve o papel do Exército e da Marinha na construção de um Brasil forte, unido e patriótico.

62 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

63 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

Assim, o papel-moeda do *Estado Novo* cumpriu dupla função: a de circulação econômica e a de construção simbólica da identidade nacional. A narrativa de Vargas unia passado glorioso e presente guerreiro, em uma tentativa de legitimar seu governo e consolidar o apoio popular e institucional, em especial, das Forças Armadas, num momento de crise internacional e transformação política.

A cédula de 5 cruzeiros – em sua frente (Figura 58 e 59) – traz em destaque a efígie de José Maria da Silva Paranhos Júnior, também conhecido como Barão do Rio Branco, falecido no início de 1912.

Figura 58 – 5 cruzeiros frente⁶⁴



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁶⁵.

64 Cédula com assinatura na parte frontal de forma transversal. Era comum as primeiras tiragens serem assinadas pelo Ministro da Fazenda.

65 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

Figura 59 – 5 cruzeiros verso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁶⁶.

Barão do Rio Branco foi um multifacetado profissional, atuando como advogado, geógrafo, professor, jornalista, historiador e, principalmente, como diplomata nos primeiros anos do Brasil republicano atuando no delineamento das fronteiras nacionais e internamente entre os estados federados. Sua notoriedade nesse último campo o tornou uma figura proeminente homenageada na cédula.

Paranhos Júnior alcançou o título de Barão ao final do regime monárquico e, mesmo com a instauração da República, persistiu assinando como Barão do Rio Branco. Sua atuação diplomática foi crucial para a expansão territorial do Brasil, agregando cerca de 900 mil quilômetros quadrados ao país. Destacam-se suas conquistas três questões fronteiriças cruciais: em 1895, garantiu uma parcela considerável do território, que hoje, compreende Santa Catarina e Paraná; em 1900, solucionou a questão do Amapá; e, em 1902, lidou com a disputa do território do Acre entre Brasil e Bolívia. Esses feitos

66 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

levaram Paranhos Júnior ao mais alto posto da diplomacia, em 1902.

A escolha do Barão do Rio Branco para integrar a cédula foi uma explícita tentativa de destacar a importância histórica e diplomática do Brasil. Ao homenagear uma figura tão relevante no cenário diplomático brasileiro, o governo Vargas procurou reforçar a ideia de expansão territorial e de influência internacional, promovendo um sentimento de orgulho nacional e exaltando a herança histórica do Brasil em tempos de guerra e incerteza global.

No verso da cédula, Figura 59, encontra-se a obra *A conquista do Amazonas*, Figura 59, pintada por Antônio Parreiras em 1907 e atualmente abrigada no Museu Histórico do Pará, em Belém. Essa representação ilustra uma perspectiva singular da interação entre colonizadores e povos originário, notavelmente desprovida de qualquer alusão à violência. No centro da imagem, os colonizadores parecem estar navegando pelo rio, sugerido por uma embarcação com velas, enquanto ao fundo e nas laterais se encontra a densa floresta. Ao redor, os povos indígenas são observadores, alguns apoiados em árvores, outros simplesmente sentados ou deitados, testemunhando a chegada dos colonizadores.

Um detalhe significativo é a presença, no canto esquerdo, de colonizadores interagindo com os indígenas, evocando a ideia de uma convivência e um entrelaçamento cultural livre de conflitos. Esta representação transmite uma atmosfera de

coexistência pacífica entre os grupos, ressaltando a interação sem quaisquer indícios de tensão.

A inclusão da densa floresta na pintura também destaca a exuberância da natureza amazônica e sua presença marcante, além de refletir a ideia da exploração dos colonizadores, em territórios ainda inexplorados, simbolizando a expansão territorial e o encontro entre diferentes culturas em meio à diversidade da região. A imagem nos faz recordar Gilberto Freyre, em *Casa grande e senzala* (2003), ao tratar da resistência indígena frente ao colonizador, não ser “mineral”, mas sim “vegetal”.

Mas entre os indígenas das terras de pau-de-tinta outras foram as condições de resistência ao europeu: resistência não mineral, mas vegetal. Por sua vez o invasor pouco numeroso foi desde logo contemporizando com o elemento nativo; servindo-se do homem para as necessidades de trabalho e principalmente de guerra, de conquista dos sertões e desbravamento do mato virgem; e da mulher para as de geração e de formação de família.

A reação do domínio europeu, na área de cultura ameríndia invadida pelos portugueses, foi quase a de pura sensibilidade ou contratilidade vegetal, o índio retraindo-se ou amarfanhando-se ao contato civilizador do europeu por incapacidade de acomodar-se à nova técnica econômica e ao novo regime moral e social. Mesmo quando acirrou-se em inimigo, o indígena ainda foi vegetal na agressão: quase mero auxiliar da floresta (Freyre, 2003, p. 79).

Freyre (2003) utiliza a metáfora da resistência “não mineral, mas vegetal” para caracterizar a forma sutil com que os povos indígenas resistiram à colonização. Essa resistência

“vegetal” sugere um recuo estratégico, uma preservação silenciosa diante da imposição do mundo europeu, em sintonia com a natureza e distante da integração plena à nova ordem social. A metáfora de Freyre evidencia a complexidade das relações entre colonizadores e nativos e destaca a contribuição indígena para a formação da identidade cultural brasileira.

A ideia de uma identidade nacional plural também está presente nas ações do *Estado Novo*, como se observa na cédula de 10 cruzeiros emitida sob Getúlio Vargas. A efígie do próprio presidente (Figura 60) ocupa o centro da nota, simbolizando sua liderança. No verso, uma figura masculina forte, seminua, com asas e coroa de louros, manipula uma ferramenta em meio a engrenagens, fábricas e fios (Figura 61). A imagem valoriza o trabalhador como herói moderno, símbolo do progresso industrial e da modernização econômica. As asas remetem à esperança e ao avanço, enquanto a coroa de louros, tradicional símbolo de vitória, reforça o ideal de conquista promovido pelo regime.

Figura 60 – 10 cruzeiros frente



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁶⁷.

67 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

Figura 61 – 10 cruzeiros verso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁶⁸.

A estética barroca da nota, combinada ao uso de elementos industriais e à frase “Unidade Nacional”, revela o esforço simbólico do *Estado Novo* em promover a coesão social e projetar o Brasil como uma nação moderna e unificada. A escolha de figuras e símbolos dialoga diretamente com os ideais de Freyre (2003), valorizando a miscigenação e a contribuição de diversos grupos étnicos na construção do Brasil. Dessa forma, a cédula de 10 cruzeiros é um reflexo visual da ideologia do período, marcada pela valorização do trabalhador, do nacionalismo e do projeto de modernização varguista.

A cédula de vinte cruzeiros (Figuras 62 e 63) traz a figura de Deodoro da Fonseca, o Marechal do Exército responsável pelo golpe contra a monarquia de D. Pedro II, resultando na Proclamação da República do Brasil, no dia 15 de novembro de 1889. No centro da nota, sua efígie representa um marco histórico (Figura 62).

68 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

Figura 62 – 20 cruzeiros frente



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁶⁹.

Figura 63 – 20 cruzeiros verso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁷⁰.

Enquanto elementos do barroco adornam as bordas, denotando a grandiosidade e a importância histórica da figura, é importante destacar que a criação do Patrimônio Histórico Brasileiro, e especificamente a criação do Barroco Mineiro, foi uma iniciativa de Getúlio Vargas. Durante seu governo, Vargas implementou políticas de preservação e valorização do

69 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

70 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

patrimônio cultural como forma de construir uma identidade nacional coesa.

A fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, sob a liderança de Rodrigo Melo Franco de Andrade⁷¹, foi essencial para esse processo. Vargas buscou referências em várias regiões do Brasil, como a Bahia, Paraíba e São Paulo, para constituir um patrimônio histórico que refletisse a diversidade e a unidade do país. Essa política de preservação e valorização do Barroco Mineiro, bem como de outras manifestações culturais regionais, foi essencial para promover uma identidade nacional, legitimando a narrativa histórica do Brasil como uma nação rica e diversa em seu patrimônio cultural.

A figura representada com adornos barrocos celebra a importância histórica, e também reflete a política de Vargas de promover a cultura brasileira como um símbolo de unidade nacional.

No verso da cédula, a representação é enigmática: uma figura feminina, no caso aqui é a Marianne, que representa

71 Segundo o portal do site do Iphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade, nascido em 17 de agosto de 1898, estudou no Ginásio Mineiro e no Lycée Janson de Sailly, em Paris. De volta ao Brasil, cursou Direito no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, convivendo com intelectuais como Aníbal Machado, Milton Campos, Carlos Drummond de Andrade e Oswald de Andrade. Trabalhou como bancário e Oficial de Gabinete na Inspetoria de obras contra as secas, além de iniciar sua carreira jornalística em 1921. Em 1937, por indicação de Mário de Andrade, assumiu a direção do recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a partir daí dedicou 30 anos à preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/173>. Acesso em: 18 mar. 2024.

a República, está sentada em uma cadeira ou trono de proporções reduzidas, em relação ao tamanho da pessoa. Sua postura é majestosa, com a perna esquerda estendida e a direita ligeiramente erguida, envolta em um amplo tecido. Um cetro é segurado pela mão direita, enquanto a cabeça, coberta por uma espécie de toca, está voltada para direita, onde há uma representação de luz intensa, semelhante ao sol com raios radiantes (Figura 63).

Ao fundo da figura, esquerda, há uma paisagem que mistura sombras e luz, sugerindo uma atmosfera de dualidade entre claridade e escuridão. A luz intensa, para onde o olhar da figura está direcionado, contrasta com uma luminosidade mais fraca em outra área. Esse cenário complexo parece evocar a ideia de poder, dualidade e orientação, para um ponto luminoso, semelhante à vida a republicana brasileira sob o prisma varguista, em analogia, ao então passado recente, nas décadas “obscuras” da Primeira República e o tempo presente, que aproxima da luminosidade republicana com o *Estado Novo*.

A cédula de 50 cruzeiros, compartilha similaridades com as demais, destaca-se pela presença central da figura da princesa Isabel, Figura 64, uma personalidade histórica associada à assinatura da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil em 1888. No verso da cédula, uma representação mista da princesa, Figura 65, com a imagem simbólica de Marianne é observada: a figura sentada no chão, com roupas amplas, a cabeça e o olhar voltados para cima, e à esquerda,

segurando algo que se assemelha a um livro ou instrumento de escrita em uma das mãos. Sua postura sugere uma atitude de reflexão ou tomada de decisão, apoiando-se sobre uma estrutura semelhante a tábua, lembrando as tábua da lei de Moisés.

Ao redor, um cenário de campos, planalto e um rio, enquanto à esquerda são percebidas uma árvore e outras vegetações. Na parte inferior da cena, correntes rompidas e grilhões, simbolizando a libertação da escravidão. Na extremidade inferior direita, a inscrição Lei Áurea reforça o contexto histórico retratado.

Além disso, refletindo sobre a representação da princesa Isabel nesta cédula, observamos que está carregada de simbolismo, extrapola a mera homenagem à sua participação histórica. A imagem busca transmitir uma mensagem de libertação, responsabilidade e reflexão, todos intimamente ligados ao gesto da assinatura da Lei Áurea. Essa representação visual se insere no contexto da consolidação do *Estado Novo*, ao propor um rompimento com o sistema político anterior e a emergência de novos direitos sociais tão ansiados pela sociedade.

Em 1943, ano de lançamento da cédula, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), representava mais um passo na libertação laboral do povo brasileiro. Tal estratégia, aliada à propaganda governamental, ajudava a construir a imagem de Vargas como o “pai dos pobres”, o “pai dos trabalhadores”.

Figura 64 – 50 cruzeiros frente



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁷².

Figura 65 – 50 cruzeiros verso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁷³.

A cédula de 100 cruzeiros (Figura 66) exibe no centro a figura do Imperador D. Pedro II, com sua característica barba densa e cabelosmeticulosamente arrumados, particularidades usadas em cédulas e moedas nas décadas finais do Brasil Império. As ornamentosções que contornam a nota seguem o padrão similar das outras cédulas analisadas, na parte frontal.

72 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

73 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

O verso apresenta novamente a representação de uma mulher, que é a Marianne, símbolo da República (Figura 67). Ela está sentada no chão, com apenas uma pequena parte de seu ombro esquerdo, e braço visíveis e está vestindo um longo traje. A paisagem retratada parece ser de planícies e planaltos costeiros, possivelmente o litoral do Rio de Janeiro, com várias plantas, uma cadeia de montanhas e o mar.

Figura 66 – 100 cruzeiros frente



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁷⁴.

Figura 67 – 100 cruzeiros verso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁷⁵.

74 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

75 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

No fundo da imagem, observamos fragmentos de uma coluna greco-romana e um busto não identificado, também de traços greco-romano. Próximo às pernas da figura, vários papéis enrolados em formato cilíndrico, próximo a um livro de capa escura, que parece ser segurado por sua mão, inclinado em direção oposta ao corpo. Ao seu lado, observamos uma luneta, um livro, uma paleta de pintura com diversos pincéis e uma harpa.

O braço direito da figura repousa sobre um globo terrestre, enquanto seu dedo indicador parece apontar para um ponto específico nele. Seu olhar está direcionado para o mar, ligeiramente inclinado para cima. O globo mostra variações de luz e sombra, com uma área escura que se assemelha ao continente americano. No canto inferior esquerdo do verso da cédula está escrito a frase, “Cultura nacional”.

Importante ressaltar que essa cédula apresenta um contraste com os objetos que remetem à cultura greco-romana, atrás da representação de Marianne, pois carrega um intrigante paradoxo. Enquanto os gregos legaram à humanidade os pilares da democracia e os romanos alicerçaram os conceitos de república, simbolizando liberdade e participação cidadã, apesar de, na antiguidade esses ideais eram restritos a determinados segmentos, os conceitos de liberdade, crença, política e respeito no mundo ocidental, foram se transformando ao longo do tempo. Na contramão, o governo de Vargas adotou o regime ditatorial do *Estado Novo* e almejava uma concepção de “democracia” com base na tutela de direitos

advindos pelo Estado sob sua governança. Entretanto, a tática representativa adotada na cédula de 100 cruzeiros estabelece um elo simbólico entre passado-presente colocando o *Estado Novo*, como agente no avanço das políticas públicas, voltadas à cultura e à educação. A construção histórica e simbólica de D. Pedro II, como mecenazgo das artes e educação brasileira é relembrada e, à República sobre a égide do *Estado Novo*, torna-se a continuadora deste legado, na construção e fortalecimento da cultura e identidade nacional.

Somando a essa perspectiva da continuidade do legado, a cédula induz valorizar as ações governamentais no âmbito da expansão, das matrículas na educação primária e secundária, na emissão de livros didáticos, no fomento estatal para o cinema, a educação musical, o teatro, as artes plásticas, dentre outras áreas da arte e cultura. Isto é, Getúlio Vargas e seu regime, se apresentam como os novos mecenazgos. Não é por acaso que, por meio da propaganda, o presidente era apresentado como o “pai do cinema”, “pai do teatro”, “pai da cultura”.

A cédula de 200 cruzeiros destaca-se pela imagem central de D. Pedro I, Figura 68 e 69, reconhecido como o protagonista do movimento pela Independência do Brasil. Apresentando as características ornamentais já observadas nas cédulas anteriores, o destaque principal é a representação desse importante personagem histórico e o ato da emancipação nacional.

Figura 68 – 200 cruzeiros frente



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁷⁶.

Figura 69 – 200 cruzeiros verso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁷⁷.

A inclusão da figura de D. Pedro I, nas cédulas de 200 cruzeiros durante o governo Vargas, foi uma estratégia para ressaltar e reforçar os símbolos da Independência do Brasil. Vargas procurava, por meio dessa representação, conectar seu governo com um marco crucial da história brasileira, buscando fortalecer a ideia de soberania e unidade nacional, aliado ao estímulo ao sentimento nacionalista. Além disso, Vargas também buscava promover a valorização da história e de uma

76 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

77 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

identidade oficial do país, destacando um dos momentos na construção da nação brasileira.

O verso dessa cédula traz o quadro de Pedro Américo (Figura 69). Pintado no ano de 1888, representa D. Pedro I proclamando a independência do Brasil. A cena é uma idealização desse momento de que aconteceu no dia 07 de setembro de 1822, portanto não retrata fielmente essa passagem histórica. A obra é considerada por especialistas nas artes plásticas como neoclássica e se encontra no Museu Paulista, também chamado de Museu do Ipiranga. Há várias controvérsias e especulações em torno dela, inclusive a acusação de ser plágio, já que o pintor estudou artes na França e suas referências são da pintura europeia, e a representação se parece muito com uma tela *Batalha de Friedland* (1875), do francês Ernest Meissonier.

O quadro celebra o patriotismo de D. Pedro I como herói nacional, retratando-o de maneira imponente, brandindo a espada e com um olhar fixo, enquanto os homens ao redor o saúdam, tirando o chapéu como sinal de respeito e apoio à aclamação. A pintura é habilmente concebida para envolver o espectador, criando a sensação de participação no momento histórico. Pedro Américo captura o movimento na cena, representando não só a guarda e os nobres que acompanham D. Pedro, mas também o povo comum, que observa passivamente, porém com certo temor, assustado, como demonstrado pelo homem com o carro de boi, além de uma humilde casa ao lado direito da composição.

Apesar de suas pesquisas e visitas ao local antes de pintar o quadro, Pedro Américo optou por retratar um evento idealizado, distante da realidade histórica. Essa abordagem assemelha-se ao conceito de licença poética dos poetas, permitindo-lhe criar e fantasiar. Há controvérsias históricas, como a suposição de que, em vez de cavalos, teriam sido utilizadas mulas, considerando o terreno acidentado por onde D. Pedro passou, inapropriado para cavalos, e também devido à saúde debilitada do futuro imperador, afetado por problemas intestinais. No entanto, tais detalhes não atendiam ao anseio por uma representação mais grandiosa e desejada tanto por Pedro Américo, quanto pelo governo da província de São Paulo, que encomendou a obra.

No âmbito político o intuito era associar a Proclamação da Independência com *Estado Novo* e seu governante, apontando Getúlio Vargas e o regime como continuadores do processo da construção da soberania nacional, contra os inimigos internos e externos. Construindo a perspectiva, que em tempos de guerra somente um governo forte e centralizador poderia continuar o legado iniciado por D. Pedro I.

A cédula de 500 cruzeiros, com suas características ornamentais semelhantes às anteriores, destaca a figura de D. João VI (Figura 70 e 71), Príncipe Regente de Portugal, que chegou ao Brasil com a Família Real e um séquito de nobres e conselheiros em 1808. D. João VI teve um papel fundamental no processo de independência do Brasil, já que sua vinda alterou significativamente a dinâmica entre a metrópole e a

colônia. Com a presença da família real no Brasil, o Imperador não estava mais distante, separado por um vasto oceano, o que fortaleceu os anseios pela independência. D. João VI tomou várias iniciativas marcantes, como a criação da Casa da Moeda, do Banco do Brasil, da Academia Real Militar e do Jardim Botânico no Rio de Janeiro. Isso significava que as decisões políticas, as ordens e a promulgação de leis estavam sendo feitas no Brasil, estimulando a ideia de autonomia e futura soberania do território.

Figura 70 – 500 cruzeiros frente⁷⁸



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁷⁹.

-
- 78 Cédula carimbada com a marcação do Banco Central, apontando sua redução monetária para 50 centavos de cruzeiro, no final da década de 1970, fruto de uma crise inflacionária.
- 79 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

Figura 71 – 500 cruzeiros verso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁸⁰.

No verso da cédula de 500 cruzeiros (Figura 71), observamos Hermes, figura mítica da Grécia antiga, associado ao comércio, viagens, riqueza e comunicação, Figura 71. Sentado em um trono com postura relaxada, Hermes observa o oceano, onde se vê uma caravela em movimento e outra ancorada. No canto inferior esquerdo, a inscrição “Abertura dos Portos” remete à medida de D. João VI em 1808, ao permitir o comércio com “nações amigas”, oferecendo tarifas alfandegárias diferenciadas. Essa abertura marcou o início da integração do Brasil ao mercado internacional, favorecendo o desenvolvimento econômico e preparando o país para sua futura independência.

A presença de Hermes simboliza não só o comércio marítimo e a circulação de riquezas, mas também a interconexão entre culturas e a diplomacia econômica. Essa representação está alinhada ao contexto do *Estado Novo*, que buscava projetar uma imagem de progresso e fortalecimento

80 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

econômico. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil, inicialmente neutro, passou a se aproximar dos aliados após ataques a seus navios por submarinos alemães. Movimentos como a marcha da UNE em 4 de julho de 1942 expressaram o apoio popular aos aliados, pressionando o governo de Vargas a tomar partido no conflito.

Dessa maneira, a cédula, ao evocar Hermes e a “Abertura dos Portos”, simboliza a importância do comércio internacional, da diplomacia e da busca por alianças em momentos decisivos. Representa também a tentativa do *Estado Novo* de reforçar a imagem de um Brasil moderno, conectado ao mundo e pronto para ocupar espaço geopolítico relevante.

Na frente da cédula, verificamos a imagem de Pedro Álvares Cabral (Figura 72 e 73), navegador português que, ao tentar alcançar a Índia em 1500, acabou chegando às terras que mais tarde seriam chamadas de Brasil. Sua presença na cédula remete à gênese oficial da nação sob uma perspectiva eurocêntrica, marcando o início do processo de colonização, da expansão imperial europeia e das transformações nas rotas comerciais globais. A imagem de Cabral reforça a narrativa de fundação do Brasil pelo olhar do colonizador, destacando a importância do episódio para a história nacional e para os interesses do *Estado Novo* em construir uma identidade nacional unificada.

Figura 72 – 1000 cruzeiros frente



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁸¹.

Figura 73 – 1000 cruzeiros verso



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁸².

No verso da cédula de mil cruzeiros emitida durante o *Estado Novo*, observa-se a imagem de Hermes, figura mítica da Grécia antiga, tradicionalmente associado ao comércio, às viagens, à riqueza e à comunicação (Figura 73). Sentado em um trono, com postura relaxada — a perna esquerda levemente flexionada, a direita dobrada e o braço direito apoiado —, ele contempla o oceano, onde uma caravela aparece navegando

81 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

82 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

e outra repousa ancorada. No canto inferior esquerdo da cédula, encontra-se a inscrição “Abertura dos Portos”, que remete à medida tomada por D. João VI em 1808, quando, ao chegar ao Brasil com a corte portuguesa, autorizou o livre comércio com as “nações amigas”, estabelecendo tarifas alfandegárias diferenciadas: 15% para os ingleses, 16% para os portugueses e 24% para outras nações. Essa decisão marcou o início da inserção formal do Brasil no comércio internacional, incentivando a atividade econômica, abrindo caminhos para o desenvolvimento e antecipando os movimentos que levariam à independência.

A escolha de Hermes não é aleatória. Sua simbologia reforça a ideia de um Brasil em trânsito, em conexão com o mundo, aberto ao comércio e ao intercâmbio de ideias. Ele representa, nesse contexto, não só o comércio marítimo e a circulação de riquezas, como também a interconexão entre culturas e a importância da diplomacia econômica. Sua presença na cédula reflete o esforço do governo Vargas em construir uma imagem de modernidade e progresso para o país, especialmente diante do cenário internacional conturbado pela Segunda Guerra Mundial. Durante esse período, o Brasil manteve inicialmente uma postura de neutralidade, tentando equilibrar seus interesses diante das pressões externas. No entanto, o afundamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães abalou essa posição, gerando protestos populares e exigindo uma resposta por parte do governo.

Nesse contexto, destaca-se a atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1937, que liderou uma série de manifestações em apoio aos aliados. O ápice dessa mobilização foi a marcha de 4 de julho de 1942, um movimento inédito que pressionou o *Estado Novo* a abandonar a neutralidade e declarar guerra ao Eixo. O uso da figura de Hermes na cédula pode ser interpretado também como um símbolo dessa abertura ao mundo e à construção de alianças estratégicas. Assim como a medida de D. João VI, essa nova abertura — agora em contexto bélico e diplomático — visava posicionar o Brasil como um ator relevante no cenário internacional, capaz de negociar com as grandes potências e assegurar seu desenvolvimento por meio do comércio exterior e da cooperação internacional.

A associação da imagem de Hermes à frase “Abertura dos Portos” reforça a noção de que o comércio internacional e as relações diplomáticas são pilares fundamentais da política econômica brasileira. Além disso, sugere que, assim como no século XIX, o país precisava novamente se abrir ao mundo para garantir progresso, estabilidade e segurança. Trata-se de uma metáfora visual e histórica da estratégia do *Estado Novo* para fomentar o crescimento econômico e afirmar a soberania nacional em um contexto globalizado e em guerra. A simbologia clássica, utilizada frequentemente pela propaganda estatal do período, servia para comunicar valores como trabalho, ordem, desenvolvimento e unidade, projetando uma imagem de um Brasil moderno, racional e em plena ascensão.

Na frente da mesma cédula, figura Pedro Álvares Cabral, comandante da expedição portuguesa que, em 1500, ao seguir rumo às Índias, deparou-se com o litoral brasileiro. Sua imagem remete à gênese oficial da nação brasileira sob uma perspectiva eurocêntrica, em que o Brasil nasce do contato com os navegadores portugueses e da incorporação ao mundo ocidental. A representação de Cabral reforça a narrativa de que o *descobrimento* foi um evento fundador, que deu início à colonização e à posterior formação da identidade nacional. Ao colocar Cabral como figura central, o governo do *Estado Novo* exalta a presença portuguesa como ponto de partida da história brasileira, minimizando as complexidades das sociedades indígenas e afrodescendentes que também compõem a formação do país.

Essa narrativa interessa ao projeto político de Vargas, que visava construir uma identidade nacional unificada, com base em marcos históricos considerados simbólicos e *fundadores*. A imagem de Cabral complementa a de Hermes na medida em que ambos representam momentos de virada: o início da colonização e o início da integração ao comércio mundial. Ambas as figuras reforçam a ideia de que o Brasil se forma e se projeta no mundo por meio da navegação, do comércio e do contato com outras nações. A utilização dessas imagens nas cédulas não é neutra: ela articula passado e presente em uma tentativa de legitimar as políticas do *Estado Novo*, apresentando o governo como herdeiro das grandes decisões que moldaram o país.

Dessa forma, a cédula de mil cruzeiros não é apenas um instrumento monetário, mas um documento simbólico carregado de significados históricos e políticos. Ela atua como peça de propaganda do *Estado Novo*, projetando uma visão idealizada da história brasileira e vinculando-a ao esforço de modernização econômica, fortalecimento da soberania e inserção internacional do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. A representação de Hermes remete ao dinamismo das trocas comerciais e à necessidade de abertura e conexão; a de Cabral, à fundação da nação sob o olhar europeu. Juntas, essas imagens constroem uma narrativa coerente com os interesses do governo Vargas em consolidar uma identidade nacional forte, moderna e integrada ao cenário global.

Segundo Capelato (2007, p. 135),

O governo não admitia semelhança com os regimes nazi-fascistas, procurando enfatizar a originalidade do *Estado Novo*. Mas compartilhava muitas ideias postas em prática nesses regimes: legislação social, propaganda política, representação corporativista, e até mesmo o anti-semitismo se fez presente em certas esferas, sobretudo na política de imigração.

Durante o *Estado Novo*, Vargas utilizou estratégias de propaganda que se parecem às descritas por Hannah Arendt sobre os regimes totalitários. Por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), empregou diversos meios de comunicação — rádio, cinema, música, teatro e até a numismática — para moldar a opinião pública e promover sua imagem nacional e internacionalmente. Os discursos

radiofônicos dirigidos aos trabalhadores buscavam criar uma conexão emocional com as massas e consolidar seu apoio.

As cédulas emitidas no período, incluindo figuras históricas e o próprio Vargas, integravam uma narrativa de valorização do passado e legitimação do presente. Segundo Velloso (2007), intelectuais engajados na máquina estatal foram fundamentais nesse processo, atuando como mediadores entre governo e sociedade, idealizando peças monetárias que expressavam os valores do regime e influenciavam o cotidiano da população.

Capítulo 3

NUMISMÁTICA E AS TICS: UMA MEDIAÇÃO POSSÍVEL PARA PROMOÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA

As várias crises econômicas e políticas ocorridas ao longo dos mais de dois séculos da independência brasileira, proporcionaram uma expressiva variedade de cédulas e moedas que podem contar nossa trajetória nacional. O papel moeda e seu estudo numismático, do ponto de vista educacional, são fontes riquíssimas para o ensino de história que podem ser articuladas no uso interdisciplinar, com outras áreas do saber. E, nos próximos anos, devido à virtualização das relações comerciais e retirada gradativa das cédulas e moedas de circulação, esses objetos se tornaram peças exóticas no cotidiano popular, aguçando ainda mais a curiosidade da juventude.

Apesar de serem fontes privilegiadas para a vida educacional e para promoção de pesquisas, a aquisição de moedas e cédulas antigas não é algo fácil para o educador, devido à especulação financeira gerada por colecionadores, pela raridade da peça e/ou pelo valor do metal utilizado no

caso das moedas. Salvo em algumas exceções, em que no núcleo familiar ou pessoal pode ter acesso a esse material, já que, a compra das moedas e cédulas foge da expectativa orçamentária/salarial da maioria dos professores brasileiros. E, não basta, na maioria dos casos deter a cédula e moeda, pois é vital situar a peça no seu momento histórico de produção, o que leva a necessidade da aquisição de catálogos especializados.

Diante dessa dicotomia, da relevância de potencializar o estudo das cédulas e moedas brasileiras no ensino de história e, por outro lado, a dificuldade do acesso físico ao material, resolvemos envolver nosso produto pedagógico como parte da solução deste problema. Optamos por colaborar no desenvolvimento de uma página virtual, a criação de um *blog*, para apresentar digitalmente as moedas e cédulas do primeiro governo de Getúlio Vargas, postar a análise numismática, vídeos e outros materiais elaborados por nossos discentes, analisando as peças monetárias em seu contexto histórico.

Neste terceiro e último capítulo abordamos a relevância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na educação contemporânea, por meio de uma revisão bibliográfica, bem como descrevemos o desenvolvimento do *blog* enquanto ferramenta pedagógica, na pesquisa e no ambiente educacional, vislumbrando nossas futuras ações no dia-a-dia docente.

3.1 AS NOVAS TECNOLOGIAS E SEU IMPACTO SOCIAL E EDUCACIONAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As transformações iniciadas com a Revolução Industrial, intensificadas pelas guerras mundiais e aprofundadas na Guerra Fria, promoveram uma revolução tecnológica que reconfigurou não somente o cenário global, mas ainda o campo educacional. A evolução dos meios de transporte, das comunicações e das tecnologias digitais transformou profundamente a forma como acessamos o conhecimento. A partir da segunda metade do século XX, a incorporação da informática nas escolas, aliada ao desenvolvimento da *internet* e da conectividade global, redefiniu o papel da escola e do professor na sociedade.

Na prática, essa mudança é percebida no cotidiano da sala de aula: os estudantes e professores passaram a ter acesso rápido a uma vasta quantidade de informações por meio de bancos de dados, plataformas digitais, vídeos e documentos históricos. Ferramentas interativas, como jogos educativos e simulações virtuais, tornaram o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, permitindo que os alunos explorem períodos históricos ou locais remotos com mais engajamento e profundidade. Além disso, o uso de tecnologias como realidade aumentada e realidade virtual possibilita visitar virtualmente museus ou sítios históricos, democratizando o acesso ao patrimônio e promovendo inclusão.

Essas ferramentas também permitem uma abordagem mais personalizada, adaptando o ensino às diferentes necessidades e estilos de aprendizagem. Tutoriais, vídeos explicativos e plataformas adaptativas ajudam os alunos a avançarem no próprio ritmo, enquanto desenvolvem competências digitais essenciais. O professor, nesse contexto, deixa de ser apenas transmissor de conhecimento e passa a ser mediador e curador de informações, orientando os estudantes na construção crítica do saber.

Vivemos hoje em uma *sociedade da informação em rede*, marcada pela interatividade proporcionada por computadores e dispositivos móveis, dando origem ao que Pierre Lévy chama de *cibercultura* — um espaço de produção e troca de informações e conhecimentos. Nesse *ciberespaço*, os sujeitos consomem, produzem conteúdos, interagem, formam comunidades e constroem narrativas. Como destaca Santos (2015), essa cultura digital transforma profundamente as relações sociais, os modos de aprender e ensinar, e impõe novos desafios à educação.

Contudo, a integração entre a *cibercultura* e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na educação exige reflexão crítica. A vasta quantidade de dados disponíveis pode gerar sobrecarga informacional e disseminação de desinformação. Torna-se fundamental, portanto, desenvolver a criticidade digital: ensinar os alunos a avaliarem fontes, verificarem a confiabilidade das informações e compreenderem as implicações éticas do uso da tecnologia.



Integrar TICs em sala de aula, nesse contexto, é mais do que incorporar ferramentas — é propor uma nova abordagem educacional. Professores podem estimular a produção de conteúdo pelos próprios alunos por meio de *blogs*, *podcasts*, vídeos e projetos colaborativos, favorecendo a autoria e o pensamento crítico. As TICs também ampliam as possibilidades de aprendizagem continuada, beneficiando os alunos, assim como os professores, que precisam estar em constante formação para acompanhar as mudanças.

Portanto, aliar *ciberespaço*, *cibercultura* e *TICs* na prática pedagógica significa transformar a educação em um ambiente mais interativo, colaborativo, crítico e conectado com os desafios e possibilidades do século XXI. Diante dessas mudanças proporcionadas com os avanços tecnológicos, podemos interligar o conhecimento adquirido pelo estudante à teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel (Araújo, 2005) que na medida em que uma informação nova é inserida no contexto estudado, ela interage com algum aspecto relevante da estrutura de conhecimento que o indivíduo carrega consigo, ou seja, existe uma estrutura cognitiva no

aprendiz que se integra à nova informação. Esses conceitos foram denominados por Ausubel (1968) de subsunções⁸³.

Em meio ao vasto universo da aprendizagem, os subsunções desempenham um papel vital. Quando o aprendizado não está conectado a essas estruturas cognitivas preexistentes, o processo tende a ser automático e mecânico. Assim, a integração eficaz dos subsunções à estrutura cognitiva do estudante é crucial para uma aprendizagem significativa.

No estágio inicial, observamos a ausência ou subdesenvolvimento dos subsunções. Nesse ponto, a aprendizagem é muitas vezes mecânica, como uma engrenagem que gira sem um propósito claro. Os subsunções estão em um estágio incipiente, pouco elaborados. No entanto, à medida que a aprendizagem se torna mais significativa, testemunhamos a transformação dessas estruturas cognitivas. Os subsunções começam a se desenvolver e se tornam cada vez mais elaborados. É nesse processo que o aprendiz, munido

83 Na teoria da aprendizagem significativa desenvolvida por David Ausubel, o termo “subsunção” é fundamental. Ele se refere a estruturas cognitivas preexistentes que desempenham um papel crucial no facilitamento de novas aprendizagens. Ausubel conceitua esse conhecimento prévio como “conceito subsunção”. Os subsunções são, essencialmente, blocos de conhecimento específicos que variam em abrangência, dependendo de com que frequência ocorre a aprendizagem significativa. Podemos vê-los como estruturas mentais que servem como âncoras para a assimilação de novas informações. Em termos mais simples, os subsunções são como bases de conhecimento que já possuímos. Quanto mais frequentemente usamos essas bases, mais amplas e sólidas elas se tornam. Quando nos deparamos com novos conhecimentos relacionados a essas estruturas já existentes, a aprendizagem torna-se mais significativa e fácil de ser absorvida. Em resumo, os subsunções são como blocos de construção cognitivos que moldam e facilitam nossa compreensão do mundo ao nosso redor.

de subsunções robustos, se torna mais capacitado para assimilar novas informações. Em outras palavras, a interligação entre aprendizado e subsunções evita a mecanização do processo, bem como capacita o aprendiz a construir uma base sólida de conhecimento, tornando-o mais receptivo e apto a integrar continuamente novos aprendizados à sua estrutura cognitiva, em constante evolução.

Em uma era onde as redes sociais tecem a malha da interconexão humana, o aprendizado ganha novos matizes. Os subsunções, essas estruturas cognitivas que ancoram o conhecimento, assumem um papel fundamental, mas como integrá-los às dinâmicas das redes sociais tão familiares aos estudantes?

Quando a aprendizagem se entrelaça com as redes sociais, ela adquire uma sinfonia única. Inicialmente, os subsunções podem estar subdesenvolvidos, assim como ocorre na familiarização com novas plataformas sociais. O aprendizado, nesse estágio, parece mecânico, mas à medida que se torna significativo, as redes sociais emergem como catalisadores. Os subsunções, antes simples engrenagens, passam a interagir com os algoritmos sociais, e o estudante desenvolve estruturas cognitivas mais complexas, acompanhando sua habilidade de navegar pelas redes.

Essa integração, no entanto, não é isenta de desafios. A constante evolução das plataformas digitais pode intimidar. Estudantes familiarizados com o ecossistema das redes

sociais podem ter dificuldades de adaptação a plataformas educacionais. A sinergia ideal emerge quando reconhecemos que tanto os subsunções quanto as redes são construções sociais: o entendimento das redes sociais enriquece a formação cognitiva e vice-versa. Desse jeito, encontramos um terreno fértil para uma aprendizagem que se adapta aos horizontes tecnológicos e interativos da era digital.

Diante disso, o professor José Carlos Ribeiro (2006), da UFBA, em seu artigo *Reflexos sócio-interacionais do uso da comunicação móvel*, discute as transformações sociais provocadas pelos dispositivos móveis. Para ele, esses dispositivos não apenas oferecem novas formas de interação, mas criam alternativas inovadoras para lidar com a vida cotidiana. O celular, elemento presente na vida dos jovens, permite interações em tempo real, mesmo sem vínculo físico com um espaço específico, redefinindo a própria noção de sociabilidade.

Essa tecnologia móvel rompe barreiras espaciais e temporais, criando um espaço virtual onde as interações fluem com flexibilidade. Ribeiro evidencia como os dispositivos móveis transformam o tecido social ao se tornarem agentes de reconfiguração das relações interpessoais. No contexto educacional, essa perspectiva revela que as TICs também oferecem potencial semelhante de transformação, permitindo ambientes de aprendizado mais interativos, personalizados e colaborativos.



É nesse cenário que Eduardo Pellanda (2009), em *Comunicação móvel: uma potencialidade aos usos e aplicações*, destaca o papel da miniaturização tecnológica. A integração de componentes eletrônicos em dispositivos acessíveis amplia o uso das redes sem fio, reconfigurando hábitos sociais e educacionais. Essa miniaturização, além de técnica, é simbólica: traz o universo digital para a palma da mão. Pellanda (2009) ressalta como essa transformação promove não só conveniência, mas também democratização do acesso à informação, moldando novas formas de aprendizado e relação com o mundo.

Entretanto, Pellanda (2009) também alerta para desafios como a dependência excessiva, os riscos à privacidade e à autenticidade nas interações sociais. Portanto, compreender as oportunidades e os limites dessas tecnologias torna-se essencial para um uso pedagógico consciente. Complementando esse panorama, André Lemos (2007), em *Comunicação e práticas sociais no espaço urbano*, analisa os dispositivos móveis de conexão multirredes (DHMCM), que vão além do telefone: são câmeras, GPS, computadores de bolso. Lemos os classifica como dispositivos híbridos, cujas múltiplas funções possibilitam tanto a comunicação quanto a produção de conteúdos diversos. Tais dispositivos, segundo ele, moldam e são moldados pelas práticas sociais urbanas, desempenhando papel central na construção da vida contemporânea.

No campo educacional, o professor João Paulo de Oliveira Farias (2021), egresso do ProfHistória da URCA, desenvolveu uma experiência relevante no uso de TICs, ao trabalhar com podcasts em aulas de História. Sua dissertação *O uso do podcast para o ensino-aprendizagem de História* propõe uma prática pedagógica inovadora, que coloca o estudante no centro do processo. Farias organizou os alunos em grupos, orientando-os na pesquisa de temas, elaboração de roteiros e gravação dos episódios, utilizando ferramentas como *Google Forms* e *WhatsApp* para organização e comunicação.

Essa prática rompeu com a monotonia tradicional da sala de aula, estimulando a curiosidade e o protagonismo dos estudantes. Ao integrar tecnologia e metodologia ativa, Farias demonstrou como as TICs podem não apenas modernizar o ensino, mas também torná-lo mais eficaz, significativo e envolvente.

Em síntese, a articulação entre aprendizagem significativa, redes sociais e dispositivos móveis apresenta um cenário fértil para novas práticas pedagógicas. Ao compreender essas tecnologias como extensões das interações sociais e cognitivas dos estudantes, educadores podem utilizar os recursos digitais não apenas como ferramentas, mas como pontes para uma aprendizagem mais conectada, crítica e transformadora:

O uso das TICs de forma assertiva possibilita transformar as práticas pedagógicas. [...] No ambiente escolar, a utilização de tecnologia, por vezes, está sendo pensada como renovadora dessas práticas, visto que os dispositivos

tecnológicos atraem significativamente os jovens, quando são inseridos através de metodologias e didática apropriada, estabelecidas através da tecnologia educacional (TE) (Farias, 2020, p. 15).

A proposta de Farias (2021) sobre o uso do *podcast* na educação encontra eco nas ideias de José Reis Lagarto (2013), que destaca como práticas inovadoras, quando bem aplicadas, motivam e melhoram o desempenho dos estudantes. Lagarto (2013) reforça que as TICs devem ser vistas como aliadas, e não como obstáculos, no processo educativo. Nessa mesma direção, Natália Lima de Mendonça (2018), da UFPE, desenvolveu o *Dicionário audiovisual de conceitos históricos* (DACH), utilizando o *YouTube* para potencializar a aprendizagem. A proposta envolveu os alunos na criação de vídeos, estimulando o protagonismo estudantil e o uso criativo de recursos tecnológicos, como câmeras digitais e aplicativos de edição. A abordagem valorizou a linguagem audiovisual e incentivou habilidades práticas e cognitivas dos estudantes.

A democratização do acesso à tecnologia, impulsionada pela miniaturização dos dispositivos, também foi analisada por Kenski (2012), que faz uma leitura crítica da integração das TICs na educação. Em *Educação e tecnologia: o novo ritmo da informação*, Kenski destaca como a escola deve assumir um papel central na formação para a cidadania digital. A autora alerta para os riscos de projetos mal planejados e profissionais despreparados, enfatizando que a transição para os ambientes virtuais deve ser acompanhada de mudanças estruturais e curriculares. A *internet*, segundo o autor, transformou a sala de

aula em um espaço virtual dinâmico, e as instituições precisam se adaptar às novas gerações digitais ou correrão o risco de se tornarem obsoletas.

Kenski (2012, p. 43-45) reforça que

[...] assim como na guerra, a tecnologia também é essencial para a educação. Ou melhor, a educação e tecnologias são indissociáveis. Segundo o dicionário Aurélio, a educação diz respeito ao 'processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando a sua melhor integração individual e social'. Para que ocorra essa integração, é preciso que conhecimentos, valores, hábitos, atitudes e comportamentos do grupo sejam ensinados e aprendidos, ou seja, que se utilize a educação para ensinar sobre as tecnologias que estão na base da identidade e da ação do grupo e que se faça uso delas para ensinar as bases dessa educação. [...] A escolha de determinado tipo de tecnologia altera profundamente a natureza do processo educacional e a comunicação entre os participantes.

A interligação entre educação e tecnologia revela-se inseparável no cenário contemporâneo, sendo comparável à essencialidade da tecnologia em contextos de guerra. A educação, compreendida como o processo de desenvolvimento físico, intelectual e moral voltado à integração individual e social, demanda a transmissão de conhecimentos, valores e atitudes. Nesse processo, a tecnologia emerge como ferramenta vital, ao mesmo tempo meio e conteúdo da prática educativa. Ensinar sobre tecnologias e com tecnologias tornou-se indispensável, revelando a simbiose entre ambas. A escolha da tecnologia a

ser empregada não é apenas operacional, mas pedagógica: ela molda a dinâmica do processo educativo, influenciando diretamente sua eficácia e a qualidade das interações.

Dagson José Borges Santos (2018), egresso do ProfHistória na UNEB, exemplifica essa simbiose em sua dissertação *O uso de blogs no ensino de História: a experiência da história do engenho de Santana em Ilhéus-BA*. O autor criou, com seus alunos, um *blog* educativo que serviu tanto ao aprendizado escolar quanto à divulgação pública da história local. Abordando temáticas como o papel dos povos indígenas, colonizadores, escravizados africanos e as revoltas escravas, o trabalho resultou também em um museu virtual. Ao dar protagonismo aos estudantes e incentivar uma leitura crítica da história local, o projeto desafiou narrativas elitizadas e silenciosas sobre a ocupação violenta do território de Ilhéus, revelando o potencial transformador das TICs na construção de saberes históricos mais autênticos.

Essa abordagem dialógica entre educação e TICs já se manifesta em outras iniciativas, como a de Natália Lima de Mendonça (2018), também egressa do ProfHistória. Em seu projeto *Dicionário audiovisual de conceitos históricos*, Mendonça utilizou o *YouTube* como ferramenta de ensino, permitindo que os estudantes criassem vídeos explicativos sobre conceitos históricos. Ao empoderar os alunos com o uso de câmeras digitais, *smartphones* e ferramentas de edição, a proposta fomentou protagonismo, criatividade e empatia com o conteúdo da disciplina. A experiência tornou o aprendizado

mais envolvente e multidimensional, integrando práticas comunicativas contemporâneas à sala de aula.

De modo semelhante, José Reis Lagarto (2013) defende que muitos professores ainda sentem temor diante da inovação tecnológica, embora existam práticas comprovadas que demonstram ganhos na motivação e no desempenho estudantil. O autor ressalta a importância de encarar as TICs como aliadas da educação, promovendo a adaptação e a integração crítica dessas ferramentas no cotidiano escolar.

Por sua vez, Vani Moreira Kenski (2012) propõe uma leitura mais ampla do fenômeno em *Educação e tecnologia: o novo ritmo da informação*. Ela afirma que as TICs têm o potencial de transformar a educação, não apenas pela ampliação do acesso à informação, mas pela reconfiguração da própria estrutura da sala de aula. Kenski alerta, no entanto, para os riscos de implementações mal planejadas e do despreparo docente. A autora discute a importância da escola na formação cidadã na chamada sociedade da informação, ao mesmo tempo em que defende a necessidade de repensar o currículo, a estrutura escolar e a relação professor-aluno diante da cultura digital. Segundo ela, escolas que não se adaptarem a essas transformações correm o risco de se tornarem obsoletas.

Ao analisar os trabalhos de Farias, Lemos, Mendonça e Santos, observamos que a integração das TICs vai além da simples adoção de ferramentas digitais. Trata-se de uma redefinição profunda da relação entre professores, estudantes



e o conhecimento. O uso de *podcasts*, *blogs*, vídeos e ambientes virtuais revela que a aprendizagem se tornou uma jornada interativa, centrada no estudante como protagonista do processo. Além dos muros da escola, tais experiências impactam a comunidade, promovendo uma educação mais significativa, contextualizada e acessível.

Dessa forma, a presença das TICs no ensino de História — e na educação como um todo — configura-se como uma oportunidade de inovação pedagógica e de transformação social. Ao abraçar as tecnologias com consciência crítica e intencionalidade educativa, os professores tornam-se agentes de uma revolução no ensino, catalisando uma nova era de aprendizagem ativa, colaborativa e conectada com o mundo real.

3.2 ARTEFATOS PEDAGÓGICOS EM AÇÃO: A JORNADA DO ENSINO DE HISTÓRIA E NUMISMÁTICA COM ESTUDANTES DA ESCOLA ESTADUAL CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

A prática pedagógica ganha vida quando os estudantes se envolvem com curiosidade e paixão. Na sala de aula, pudemos observar: olhos brilhando, toques cuidadosos nas cédulas e moedas trazidas de casa e histórias pessoais transformando-se em narrativas vivas durante as aulas de História. Cada aluno,

ao compartilhar sua experiência, contribuía para um ambiente vibrante e participativo.

Essa experiência e o desenvolvimento do produto pedagógico — um *blog* — ocorreram em 2023 na Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade, da rede pública de Rondônia (SEDUC), com uma turma do 3º ano do ensino médio diurno, envolvendo 28 estudantes (Figura 74). A escola, com 705 alunos distribuídos em três turnos, está localizada na periferia de Rolim de Moura, município da região Centro-Sul de Rondônia, com cerca de 56 mil habitantes (IBGE, 2022).

Nesses momentos, os discentes se reconheceram como parte da história, percebendo que objetos simples guardavam significados históricos profundos. A introdução do termo numismática, mediada por aula expositiva com apoio de projetor multimídia, despertou interesse imediato. Aquilo que antes era apenas lembrança afetiva passou a ser analisado com um olhar histórico, científico e crítico. A curiosidade inicial deu lugar à descoberta e à valorização de um campo até então desconhecido.

Após responder a várias perguntas, avancei na explicação e as histórias sobre moedas e cédulas antigas começaram a circular entre os estudantes. Então, peguei minha pequena sacola plástica azul, onde guardava uma modesta coleção numismática. O som das moedas metálicas despertou a atenção imediata da turma. Com o saquinho nas mãos, compartilhei a história do meu primeiro contato com as

moedas, herdadas do meu avô, e a tristeza de não ter mantido aquela coleção. Ao perceberem minha emoção, os estudantes passaram a relatar histórias semelhantes de suas famílias — pais, tios e avôs colecionadores — criando um ambiente de troca e identificação.

Figura 74 – Aula na Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade



Fonte: Acervo do autor (2023).

Relatei também o encantamento ao conhecer meu orientador e sua coleção numismática, momento em que os alunos perceberam que eu, assim como eles, também tinha memórias e vivências afetivas. Foi quando abri a sacola e mostrei as moedas que a sala se encheu de excitação: olhos atentos, pedidos apressados para ver e tocar as peças,

perguntas sobre valores e personagens estampados (Figura 75). Com o peito apertado e os olhos brilhando, vivi um dos momentos mais marcantes da minha trajetória docente — uma aula viva, afetiva e inesquecível.

Após a aula introdutória, esperei ansiosamente pelo reencontro com a turma. Preparei um material para a próxima aula com cédulas e moedas impressas em alta qualidade, além de cartolinhas, pincéis e outros. Fui recebido com entusiasmo e histórias de coleções familiares. Alguns trouxeram moedas raras do início do século XX. Propus então que relacionassem os anos impressos nas moedas com as datas de nascimento de seus avós e bisavós. A atividade despertou um envolvimento surpreendente: ligaram para parentes, buscaram fotos antigas e, aos poucos, conectaram suas histórias familiares a grandes eventos históricos, como a Primeira Guerra e o Regime Militar.

Figura 75 – Discentes da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade



Fonte: Acervo do autor (2023).

Na semana seguinte, com os materiais em mãos, os estudantes mergulharam na criação dos painéis. A sala tornou-se um espaço vibrante de narrativas e descobertas, conforme mostram as imagens (Figura 76). A cada novo relato, percebia o impacto desse trabalho: não apenas transformava o aprendizado dos alunos, mas também era profundamente tocado por suas histórias. Essa experiência reafirmou minha crença na educação como uma ponte entre o saber e a emoção, capaz de tornar a aprendizagem verdadeiramente significativa.

Após o meticoloso processo de recorte das cédulas e moedas, os estudantes embarcaram em uma jornada de pesquisa para desvendar os significados por trás das imagens históricas.

Gradualmente, parágrafos foram sendo construídos abaixo de cada exemplar, cuidadosamente colados nas cartolinhas. O ambiente em sala de aula tornou-se leve e vibrante, à medida que o conhecimento fluía livremente e a prática pedagógica, antes monótona, ganhava vida e se tornava verdadeiramente prazerosa. Risos, questionamentos e relatos pessoais deram vida ao trabalho, conferindo à história um significado profundo e pessoal para cada estudante presente.

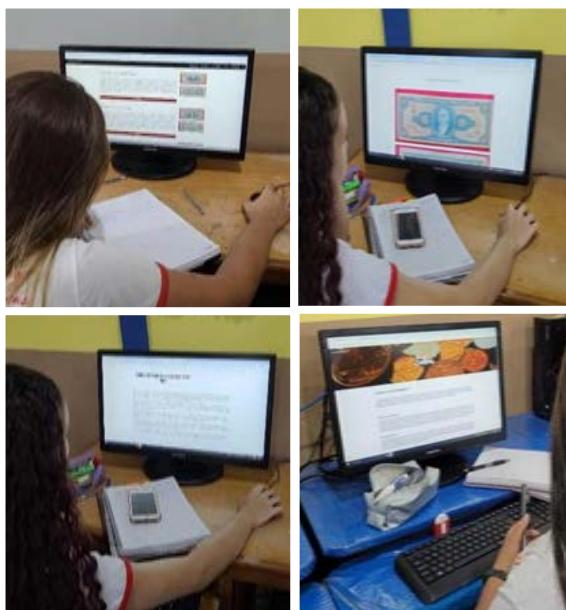
Figura 76 – Desenvolvimento de atividade pedagógica em sala de aula



Fonte: Acervo do autor (2023).

A próxima etapa do projeto envolveu a transferência desse conhecimento para o *blog*, conforme mostram as imagens (Figura 77), onde as cédulas e moedas foram anexadas e minuciosamente descritas, seguindo o mesmo rigor de pesquisa e dedicação, que permearam a criação dos cartazes. O entusiasmo e a dedicação dos estudantes se refletiram nas publicações *online*, criando um registro permanente.

Figura 77 – Desenvolvimento do *blog*



Fonte: Acervo do autor (2023).

Durante a execução do projeto, foram evidentes o entusiasmo e o engajamento dos estudantes com a

numismática. Após a criação dos cartazes, nos dirigimos ao laboratório do PROINFO, onde os alunos acessaram o *blog* Numismática IFMT e passaram de espectadores a colaboradores ativos, sentindo-se empoderados ao compartilhar fotos de suas moedas e cédulas. A sala de aula deu lugar a um museu virtual, onde cada imagem se tornava um portal de memórias e narrativas familiares, transformando símbolos monetários em registros de vida e de história.

Esse acervo digital ampliou o repertório visual dos discentes, incentivando debates ricos sobre a história econômica e cultural do Brasil. Os estudantes assumiram o papel de curadores e pesquisadores, demonstrando crescimento intelectual e envolvimento emocional. Um ponto alto foi a produção de vídeos autorais, nos quais utilizaram suas pesquisas, narrativas e recursos como avatares e animações com mão escrevendo em lousa para apresentar o aprendizado de forma criativa e personalizada. Essas ferramentas tecnológicas contribuíram para imortalizar suas vozes e identidades no *blog*, promovendo uma conexão profunda com a experiência vivida.

O *blog* Numismática IFMT, disponível no <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>, foi criado pelos estudantes Gustavo e Guilherme do Nascimento Medina, do IFMT/Cáceres, por meio de dois projetos PIBIC Júnior (CNPq), sob coordenação do professor Matheus de Mesquita e Pontes. A plataforma apresenta uma navegação intuitiva, com seções como “Plano Real”, “Era

Vargas” e “Referências”. Nossa tarefa foi alimentar a sessão *Era Vargas*, dividida em *Governo Provisório*, *Governo Constitucional* e *Estado Novo*, com imagens, análises e vídeos, possibilitando aos alunos uma experiência rica e significativa de produção de conhecimento histórico por meio da numismática. Logo abaixo segue as Figuras 78 a 88, que trazem captura de tela – *prints* – da página virtual.

Figura 78 – Tela de abertura do *Blog*



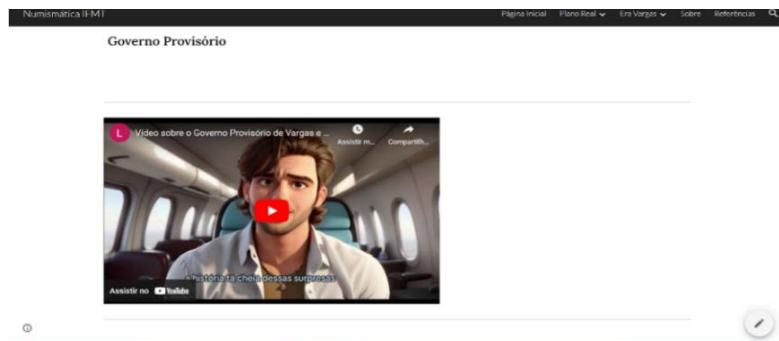
Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁸⁴.

O vídeo sobre o *Governo Provisório* (Figura 79) não se limita apenas à análise histórica das moedas e cédulas da época. Nele, os estudantes apresentam um texto com uma linguagem informal, Figura 80, que abordam a relevância desses objetos como instrumentos políticos e de propaganda utilizados pelos governantes da época. O vídeo também explora como essas moedas e cédulas foram utilizadas para difundir as ideologias e os valores do governo, dessa forma

84 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 12 fev. 2024.

evidenciando a importância da numismática, como ferramenta de compreensão das dinâmicas políticas e sociais do período.

Figura 79 – Vídeo sobre o Governo Provisório



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁸⁵.

Figura 80 – Texto introdutório sobre as análises das cédulas e moedas

Os estudantes da Escola Carlos Drummond de Andrade realizaram uma série de vídeos que exploram as nuances da numismática brasileira durante o governo de Getúlio Vargas, desde o governo provisório até a fase do Estado Novo. Através da análise das cédulas e moedas, os vídeos oferecem insights sobre as transformações econômicas e políticas do Brasil durante esses períodos. No vídeo inicial, os estudantes introduziram a numismática como um estudo crucial para compreender a história brasileira. Eles destacaram a importância das moedas e cédulas como registros históricos e políticos, comparando-as a "pétrolas históricas" e "super-heróis da propaganda política". Ressaltaram também a importância das moedas de 20, 50, 100, 200 e 400 réis, comparando-as como "rockstars" da Primeira República. Influenciado a política até 1935, durante o governo de Getúlio Vargas.

Também criaram um vídeo sobre as cédulas paulistas, que foram emitidas durante a Guerra Canudos de 1932, onde examinam as cédulas e suas implicações para o Estado de São Paulo para mobilizar apoio durante o conflito, demonstrando como a numismática foi utilizada como uma ferramenta política e patriótica.

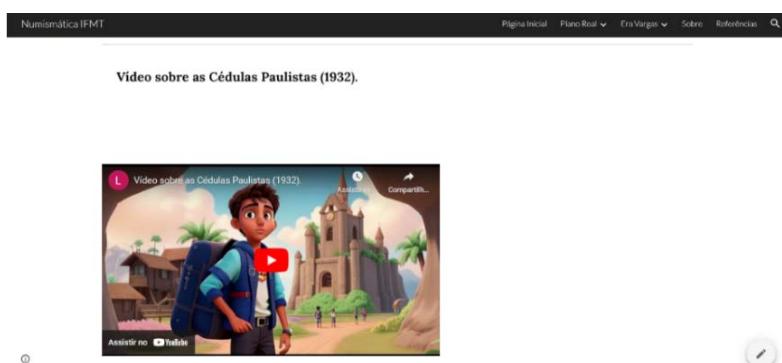
Os estudantes analisaram também as mudanças nas cédulas e moedas ao longo do governo de Vargas, e estabeleceram conexões com eventos a nível nacional e internacional, como a Segunda Guerra Mundial. Destacaram também a transição monetária do Réis para o cruzeiro e as homenagens prestadas a figuras históricas, tais como D. João VI, D. Pedro I, D. Pedro II, Pedro Álvares Cabral, Deodoro da Fonseca, Barão do Rio Branco, Princesa Isabel e o próprio Getúlio Vargas, que foram representadas nas cédulas.

Fonte: *Blog Numismática IFMT*.

85 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Os vídeos que apresentam as cédulas paulistas (Figura 81) adotam uma abordagem que mescla linguagem formal e informal, cada uma com sua devida ênfase, para discutir o uso ideológico dessas cédulas durante a Guerra Civil de 1932, Figura 82, com um cuidado todo especial, os estudantes contextualizam historicamente o período e destacam como as cédulas foram utilizadas como instrumentos político e propagandístico, contribuindo para uma compreensão mais ampla do conflito e de suas implicações.

Figura 81 – Vídeo sobre as cédulas paulistas



Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁸⁶.

86 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Figura 82 – Vídeo sobre a Guerra Civil Paulista

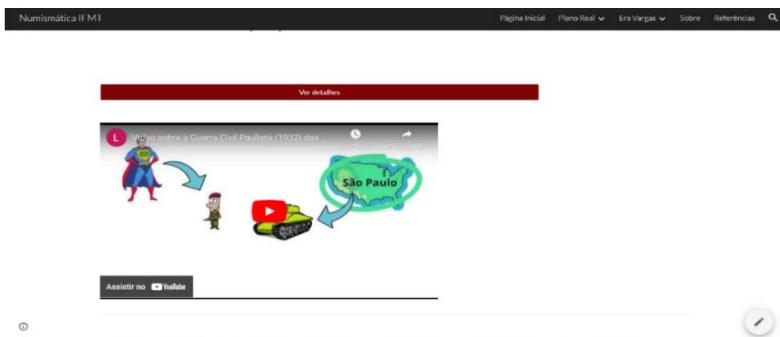
Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁸⁷.

Figura 83 – Vídeo sobre as moedas e cédulas do Estado Novo

Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁸⁸.

87 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 12 fev. 2024.

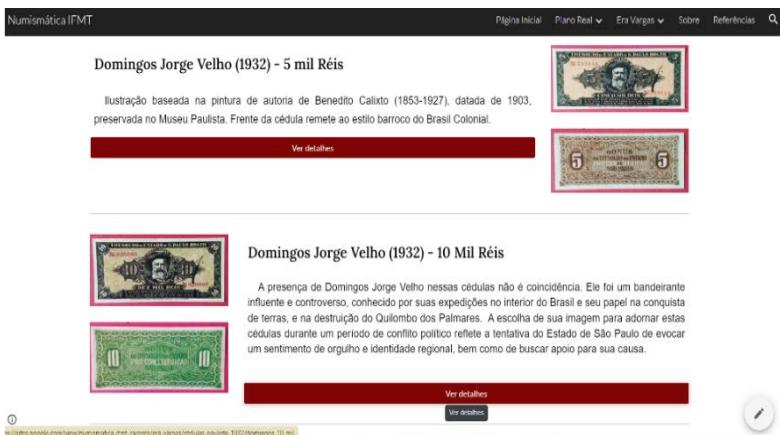
88 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Figura 84 – Moedas da série brasileiros ilustres

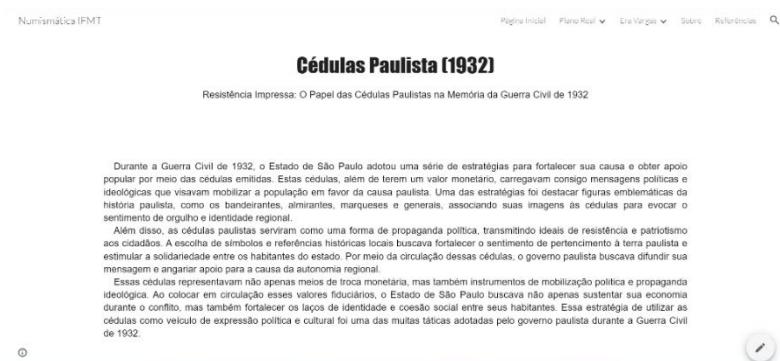
Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁸⁹.Figura 85 – Texto introdutório sobre as moedas do *Estado Novo*Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁹⁰.

89 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 12 fev. 2024.

90 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Figura 86 – Cédulas paulistas do *Movimento Constitucionalista*

Fonte: *Blog Numismática do IFMT*⁹¹.

Figura 87 – Texto introdutório cédulas paulistas do *Movimento Constitucionalista*

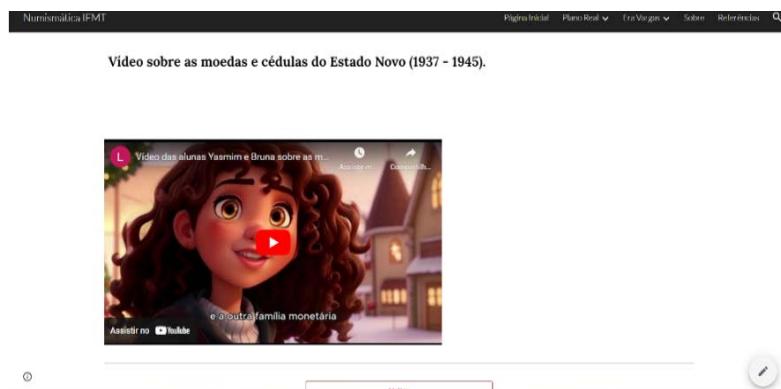
Fonte: *Blog Numismática IFMT*⁹².

91 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 12 fev. 2024.

92 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2023.

A análise das moedas e cédulas relacionadas ao *Estado Novo* de Vargas se destaca pela sua abordagem formal e pela meticulosidade na análise do seu uso ideológico, em meio a um contexto de grande turbulência mundial. Os estudantes dedicam-se a uma análise minuciosa, contextualizando historicamente o período e explorando o papel dessas cédulas como instrumentos de propaganda e controle político. Um ponto de destaque é a transição do padrão monetário durante a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o que é cuidadosamente explorado, fornecendo uma compreensão mais profunda das implicações políticas e econômicas desse período histórico.

Figura 88 – Vídeo sobre as moedas e cédulas do *Estado Novo*



Fonte: *Blog Numismática do IFMT*⁹³.

93 Disponível em: <https://sites.google.com/view/numismatica-ifmt-caceres/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Fazer parte de um projeto tão significativo como esse me faz refletir profundamente sobre a nossa responsabilidade como professores de História. É um compromisso social de extrema importância, uma vez que somos os guardiões de um conhecimento que transcende o senso comum, capaz de desvendar eventos históricos e trazer à luz aspectos, muitas vezes, negligenciados pela sociedade. Não buscamos aqui reivindicar a exclusividade do saber, pois reconheço que os diversos saberes estão dispersos na sociedade, moldados pela educação formal e pelas experiências do dia a dia, ambos igualmente valiosos. No entanto, é o historiador, o professor de História, que possui o dom de enxergar além, de conduzir seus estudantes a uma compreensão crítica e profunda dos acontecimentos, seja das transformações ao longo do tempo ou das intrincadas estratégias de dominação ideológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um objeto aparentemente simples, como uma moeda ou uma cédula, que antes era visto apenas como um símbolo monetário ou uma lembrança de um antepassado, se transforma em uma fonte rica de eventos, histórias e simbolismos quando analisado sob a ótica histórica.

O brilho nos olhos e a emoção que tomaram conta dos estudantes ao descobrirem esses novos significados são indícios claros do impacto transformador que o estudo da História pode ter em suas vidas. O ProfHistória é um exemplo concreto desse compromisso com a qualidade da educação, oferecendo programas de Mestrado e Doutorado que contribuem significativamente para o aprimoramento do ensino e da pesquisa na área. Assim, é inegável que o ProfHistória desempenha um papel fundamental na transformação de vidas e na promoção de uma educação de excelência.

Como professor pesquisador e dedicado ao ensino de História para estudantes do ensino fundamental II e do ensino médio, expresso profunda gratidão pela oportunidade de expandir ainda mais meu conhecimento. O caminho que antes parecia envolto em sombras se iluminou, reavivando meu amor pelo saber e pela minha profissão. Esse processo fortaleceu meu compromisso como educador engajado na construção

de uma sociedade mais justa e igualitária. Cada experiência vivenciada em sala de aula e cada descoberta realizada ao longo dessa jornada contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional, reafirmando a importância do papel do professor como agente de transformação e promotor do conhecimento. Estou profundamente grato por fazer parte desse processo de aprendizagem e desenvolvimento contínuo.

Ao olhar para trás, reflito com gratidão sobre o meu próprio percurso neste estudo, assim como cada experiência vivenciada e cada desafio superado. Inspirar as mentes jovens a explorar, questionar o passado, capacitando-os a moldar um futuro mais promissor para todos é extremamente gratificante. Inspirar questionamentos e catalisar mudanças talvez sejam as palavras-chave para esse momento. Através do estudo das moedas e cédulas, mergulhamos nas profundezas do passado, desvendando histórias esquecidas, explorando contextos sociais e políticos e reconhecendo a importância de cada fragmento de nossa herança cultural, cada herança deixada pelos antepassados familiares dos estudantes. Essas moedas e cédulas se transformaram em janelas para o passado, revelando camadas de história e significado.

O brilho nos olhos dos estudantes ao desvendarem esses mistérios históricos é uma prova irrefutável do poder do conhecimento e da educação como ferramentas de transformação. Meu olhar para trás é de orgulho, mas para frente é de esperança. O futuro da educação histórica é promissor, e estou confiante de que podemos continuar a

desbravar novos horizontes e alcançar novos patamares de excelência.

Esta obra explorou a numismática como uma ferramenta pedagógica inovadora e sua contribuição para o ensino de História, focando no período da República Velha e principalmente do governo de Getúlio Vargas. Ao longo dos três capítulos, cada um com objetivos específicos, foi possível alcançar uma compreensão aprofundada do papel das moedas e cédulas como fontes históricas e educacionais.

O primeiro capítulo explorou a numismática como uma fonte histórica valiosa. Demonstramos como a revolução historiográfica dos *Annales* promoveu o uso da interdisciplinaridade e a ampliação das fontes históricas. Isso incorporou a inclusão de moedas e cédulas como objetos de estudo, proporcionando novas perspectivas sobre a história social e econômica dos períodos analisados. Nesse capítulo também analisamos como as moedas e cédulas refletem a ordem social de seu período de cunhagem e como podem ser usadas como fontes para o ensino de História no tempo presente. Esta análise permitiu compreender como esses objetos monetários foram utilizados para reforçar ideologias e valores sociais ao longo do tempo.

Em seguida, no segundo capítulo, analisamos o uso das cédulas e moedas durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, destacando seu papel nas disputas políticas e na construção de uma identidade nacional. Discutimos

a função do papel-moeda nas disputas da guerra civil de 1932, destacando as moedas e cédulas produzidas tanto pelo governo de Getúlio Vargas quanto pelo governo de São Paulo. Essas análises mostraram o modo do dinheiro ser utilizado como um instrumento de propaganda e resistência política. Exploramos a forma que figuras históricas, como os bandeirantes e os “heróis” da guerra contra o Paraguai, foram utilizadas nas moedas e cédulas para construir uma narrativa de nacionalismo e resistência, particularmente a favor dos paulistas. A análise do avanço de um projeto nacionalista durante o *Governo Constitucional* e o culto à personalidade no *Estado Novo* mostrou a maneira que Vargas usou moedas e cédulas para promover a fidelidade das forças armadas e consolidar seu poder.

Investigamos, no terceiro capítulo, o impacto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no ensino de História, dando enfoque à numismática como um recurso pedagógico. Uma revisão bibliográfica detalhou o impacto social e educacional das novas tecnologias, demonstrando a forma que as TICs podem ser integradas ao ensino de História para tornar o aprendizado mais interativo e envolvente. Documentamos a aplicação prática de artefatos pedagógicos com base na numismática, ressaltando a jornada de ensino realizada com estudantes da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade. Os resultados mostraram um aumento significativo no interesse e na compreensão histórica dos alunos, evidenciando a eficácia dessa abordagem.

Ao longo desta obra, mostramos que a numismática pode ser uma ferramenta poderosa no ensino de História, oferecendo uma maneira tangível e interativa de explorar eventos e períodos históricos. A interdisciplinaridade promovida pelos *Annales*, a análise das políticas de Getúlio Vargas e a integração das TICs mostraram-se eficazes em engajar os estudantes e a comunidade, tornando o Ensino de História mais significativo e relevante. Portanto, esta pesquisa não apenas atingiu os objetivos propostos, mas também abriu novas perspectivas para futuras práticas educacionais, reafirmando a importância da numismática e das novas tecnologias no contexto pedagógico contemporâneo do Ensino de História.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Alexandre G. **Catálogo de moedas brasileiras AGA:** moedas que circularam no Brasil da provisão de 29/03/1568 ao presente. 2019. *E-book*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/654297757/Catalogo-de-Moedas-Brasileiras-Aga-1568-2019-Imagens>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- ARANHA, Paula de J. M. **A representação simbólica da ninfa Aretusa nas cunhagens de Siracusa como fator de identificação no século V a. C.:** as emissões da dinastia Deinomenide. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/13203/1/Paula%20de%20Jesus%20Moura%20Aranha.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- ARAGÃO, R. M. R. **Teoria da aprendizagem significativa de David P. Ausubel:** sistematização dos aspectos teóricos fundamentais. 1976. Tese (Doutorado em Ciência da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Educação de Campinas, Campinas, 1976. DOI: <https://doi.org/10.47749/T-UNICAMP.1976.43738>. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/43738>. Acesso em: 02 abr. 2024.
- ARAUJO, Solano I. **Simulação e modelagem computacionais como recursos auxiliares no ensino de física.** 2005. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de pós-graduação em Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5771>. Acesso em: 02 abr. 2024.

ARENKT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. 9. ed. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Ensino Médio. **Parâmetros curriculares nacionais ensino médio**: História, parte IV. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: História. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-06-historia.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. [Constituição de 1937]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937** [Estado Novo]. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales 1929-1989**: a revolução francesa da historiografia. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1992.

CAPELATO, Maria H. O Estado Novo: O que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (org.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo: do início da década

de 1930 ao apogeu do estado novo: Segunda República (1930-1945). 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 2, p. 103 - 137.

CARLAN, Claudio U. **Moeda e poder em Roma**: um mundo em transformação. 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/405056>. Acesso em: 02 nov. 2023.

CARVALHO, José M. de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COELHO, Lincoln M. **Cultura material e ensino lúdico**: o uso da numismática em sala de aula. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://infes.uff.br/wp-content/uploads/sites/775/2019/06/DISERTA%C3%87%C3%83O-LINCOLN-MANSUR.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2004.

COSTILHES, Alan J. **O que é numismática**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FARIAS, João P. de O. **O uso de podcast para o ensino e aprendizagem de História**: produção e difusão com/para alunos do ensino médio. 2021. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Departamento de História, Universidade Regional do

Cariri, Crato, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/705474>. Acesso em: 29 maio 2023.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONSECA, Selva G. **Didática e prática de ensino em História: experiências, reflexões e aprendizados**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2003.

FONSECA, Selva G. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

IBGE. **Rolim de Moura**: população no último senso [2022]. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/rolim-de-moura/panorama>. Acesso em: 18 mar. 2024.

JONARD, Ricardo L. **A numismática na sala de aula**: moedas que contam histórias. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Departamento de História do Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.his.puc-rio.br/wp-content/uploads/1813305_2020_completo_Ricardo-Luiz-Jonard-de-Aguiar.pdf. Acesso em: 14 fev. 2024.

KENSKI, Vani M. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. 3. ed. Campinas: Papirus, 2012.

LAGARTO, José R. Inovação, TIC e sala de aula. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 5., 2013, Santa Maria. **Anais eletrônicos** [...]. Santa Maria: Biblos Editora, 2013. p. 133-138. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/entities/publication/e8b30aad-cc5d-4827-9e93-75f017bff176>. Acesso em: 14 fev. 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Eduardo Leitão *et al.* Campinas: Editora Unicamp, 1990.

LEMOS, André. Comunicação e práticas sociais no espaço urbano: as características dos dispositivos híbridos móveis de conexão multirredes (DHCM). **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 23-40, jul. 2007. DOI: <https://doi.org/10.18568/cmc.v4i10.97>. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/97>. Acesso em: 15 fev. 2024.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

MAIO, Marcos. C; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação integralista brasileira: um movimento fascistano Brasil (1932-1938). *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (org.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo: Segunda República (1930-1945). 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 2, p. 36-60.

MENDONÇA, Natália L. de. **Dicionário audiovisual de conceitos**: aventuras da experiência e da sensibilidade imagética nas aulas de História. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Departamento de História, Universidade Federal de

Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33201>. Acesso em: 27 abr. 2024.

MICHELET, Jules. **História da França**. Tomo V – Livros X, XI e XII (anos 1422 a 1461). Tradução de Luiz Fernando Serra Moura Correia. Rio de Janeiro: [S.n.], 2015.

NEVES, Margarida de S. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (org.). **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo oligárquico: a Proclamação da República à Revolução de 1930: Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. v. 1, p. 13 - 44.

NUMISMÁTICA VIEIRA. **Catálogo Vieira**: cédulas brasileiras. 6. ed. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.numismaticavieira.com.br/Material-Numismatico/Catalogos/catalogo-vieira-de-cedulas-brasileiras-8o-edicao-2022_985371-SIT.html. Acesso em: 01 set. 2024.

NUMISMÁTICA VIEIRA. **Catálogo Vieira**: moedas brasileiras. 18. ed. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.numismaticavieira.com.br/Material-Numismatico/Catalogos/catalogo-vieira-de-moedas-brasileiras-19o-edicao-ano-de-2021_539240-SIT.html. Acesso em: 01 set. 2024.

OLIVEIRA, Carlos E. de. Mato Grosso na *Era Vargas* (1937-1945): caminhos migratórios e novas fronteiras. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. **Anais eletrônicos** [...]. Recife: ANPUH, 2019. Disponível em: [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564163147_ARQUIVO_AEraVargasemMatoGrosso-caminhosmigratoriosenovasfronteiras\(4\)\(4\).pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564163147_ARQUIVO_AEraVargasemMatoGrosso-caminhosmigratoriosenovasfronteiras(4)(4).pdf). Acesso em: 02 set. 2023.

OLIVEIRA, Caroline A. **As representações da deusa Atena nas moedas da Magna Grécia (século V - IV a.C.):** política e religião. 2019. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-01112019-160409/publico/Disser_Caroline_Oliveira_cor.pdf. Acesso em: 02 set. 2023.

PALITOT, Aleks. Getúlio Vargas em Porto Velho: 75 anos de uma visita que mudou nossa história. **Rondoniagora:** Jornalismo destemido e pioneiro. 09 mar. 2015. Disponível em: <https://www.rondoniagora.com/artigos/getulio-vargas-em-porto-velho-75-anos-de-uma-visita-que-mudou-nossa-historia>. Acesso em: 12 jul. de 2024.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (org.). **O Brasil Republicano:** o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 2, p. 13 - 38.

PARADA, Maurício. Som da nação: educação musical e civismo no *Estado Novo* (1937 – 1945). **Revista Alceu**, v. 09, n.18, p.174-185, jan./jun. 2009. Disponível em: [https://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu%202018_artigo%2013%20\(pp174%20a%20185\).pdf](https://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu%202018_artigo%2013%20(pp174%20a%20185).pdf). Acesso em: 01 nov. 2023.

PELLANDA, Eduardo C. Comunicação móvel: das potencialidades aos usos e aplicações. **Em Questão:** Revista da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 15, n. 01, p. 89-98, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/6478/5794>. Acesso em: 02 abr. 2024.

PRATES, Kelen K. CARVALHO, Carlos E. S. de. Políticos, intelectuais e futebol: a construção da identidade nacional durante

a *Era Vargas*. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, v. 03, n. 01, p. 246-254, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/172>. Acesso em: 23 jun. 2023.

REGO, Paulo R. de M. **Cara e coroa**: um roteiro para uso de moedas no ensino de História do Brasil. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional de Ensino de História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/13966>. Acesso em: 04 maio 2024.

REIS, José C. **Escola dos Annales**: a inovação em História. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, José C. Reflexos sócio-interacionais do uso da comunicação móvel. **Razón y Palabra**, n. 49, p. 1-8, 2006. Disponível em: <https://www.cin.ufpe.br/~fab/cursos/metodologia-graduacao/2006-1/Reflexosscio.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024.

SANTOS, Dagson J. B. **O uso dos blogs no ensino de história**: a experiência da história do Engenho de Santana em Ilhéus-BA. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Departamento de História, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/432840?mode=full>. Acesso em: 27 abr. 2023.

SANTOS, Edmáa. A mobilidade *cibercultural*: cotidianos na interface educação e comunicação. **Revista em Aberto**: movimentos colaborativos, tecnologias digitais e educação, Brasília, DF, v. 28, n.

94, p. 134-145, jul./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.28i94>. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/257>. Acesso em: 02 abr. 2024.

SCHIMIDT, Maria A.; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de R. **Jör Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

VELLOSO, Mônica P. Os intelectuais e a política cultural do *Estado Novo*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (org.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do *Estado Novo*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 2, p. 138-171.

VIANNA, Marly de A. G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (org.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do *Estado Novo*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v.2, p. 61-102.

SOBRE O AUTOR



Luiz Carlos Perez Diodato

É mestre e licenciado em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), com 24 anos de atuação como professor nas redes pública e privada. Natural de São José dos Quatro Marcos (MT), é filho de trabalhadores rurais e cresceu em meio à lida com o café, experiências que marcaram sua visão de mundo e compromisso com a educação. Desde a infância, cultiva uma paixão por História e por moedas, inspirada pela antiga coleção de seu avô. Seu trabalho une vivências pessoais e saberes acadêmicos, valorizando a memória, a cultura popular e o ensino crítico da História.

ORCID: 0009-0003-0313-7360

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1618569043320693>

E-mail: perdiodato@yahoo.com.br

Este trabalho nasce do desejo de olhar a História com mais sensibilidade e criatividade, utilizando moedas e cédulas como janelas para compreender o passado. Através delas, mergulhamos nos discursos políticos e simbólicos do primeiro governo de Getúlio Vargas, especialmente durante a guerra civil de 1932 e o período do Estado Novo. Inspirado pela renovação historiográfica dos *Annales*, o estudo alia fontes não tradicionais e novas tecnologias para tornar o ensino mais próximo da realidade dos alunos. A experiência prática com estudantes da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade, da cidade de Rolim de Moura – RO, mostra que é possível despertar o interesse e o pensamento crítico, a partir de objetos simples, mas carregados de história. Um convite a ensinar História com o olhar atento de quem vê valor no que muitos nem notam.

